

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

LUDMILA DIAS DO NASCIMENTO SERAFIM LOPES

UMA ANÁLISE DE IMPLICATURA CONVENCIONAL EM REDAÇÕES DO ENEM

CURITIBA

2021

LUDMILA DIAS DO NASCIMENTO SERAFIM LOPES

UMA ANÁLISE DE IMPLICATURA CONVENCIONAL EM REDAÇÕES DO ENEM

An analysis of Conventional Implicature in Enem Essays

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), câmpus Curitiba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Profº. Drº. Roberlei Alves Bertucci

CURITIBA

2021



Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



LUDMILA DIAS DO NASCIMENTO SERAFIM LOPES

UMA ANÁLISE DE IMPLICATURA CONVENCIONAL EM REDAÇÕES DO ENEM

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Estudos De Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Linguagem E Tecnologia.

Data de aprovação: 03 de Dezembro de 2021

Prof Roberlei Alves Bertucci, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Maria Jose Gnatta Dalcuche Foltran, Doutorado - Universidade Federal do Paraná (Ufpr)

Prof.a Paula Avila Nunes, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 03/12/2021.

Aos professores que com empenho se dedicam à arte de ensinar, de transformar realidades e de propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me presentear com a vida e a oportunidade de aprender e evoluir para cumprir os Seus propósitos. Obrigada Pai, por me encher de força, coragem e sabedoria em todos os meus passos. Eu não sou nada sem Ti!

Ao meu esposo Lucas Lopes, o meu porto seguro, por compreender os meus momentos e me encorajar a não desistir. Obrigada, meu amor. Você é a melhor parte de mim!

Aos meus pais Gilmar e Josy, por serem a minha base e referência de vida. Obrigada por todos os ensinamentos, conselhos e investimentos na minha caminhada. Vocês são a minha maior riqueza!

Aos meus avós Josué e Graça, por sempre contribuírem e acreditarem no meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada por todo cuidado, mimos e palavras afetuosas. Vocês são a prova do cuidado de Deus por mim!

Aos meus irmãos Lubiane e Lucas, pelo companheirismo, amizade e cumplicidade. Obrigada por todo incentivo e carinho. Vocês são meus melhores amigos!

Aos meus amigos Thamires e Demóstenes, por me motivarem a ir além e aliviarem o desgaste advindo da vida acadêmica. Vocês são presentes de Deus para mim!

Ao meu orientador Roberlei Bertucci por, mais uma vez, embarcar comigo no mundo do conhecimento. Obrigada, professor pela parceria inestimável, pela confiança e dedicação com o meu trabalho. Você é uma referência para mim!

Às professoras Paula Ávila Nunes e Maria José Foltran, pela gentileza e disposição em avaliar esta Dissertação, bem como por suas contribuições para o aperfeiçoamento deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UTFPR pela oportunidade de aprender e desenvolver este trabalho e, aos meus colegas de mestrado pelas partilhas de conhecimento e experiências.

Por fim, agradeço a todas as comunidades escolares por me impulsionarem a desenvolver mais um estudo revestido de esperança pela mudança de suas realidades.

RESUMO

Em uma sociedade letrada, a produção do texto dissertativo-argumentativo é uma atividade frequentemente solicitada por diferentes instituições, principalmente, nas escolas e em exames como vestibulares e Enem. Assim, considerando o Enem, a produção do gênero Redação exige a observância de competências relacionadas, principalmente, à estrutura e organização do tipo textual dissertativo-argumentativo e ao uso de mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Assim, para mobilizar seus argumentos e expressar suas ideias, o participante precisa estruturar o seu texto de forma a cumprir as exigências do Exame. Para isso, além dos aspectos estruturais e composicionais, a observância de *Crítérios de Textualização* defendidos pela Linguística Textual bem como a mobilização de estratégias argumentativas são essenciais para a escrita do gênero. Dentre essas estratégias, neste trabalho, destacamos as *inferências*. Nessa perspectiva, o conceito griceano de *Implicaturas Convencionais* de que existem itens linguísticos que veiculam significações específicas é relevante para ser analisado na constituição do gênero Redação do Enem. Um ponto em especial é o uso de expressões de caráter opinativo, com carga argumentativa, portanto, que podem contribuir para a caracterização do texto dissertativo-argumentativo, o que nos motivou a investigar como as ICs, enquanto um tipo particular de inferências, aparecem em textos como do Enem. Baseando-se nessa perspectiva, este trabalho analisa a ocorrência de Implicaturas Convencionais com carga argumentativa em Redações do Enem. Para isso, tomamos como aporte teórico a visão de Liberato e Fulgêncio (2010) e Wolf (2019) sobre as inferências, enquanto processo envolvido em uma escrita/leitura compreensiva e eficaz, os critérios de textualização em Marcuschi (2008), a teoria griceana sobre as *implicaturas* (1975/1982) bem como o estudo de Oliveira e Basso (2014) sobre este tema, além de assumirmos a ampliação do conceito griceano a partir de Bach (1999) e Potts (2005). Como *corpus* utilizamos algumas redações que compõem a *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018*, compilada por candidatos que atingiram a nota máxima no Enem, e propomos uma análise quantitativa e qualitativa. Os resultados indicam que as ICs contribuem para direcionar o percurso argumentativo e intensificar a força persuasiva do texto do Enem; e ainda revelam que os critérios de textualização estão diretamente relacionados ao estudo sobre esse tipo de inferência.

Palavras-chave: inferências; implicatura convencional; redação do Enem; critérios de textualização; texto dissertativo-argumentativo.

ABSTRACT

In a literate society, the production of the dissertative-argumentative text is an activity frequently requested by different institutions, mainly in schools and in exams such as entrance exams and Enem. Thus, considering the Enem, the production of the essay genre requires the observance of criteria related, mainly, to the structure and organization of the textual type of dissertative-argumentative and the use of linguistic mechanisms necessary for the construction of the argumentation. Thus, to mobilize their arguments and express their ideas, the participant needs to structure his text in order to fulfill the competencies required in the Exam. For this, in addition to structural and compositional aspects, the compliance with Textualization Criteria advocated by Textual Linguistics as well as the mobilization of argumentative strategies are essential for the writing of the genre. Among these strategies, in this work, we highlight the inferences. In this perspective, the Gricean concept of Conventional Implicatures that there are linguistic items that convey specific meanings is relevant to be analyzed in the constitution of the Enem essay genre. One point in particular is the use of expressions of an opinion character, with an argumentative weight, therefore, that can contribute to the characterization of the argumentative-argumentative text, which motivated us to investigate how CIs, as a particular type of inferences, appear in texts such as Enem. Based on this perspective, this paper analyzes the occurrence of Conventional Implicatures with an argumentative burden in Enem's essays. For this, as theoretical support, we take Liberato and Fulgêncio (2010) and Wolf (2019) 's view of inferences, as a process involved in a comprehensive and effective writing / reading, the textualization criteria in Marcuschi (2008), the Gricean theory on implicatures (1975/1982) as well as the study by Oliveira and Basso (2014) on this topic, in addition to expanding the Gricean concept from Bach (1999) and Potts (2005). As a corpus we used some essays that make up the *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018*, compiled by candidates who achieved the highest score in Enem, and we propose a quantitative and qualitative analysis. The results indicate that CIs contribute to direct the argumentative path and intensify the persuasive force of the text; and further reveal that the textualization criteria are directly related to the study on this type of inference.

Keywords: inferences; conventional implicature; Enem essay; textualization criteria; dissertative-argumentative text.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquematização Textual	37
Figura 2 - A implicatura Convencional na intersecção de significado.....	84
Figura 3 - Esquema Gradativo das Implicações	88
Figura 4 - Esquema Gradativo das Implicações reelaborado	88
Figura 5 - Proposta de Redação Enem 2018.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Máximas e Submáximas de Grice	56
Quadro 2 - Quadro Síntese das Implicações	89
Quadro 3 - Teste e Subtestes aplicados na análise	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contabilização das ocorrências de ICs - Textos de 1 a 16.....	99
Tabela 2 - Contabilização das ocorrências de ICs - Textos de 17 a 31.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIDs	<i>Alleged Conventional Implicature Devices</i>
AED	Anáfora Encapsuladora Descritiva
AEO	Anáfora Encapsuladora Opinativa
DI	Discurso Indireto
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IC	Implicatura Convencional
ICE	Implicatura Convencional Expressiva
ICS	Implicatura Convencional Suplementar
IV	Informação Visual
InãoV	Informação não-Visual
LT	Linguística Textual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENQUADRAMENTO DO TRABALHO DENTRO DA ÁREA DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA	18
2.1	A escrita como tecnologia.....	22
2.2	Gêneros Textuais como aparatos tecnológicos	25
2.3	O gênero Redação do Enem.....	28
2.4	Critérios de Textualização	35
3	O CONTEXTO DAS INFERÊNCIAS	43
3.1	Processos envolvidos em uma leitura compreensiva e eficaz.....	43
3.2	As inferências e o conhecimento de fundo no processo de escrita/leitura	44
3.3	As inferências e a argumentação.....	51
4	A TEORIA DAS IMPLICATURAS.....	54
4.1	Princípios de Cooperação e Implicaturas em Grice	54
4.2	Ampliação do conceito de Implicatura Convencional.....	63
4.3	Exemplos de análise de Implicatura Convencional no português brasileiro.....	90
5	ANÁLISE DOS DADOS	96
5.1	Hipóteses e Metodologia	96
5.2	Coleta e Análise dos dados.....	99
5.2.1	Análise qualitativa dos Expressivos.....	101
5.2.2	Análise qualitativa dos Suplementares.....	114
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	ANEXOS	130

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, partimos da perspectiva de que, na vida em sociedade, as interações comunicativas são permeadas pelo uso da língua, seja em sua modalidade oral ou escrita. Assim, entendemos que estudá-la em suas diferentes facetas é garantir um melhor domínio da principal ferramenta de comunicação social.

Desse modo, considerando especificamente a língua escrita, verificamos que ela permeia a vida social a partir de uma multiplicidade de textos dos mais diversos gêneros discursivos, os quais precisam ser conhecidos e compreendidos pelos sujeitos sociais para que sejam produzidos com qualidade.

Nesse sentido, reconhecemos que, frente a uma sociedade letrada em que as práticas de leitura e escrita são parte da vida cotidiana dos indivíduos, faz-se necessário o conhecimento e o domínio da escrita - tanto como sistema quanto como processo de composição textual - a fim de que seja efetivada com êxito nas situações sociocomunicativas em que é requerida. Nesse contexto, pode-se dizer que o domínio da escrita é o domínio de uma tecnologia essencial para a sociedade em que vivemos. Por isso, concordamos com a perspectiva de Antunes (2010, p. 49) de que

analisar textos é procurar descobrir, entre outros pontos, seu esquema de composição; sua orientação temática, seu propósito comunicativo; é procurar identificar suas partes constituintes; as funções pretendidas para cada uma delas, as relações que guardam entre si e com os elementos da situação, os efeitos de sentido decorrentes de escolhas lexicais e de recursos sintáticos. É procurar descobrir o conjunto de suas regularidades, daquilo que costuma ocorrer na sua produção e circulação, apesar da imensa diversidade de gêneros, propósitos, formatos, suportes em que eles podem acontecer.

Assim, levando em conta a produção de gêneros escritos, percebemos que textos de tipo dissertativo-argumentativo são requeridos no mundo social por diferentes instituições, como na escola - do nível básico ao superior - e em exames seletivos - como vestibulares, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e concursos públicos, indicando a necessidade de que sejam submetidos a estudos e análises linguísticas.

No caso do Enem, recorte desta pesquisa, verificamos que, na escrita da redação, exige-se a observância de critérios relacionados, principalmente, à estrutura e organização do tipo textual dissertativo-argumentativo e ao uso de mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Nesse sentido, entendemos ser importante que o estudo desse gênero considere todas as suas

partes constituintes, buscando analisá-lo para além da sua estrutura macro, a fim de compreender, também, as contribuições dos microelementos para a sua constituição.

Isso porque a construção do gênero baseia-se no intuito de argumentar sobre o assunto estabelecido na proposta de redação a partir da defesa de uma tese. Assim, para mobilizar seus argumentos e expressar suas ideias, o participante precisa estruturar o seu texto de forma a cumprir as competências exigidas no Exame. Para isso, além dos aspectos estruturais e composicionais, a mobilização de estratégias argumentativas é essencial para a escrita do gênero. Dentre essas estratégias, neste trabalho, destacamos as *inferências*, visto que a escrita e leitura de um texto compreende aquilo que é visual mas o seu sentido é preenchido por informações implícitas que são resgatadas por meio dos conhecimentos prévios do leitor (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010; WOLF, 2019).

Assim, na escrita do gênero em questão, percebemos a necessidade de que o candidato deixe marcas textuais por meio de suas escolhas lexicais, as quais são mobilizadas para o acionamento de raciocínios inferenciais que contribuem para a interpretação de um discurso argumentativo coerente. Nessa perspectiva, o conceito griceano de *Implicaturas Convencionais* (doravante ICs) de que existem itens linguísticos que veiculam significações específicas é relevante para ser analisado na constituição do gênero Redação do Enem. Isso porque entendemos que a escolha pelo uso de determinados elementos da língua na produção textual não é inocente (GRICE, 1975/1982), resultando no disparo de ICs que podem interferir na força persuasiva do texto produzido e, conseqüentemente, contribuir para a compreensão da sua orientação argumentativa.

À vista disso, compreendemos o quão importante é o processo inferencial para a construção textual, sobretudo do gênero em questão. No entanto, percebe-se o quanto a temática das inferências é tratada de forma vaga e curta no campo da argumentação. Um ponto em especial é o uso de expressões de caráter opinativo, com carga argumentativa, portanto, que podem contribuir para a caracterização do texto dissertativo-argumentativo. Nesse sentido, a questão que nos motivou a realizar essa pesquisa foi: se as ICs, enquanto um tipo particular de inferências, aparecem em textos como do Enem, como então elas se apresentam no gênero? Nossa hipótese de trabalho é de que é possível a identificação de dois tipos de ICs (POTTS, 2005) - as *suplementares* e as *expressivas* - as quais contribuem para a qualidade da argumentação.

Para mais, este estudo estabelece uma Interface com a Linguística Textual (doravante LT) ao demonstrar que, além das competências exigidas pelo Enem, a produção da redação, enquanto unidade dissertativo-argumentativa coerente, leva em conta - de forma mais específica - os seguintes *Crítérios de Textualização* (MARCUSCHI, 2008): a *Coerência* e seus fatores *Conhecimento Linguístico*, *Conhecimento de Mundo e as Inferências*, a *Intencionalidade* e a *Aceitabilidade*. Por isso, esses critérios são considerados na análise do processo de composição do gênero em estudo.

Logo, depreendemos que a pesquisa sobre ICs pode ampliar não apenas a compreensão a respeito das inferências por apresentar uma carga opinativa, o que é extremamente adequado para textos argumentativos, mas também evoluir o conhecimento sobre o conceito griceano - pouco discutido nos estudos linguísticos - e demonstrar a funcionalidade dos Critérios estabelecidos pela LT por meio de uma análise integrada ao texto. Ademais, destacamos a possibilidade de se favorecer a compreensão da língua e seus mecanismos em situações reais de uso e, ainda, as discussões sobre a prática do ensino gramatical nas salas de aula, atualmente.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe-se a analisar a ocorrência de ICs com carga argumentativa em redações do Enem, a partir de três objetivos específicos: relacionar o conceito de IC proposto por Grice com o gênero Redação do Enem a partir do estudo teórico que situa os temas da pesquisa; identificar e descrever expressões de caráter opinativo, com carga argumentativa, que disparam IC no gênero em questão; e analisar a atuação das ICs para a configuração da Redação do Enem, a partir de Grice (1975/1982), Oliveira e Basso (2014), Bach (1999) e Potts (2005), relacionando, inclusive, com os *crítérios de textualização* em Marcuschi (2008) e Koch e Travaglia (1995; 2001).

Para isso, o trabalho está organizado assim: no primeiro capítulo de desenvolvimento do estudo, enquadrámos o trabalho na área de concentração do PPGEL, a saber, *Linguagem e Tecnologia* e na linha específica de *Multiletramentos, discurso e processos de produção de sentido*. Para isso, discutimos a interação humana mediada por ambas as noções (ORTEGA y GASSET, 1963; PINTO, 2005 1989; CASSIRER, 2012), a fim de descrever a escrita como aparato tecnológico da Linguagem Humana (AUROUX, 1992; BAZERMAN, 2005; GNANADESIKAN, 2009; COULMAS, 2014; CUPANI, 2016) e refletir sobre os gêneros textuais sob o mesmo viés.

Na sequência do capítulo, tratamos sobre a caracterização dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2007; BAKHTIN, 2011), em especial, as Redações do Enem (GARCEZ et.al, 2017; CANTARIN et. al, 2017), e o finalizamos realizando uma interface com a LT ao tratarmos dos *critérios de textualização* (MARCUSCHI, 2008) que dialogam com o processo de composição do gênero redação do Enem e relacionam-se com o estudo sobre as ICs.

No segundo capítulo de desenvolvimento, discutimos sobre o contexto em que se situam as Inferências enquanto um dos processos envolvidos em uma escrita/leitura compreensiva e eficaz a partir de Wolf (2019) e Liberato e Fulgêncio (2010), destacando o conhecimento prévio como fator essencial no processo inferencial. Na sequência, abordamos a relação entre as Inferências e a Argumentação por meio de Fiorin (2017) a fim de situar a teoria de Grice (1975/1982) sobre as *Implicaturas* na análise do gênero redação do Enem. Então, no terceiro capítulo de desenvolvimento, tratamos sobre a Teoria Griceana com foco no conceito de IC a partir das conjunções, o qual é desenvolvido por Oliveira e Basso (2014), e na sequência, analisamos como estudos mais recentes têm ampliado a noção griceana por meio de Bach (1999) e Potts (2005).

O quarto capítulo de desenvolvimento do estudo descreve o percurso metodológico que inclui a pesquisa quantitativa dos itens de carga argumentativa disparadores de IC, em Redações Nota mil do Enem, e expõe a análise qualitativa dos dados obtidos. Para isso, utilizamos como *corpus* a *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018*¹ e do total de redações da coletânea, a princípio, selecionamos uma delas para compor a análise qualitativa. Com relação aos itens analisados, decidimos fazer um recorte considerando itens *expressivos* e *suplementares*, os quais ao serem utilizados em um enunciado disparam contribuições feitas pelo falante com o propósito de guiar o discurso (POTTS, 2005). Nesse sentido, especificamente sobre a análise dos itens expressivos, selecionamos como um recorte ainda mais específico as *Anáforas Encapsuladoras Opinativas* (doravante AEOs), enquanto uma possibilidade de que sejam itens disparadores de ICs (BERTUCCI et.al, 2020) - ponto questionado, mas não respondido pelos autores. Assim, por se tratar de um trabalho com o mesmo *corpus* (a redação do Enem),

¹ Disponível em: <<https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

decidimos analisar esses itens com caráter expressivo, a fim de tentar responder a questão. Desse modo, discutimos os resultados obtidos.

Isto posto, esta pesquisa possui caráter descritivo e qualitativo, que explora a técnica de pesquisa documental indireta, buscando descrever e discutir os resultados obtidos a partir dos dados coletados. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais com as conclusões do estudo e perspectivas para trabalhos futuros que possam, efetivamente, contribuir com estudos linguísticos e práticas de ensino.

2 ENQUADRAMENTO DO TRABALHO DENTRO DA ÁREA DE LINGUAGEM E TECNOLOGIA

No campo da Linguística, os estudos sobre Linguagem e Tecnologia têm permitido o diálogo entre o passado e o presente da humanidade e tornado possível a discussão de questões futuras. Isso porque a escrita, uma abstração da linguagem humana, tornou-se uma habilidade técnica apropriada pelo homem para transformar o meio ao seu redor.

Nesse contexto, o ser humano - compartilhando o mundo natural com os animais - estabelece uma relação incômoda com a natureza, a qual apresentava-se como insuficiente diante de sua capacidade de “governar-se mediante outras faculdades, como a reflexão e a vontade, que reagem sobre os instintos” (ORTEGA y GASSET, 1963, p. 24). Por isso, segundo Cassirer (2012, p. 47),

no mundo humano encontramos uma característica nova que parece ser a marca distintiva da vida humana. O círculo funcional do homem não é só quantitativamente maior; passou também por uma mudança qualitativa. O homem descobriu, por assim dizer, um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator, que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como o *sistema simbólico*.

Esse sistema concretizado a partir da linguagem é o mecanismo que permite ao homem antes de acessar a realidade, refletir sobre ela e os elementos que a compõem e ressignificá-la segundo seus interesses e vontades. Por isso, conforme Cassirer (2012, p. 48), a linguagem apresenta-se como um dos “fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana”, funcionando como um elo mediador entre o ser humano e a realidade.

Desse modo, a linguagem humana conduz o homem a viver “em uma nova *dimensão* de realidade” (CASSIRER, 2012, p. 48), na qual ele passa a mobilizar os sentidos e ser transformador do seu próprio mundo, construindo suas próprias condições de vida e realizações. Segundo Ortega y Gasset (1963, p. 28), o ser humano desenvolve “um novo tipo de fazer que consiste em produzir o que não estava aí, na natureza, quer não esteja em absoluto, quer não esteja quando faz falta” (ORTEGA y GASSET, 1963, p. 28), o qual só é possível por sua habilidade técnica de conhecer a forma e a aplicabilidade das coisas.

É nessa perspectiva que Vargas (2009, p. 7) afirma que “a técnica nasceu com a humanidade” e foi sendo desenvolvida mediante a evolução humana, histórica

e social, até chegar ao seu estágio como tecnologia, “visando construir os meios para produzir efeitos previamente calculados” (RÜDIGER, 2013, p. 76). Nesse caso, a tecnologia diferencia-se da técnica por apresentar o aspecto reflexivo e de planejamento quanto ao processo de produção do artificial. Nesse sentido, pode-se dizer que a condição humana é tecnológica (PINTO, 2005) pois o homem torna-se humano (distanciando-se de outros animais) à medida que, usufruindo do dom da linguagem, é capaz de pensar, elaborar, planejar e produzir aquilo que é necessário para a sua vida em sociedade, transformando o natural em artificial.

Dessa forma, a tecnologia tornou-se um forte aliado do ser humano na sua trajetória produtiva, levando o homem a ressignificar seus conhecimentos empíricos e a adotar uma “mentalidade tecnológica” (CUPANI, 2016), a qual está relacionada à “capacidade humana de *fazer coisas*”, com vistas a adaptar o mundo às suas necessidades e vontades, poupando esforços e mitigando problemas de sociabilidade. Nesse ínterim, de acordo com Pinto (2005, p. 75), “o ser humano mostrou-se capaz de produzir instrumentos, prover por atos produtivos a própria existência”. Assim, as alternativas do ser humano de lidar com o mundo ampliam-se e suas experiências reflexivas passam a ser concretizadas na cultura humana por meio de sua habilidade técnica de produzir coisas artificiais.

Então, inserido em um processo civilizatório, ele passa a estabelecer relações humanas, inicialmente, por meio da língua em sua modalidade oral, já que “falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (CASSIRER, 2012, p. 65), e a “língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (BENVENISTE, 1989, p. 96) passa a ser o meio principal de expressão da linguagem simbólica de forma mais concreta nas relações entre humanos. A respeito disso, Benveniste (1989, p. 96) afirma que

língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra.

Assim, pode-se dizer que desde o início da raça humana a linguagem limitava-se à fala como um componente natural de expressão do pensamento humano e um meio de comunicação. Entretanto, vivendo em sociedade, os seres humanos, ao interagirem entre si, deparam-se com o desenvolvimento de práticas como, por

exemplo, as comerciais, as quais requerem a necessidade do registro, acúmulo e transmissão de uma grande quantidade de informações - aspecto decisivo para o surgimento da escrita. Por isso, tendo as relações sociais “a primazia, e de fato constituem o fundamento de todas as realizações do homem” (PINTO, 2005, p. 85), o homem faz uso da sua capacidade produtiva, transforma a língua e a desenvolve em um sistema escrito. Surge então, a escrita² (e como consequente, a leitura).

Nesse sentido, faz-se necessário destacar o fato de que a linguagem materializada na fala acompanha o homem desde sempre, sendo inata à nossa espécie, conforme temos discutido. Porém, conforme defende a neurocientista Maryanne Wolf (2019, p. 9) “os seres humanos não nasceram para ler”³. A autora considera que a leitura é “uma capacidade quase milagrosa do cérebro” (WOLF, 2019, p. 14), o qual não veio de fábrica preparado para lidar com a escrita. Na verdade, como defende Steven Pinker no seu livro “O Instinto da linguagem” (2002), o cérebro humano constitui-se e desenvolve-se a partir da capacidade inata da espécie humana de adquirir e utilizar a linguagem, a qual “é uma habilidade tão natural que costumamos esquecer que é um milagre” (PINKER, 2002, p. 5). Assim, sendo a própria linguagem um “milagre” depreende-se que a escrita assim como a capacidade de decifrá-la e entendê-la também o é, o que requer um poderoso mecanismo cerebral para dar conta dela.

Nesse sentido, Wolf nos faz entender que não há nada no gene humano para desenvolver a leitura e a escrita. Desse modo, a leitura é um fenômeno que precisa modificar a plasticidade do cérebro, permitindo que “ele seja moldado por fatores

² Destacamos que há uma distância significativa entre o surgimento da linguagem nos seres humanos e o surgimento da escrita. Segundo Faraco (2016, p. 33-34), “a linguagem verbal é marca forte, constitutiva, distintiva da nossa espécie. Por isso, a discussão de suas origens está intrinsecamente ligada às discussões da origem da própria espécie - *Homo sapiens* +/- 100 mil anos”. Além disso, segundo o autor, antropólogos registram que, por volta de 50 mil anos atrás, houve “um florescimento cultural bastante significativo, inimaginável sem a linguagem verbal”, o qual indicia que ela já estava plenamente estruturada por essa época e, então, teria surgido há mais de 50 mil anos (FARACO, 2016, p. 34). Já quanto à escrita, Faraco defende que, enquanto um segundo meio de expressão criado pela humanidade, “o meio escrito é recentíssimo: foi desenvolvido há apenas aproximadamente cinco mil anos” (FARACO, 2016, p. 48).

³ Neste ponto, podemos fazer uma inserção distinta. Em seu livro “O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era”, a neurocientista cognitiva e pesquisadora da leitura Maryanne Wolf (2019) apresenta fatos referentes à leitura e ao cérebro leitor que dialogam bem com os aspectos que aqui apresentamos. Apesar de reconhecermos que esta teoria de cunho neurológico é de um viés muito diferente das teorias que discutimos no trabalho, decidimos também inseri-la, pois ela nos permite observar aspectos relevantes sobre a leitura e a escrita partindo do social para o cognitivo.

externos” (WOLF, 2019, p. 16), como é o caso do letramento se for encarado como um processo cultural que precisa ser desenvolvido a partir das práticas sociais de leitura e escrita⁴. Desse modo, compreendemos que o uso e o domínio da escrita só são possíveis a partir do momento em que o ser humano, inserido em uma sociedade letrada, apropria-se dos conhecimentos linguísticos e sabe operá-los com eficácia em seu meio social ao ler e ao escrever.

Nessa perspectiva, como defende Marcuschi (2008), o domínio da língua é condição para se dominar, inclusive, a *textualização* enquanto processo de composição textual que diz respeito ao ato em si de escrever obedecendo a critérios específicos para resultar na produção do texto como unidade de sentido. Por isso, reconhece-se a necessidade de se olhar para a língua com o objetivo de entendê-la e dominá-la para que a escrita e a leitura de textos produzidos nas práticas sociais sejam realizadas com qualidade.

Portanto, defendemos que a escrita pode ser considerada como uma tecnologia aplicada sobre a língua (AUROUX, 1992), a qual pode apresentar-se tanto como um sistema de representação visual e/ou, ainda, como a textualização. Assim, ambas as formas de apresentação da escrita podem ser encaradas como criações técnicas, já que assim como o homem refletiu e planejou o sistema de escrita enquanto aparato simbólico, a textualização também requer planejamento e reflexão para que o texto cumpra o seu objetivo de comunicar e ser interpretado por meio da leitura.

Logo, neste trabalho, consideramos que a escrita, em suas ambas formas já descritas, por ser uma criação técnica precisa ser aprendida, analisada e dominada para ser bem utilizada e/ou produzida com êxito no meio social. Por isso, na seção que segue, abordamos a escrita sob essa ótica.

⁴ Reconhecemos a importância do processo de *Letramento* que, inclusive, também é considerado por Wolf (2019, p. 16) a partir de seu seguinte argumento: “a origem não natural e, sim, cultural do letramento - primeiro aspecto enganosamente simples a considerar sobre a leitura - significa que os jovens leitores não têm um programa de base genética para desenvolver esses circuitos”, o que reforça a relevância desse processo no domínio da escrita, enquanto criação tecnológica. No entanto, decidimos não incluir a Teoria do Letramento no trabalho devido ao recorte do objeto de pesquisa.

2.1 A escrita como tecnologia

A escrita, enquanto sistema de representação, foi inventada pelo homem para funcionar como um “sistema de notação” (AUROUX, 1992, p. 23) composto por um conjunto de sinais que passam a registrar o que é dito. Segundo Gnanadesikan (2009, p. 14, tradução nossa),

essa é a essência da escrita. Escrever representa a língua, mas supera a palavra falada [...] Uma mensagem falada (ou composta mentalmente) se desdobra com o tempo, uma palavra substituindo a anterior conforme é pronunciada. A escrita organiza a mensagem no espaço, cada palavra seguindo a anterior em uma linha. Escrever é, portanto, um processo de tradução do tempo para o espaço.

Por isso, “para a história das representações linguísticas, o *limiar da escrita* é fundamental” (AUROUX, 1992, p. 18).

Por outro lado, Gnanadesikan (2009, p. 15, tradução nossa) afirma que

a escrita não é um aspecto fundamental da vida humana, apesar do profundo impacto que teve na história da humanidade. Todas as sociedades humanas tiveram língua, mas muitas não escreveram.

Assim, compreendemos que há uma diferença entre a importância e a necessidade da escrita para os seres humanos. De forma geral, não há como negar que o advento da escrita abriu novas possibilidades para o desenvolvimento humano e social, tornando-se fator importante para a humanidade. Entretanto, é preciso ressaltar que “escrever é uma necessidade valiosa para as sociedades que os antropólogos chamam de civilizações” (GNANADESIKAN, 2009, p.13, tradução nossa), já que um meio civilizatório é formado por atividades que exigem do homem a manipulação de elementos escritos, a fim de participar mais ativamente da vida social.

Em contrapartida, vale destacar que existem também sociedades ágrafas que desenvolvem suas atividades sociais sem a escrita, como as tribos indígenas, por exemplo. Logo, apesar de importante e necessária para sociedades “civilizadas” por definição, a sua ausência em outros contextos demonstra que o desenvolvimento sociocultural não depende, necessariamente, do letramento para o convívio, visto que este pode basear-se em costumes típicos de um determinado grupo social bem como na oralidade, como principal forma de comunicação.

Contudo, considerando um meio civilizatório, é possível pensar a língua em sua forma escrita como “parte integrante do processo social” (COULMAS, 2014, p. 154) por sua contribuição para a organização das sociedades “civilizadas”, já que esta

vem sendo extremamente requisitada desde sua invenção para atender demandas sociais e permitir ao homem registrar mensagens em sua realidade.

Nessa perspectiva, Coulmas (2014, p. 160) afirma que a escrita é o “registro de significado no modo visual”. Ao fazer uso dela, o ser humano consegue materializar a significação da língua no meio em que vive. Entretanto, a funcionalidade dessa significação parece só fazer sentido quando ela é pensada e efetivada no uso social, por meio de um processo de negociação em que os signos da escrita são valorados pelos sujeitos⁵ e podem ser interpretados no contexto social por meio da leitura. Assim, percebemos que o uso da escrita no meio social envolve um planejamento e uma reflexão compartilhada entre os sujeitos a fim de gerar os sentidos necessários para efetivar a comunicação. Diante disso, compreendemos o caráter altamente tecnológico da escrita que precisa ser pensada e planejada para ser produzida com vistas a cumprir sua função social.

Sobre isso, Aurox (1992, p. 26) destaca que

espontaneamente aprendemos a falar nossa língua cotidiana, falando. Mas há uma coisa que parece segura: que desde que exista um sistema de escrita, para utilizá-lo é preciso aprendê-lo de modo especial.

No entanto, entendemos que, para além do conhecimento sobre o sistema de escrita, é preciso que o homem também compreenda os aspectos que envolvem a ação tecnológica de produzir e ler textos, pois “escrever é uma das invenções humanas mais importantes de todos os tempos” (GNANADESIKAN, 2009, p. 14, tradução nossa), pois “(...) as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimento, fazendo uso de textos” (BAZERMAN, 2005, p. 19).

Assim, em um processo de produção textual, entendemos que o texto é o artefato a ser produzido o qual, “quando considerado como unidade, é uma unidade de sentido e não unidade linguística” (MARCUSCHI, 2008, p. 97). Por isso, vale destacar que, assim como o sistema de escrita é valorado pelos sujeitos para ser utilizado, a escrita enquanto ato de escrever também exige do homem técnica, planejamento e reflexão a fim de dar conta do texto como unidade de sentido.

⁵De forma geral, o tema é tratado principalmente com foco na língua em sua modalidade oral. No entanto, considerando a escrita como abstração tecnológica da língua, vale ressaltar que o processo de negociação também ocorre e é necessário nela, apesar de apresentar-se mais fechado e complexo. De acordo com Saussure (2006, p. 138-139), a relação valorativa “se comprova existir idêntico nesse outro sistema de signos que é a escrita”, já que os signos da escrita são arbitrários; o seu meio de produção é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema; os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras, sendo o valor das letras puramente negativo e diferencial.

Nesse sentido, segundo Rüdiger (2013, p. 73), a técnica diz respeito à "aplicação de um saber passível de desenvolvimento" que envolve uma ação deliberada de saber como-fazer algo. Por isso, podemos dizer que saber escrever - no sentido de registrar a língua - é um ato totalmente técnico e que, concomitantemente, pressupõe que se pense e planeje essa escrita para saber fazer com eficácia, isto é, para que o conhecimento linguístico seja colocado no papel de forma a fazer sentido para o leitor. Então, depreendemos que a técnica por si só está relacionada ao "saber- fazer", mas a sua efetividade se faz possível a partir dos aspectos que envolvem a tecnologia. Isso porque, como afirma Cupani (2016, p. 95),

a caracterização da tecnologia como "campo de conhecimento" obedece a que, para Bunge, não existe tecnologia onde o homem se limita a aplicar um saber-fazer, ou a servir-se de artefatos sem se perguntar pela sua base teórica nem procurar o seu aperfeiçoamento.

Desse modo, a técnica apresenta-se como uma ação racional "(...) orientada a garantir, poder-se-ia dizer, seu próprio sucesso" (CUPANI, 2016, p. 95), tendo como reforço os aspectos tecnológicos de questionar, planejar e aperfeiçoar aquilo que é feito. Desse modo, compreendemos que o processo de escrita de um texto requer uma atitude reflexiva sobre este artefato e tudo que envolve a sua produção com vistas a compreendê-lo e fazê-lo compreensível. Assim, é possível transformar uma ação deliberada de simplesmente escrever (técnica) em um ato de produção consciente (textualização) em que o texto elaborado pode comunicar com êxito, pois o seu produtor é capaz de pensar sobre sua estrutura e composição.

Portanto, entendemos que a escrita e, conseqüentemente, a leitura se manifestam como artefatos básicos da nossa sociedade, tecnologias essenciais para a vida comunitária. Além de tudo, a língua faz parte do nosso dia a dia, e nós a utilizamos ao produzir textos escritos dos mais diversos Gêneros Textuais. Nesse sentido, Cupani (2016, p. 15) afirma que

o homem produz e usa artefatos como manifestação de sua vida em sociedade. Isso implica que a maneira de produzir e servir-se dos artefatos depende, obviamente, do tipo de sociedade em que tais atividades ocorrem.

Assim, entendemos que, em nossa sociedade, o Enem é uma realidade que exige a produção de um texto escrito (redação escolar) a partir de uma situação comunicativa determinada por regras específicas. Assim, a redação do Enem é um gênero que faz parte de um meio social organizado em que os candidatos vivem, e por isso, a sua produção é necessária a partir da ação humana que é técnica. Então,

podemos dizer também que o conhecimento dos gêneros é por consequência um conhecimento tecnológico, condição para práticas sociais mais específicas, como é o caso do Enem, parte da discussão desta pesquisa.

Diante disto, a seguir, discutiremos sobre os Gêneros Textuais enquanto aparatos tecnológicos e apresentaremos as características mais específicas do gênero redação do Enem⁶. Assim, pretende-se relacionar as questões dissertativas-argumentativas que compõem esse gênero à noção de inferências, mais especificamente, implicaturas que será objeto de análise.

2.2 Gêneros Textuais como aparatos tecnológicos

Conforme já discutido anteriormente, a existência da tecnologia se dá a partir do momento em que o homem, por meio de sua habilidade técnica e na busca por conhecimento, passa a questionar e a refletir sobre a aplicabilidade das coisas. Dentre essas coisas, destacamos a língua em sua modalidade escrita. Então, vivendo em sociedade, os sujeitos sociais descobrem que, para cada evento comunicativo, é possível configurar a escrita de modos distintos. Assim, eles passam a fazer um uso específico da língua transformando-a em diversas formas textuais para adequar-se a diferentes situações cotidianas. Essas formas textuais foram definidas como Gêneros Textuais e apresentam-se como

construções sócio-históricas que se estabelecem naturalmente pela coletividade, ou seja, não são criações individuais ou voluntárias. Constituem eventos discursivos maleáveis, dinâmicos, que se delineiam e se estruturam conforme a situação e os objetivos específicos do momento e são realizados em práticas comunicativas concretas⁷ (GARCEZ, 2017, p. 51)

⁶ Nesse sentido, assumimos a redação do Enem como um gênero textual específico, tal como para Pereira (2018), Silva (2018). Para discussões sobre gênero e tipo textual nas redações do Enem, ver Cantarin et al. (2017), Coroa (2017) e Val (2017).

⁷ Aceitar o Enem como uma “situação comunicativa real/concreta” é uma questão controversa, devemos reconhecer. Temos consciência de que muita gente pode não aceitar a redação do Enem como um gênero de situação real de comunicação, como Haas e Guimarães (2014). No entanto, assumimos aqui que o fato de ser realizado por mais de 4 milhões de pessoas todos os anos, além do tempo de preparação do candidato para a prova devem constituir, sim, uma situação de comunicação concreta, com a qual ele deverá interagir. Assim, entende-se que o Enem é uma situação de comunicação reconhecível pelos falantes e, como defende Prado e Morato (2016, p. 205), “o gênero Redação do ENEM já está assim consolidado e tem estruturas relativamente estáveis”, além de veicular uma função sociocomunicativa pedagógica (MARCUSCHI, 2007) ao circular na esfera discursiva escolar. É a partir desse viés que caracterizamos a redação e localizamos nosso trabalho.

Nessa perspectiva, os gêneros são produzidos a partir de uma ampla gama de relações sociais que são estabelecidas entre os indivíduos ao se envolverem em eventos enunciativos. Por conseguinte, eles “surgem, desaparecem e misturam-se, constituindo uma lista infinita de possibilidades discursivas, caracterizando-se principalmente por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais” (GARCEZ, 2017, p. 51). Então, entende-se que a produção de qualquer forma de comunicação verbal na sociedade está diretamente relacionada ao uso de um dos gêneros disponíveis na cultura humana.

Assim sendo, essas formas-padrão são assimiladas pelos falantes de uma língua a partir do convívio com elas nas práticas sociais e o seu uso se dá quando, frente a uma situação de interação, os indivíduos tendem a escolher um gênero mais adequado ao objetivo comunicativo. Por isso, concorda-se com Marcuschi (2008, p. 154) que, “quando dominamos um gênero, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Assim, compreendemos que os gêneros são criados para atender as intenções dos sujeitos nos eventos comunicativos e, por isso, esses textos tendem a compor e a estar ajustados a situações diversas, representando as distintas formas a partir das quais os indivíduos se relacionam com o ambiente social. Sendo assim, eles podem ser encarados como um dos meios pelo qual a língua materializa-se para atender propósitos comunicativos.

Nesse viés, depreende-se que os gêneros, assim como foi com a escrita, são planejados e desenvolvidos pelos indivíduos, ainda que de forma inconsciente, para organizar a comunicação social, o que aponta para o seu caráter técnico. Por isso, concorda-se com Bazerman (2005, p. 19), que a “produção, circulação e uso ordenados desses textos constituem, em parte, a própria atividade e organização dos grupos sociais”. Dessa forma, eles podem ser vistos como aparatos tecnológicos em que o seu conhecimento é essencial para a participação na cultura letrada. Por esse ponto de vista, os gêneros configuram-se como macrounidades da língua e devem ser mobilizados nas práticas de sala de aula. Sobre isso, Coroa (2017, p. 70) defende que

ao considerar a variedade dos gêneros textuais nas nossas práticas de sala de aula, estamos muito mais próximos da realidade do uso linguístico, porque é assim que interagimos linguisticamente, por meio de gêneros adequados a cada situação sociocomunicativa.

Por isso, é de extrema valia que os indivíduos conheçam e aprendam a usar, dentro do possível, grande parte dos tipos de gêneros elaborados socialmente,

compreendendo “qual é o seu objetivo, o seu funcionamento pragmático, em que prática comunicativa ocorre, quais são as suas características essenciais, de quais sequências é formado, quais as habilidades de linguagem que exige” (GARCEZ, 2017, p. 58), a fim de estejam mais preparados para utilizá-los na vida social.

Desse modo, segundo Garcez (2017, p. 51),

as propriedades funcionais em relação a seus objetivos, seu estilo, sua composição, o suporte ou canal em que são veiculados, o domínio discursivo ou instância social em que se realizam determinam a constituição dos gêneros.

Nesse sentido, Bakhtin (2011) defende que os gêneros apresentam uma composição múltipla que abrange os aspectos pragmáticos, estruturais e enunciativos com relação à língua. Assim, eles são formados por três elementos: *conteúdo temático*, o qual diz respeito ao objeto do discurso assumido como tema para ser compartilhado pelos interlocutores; *estilo da linguagem* que é determinado pelas unidades temáticas e composicionais, além de ser influenciado pela relação entre o locutor e o outro; e *construção composicional* que está associada ao modo de organização dos blocos de informações e a estruturação do gênero. Dessa forma, essa composição constitui todo e qualquer tipo de gênero e deve ser objeto de análise das práticas em sala de aula.

Nesse sentido, vale destacar que, como ressalta Auroux (1992), a “natureza prática” do ser humano é definida pela necessidade de se apropriar do conhecimento e conseguir lidar com o saber linguístico para efetivamente atuar nas práticas sociais. Entretanto, muitas são as situações em que o uso da língua ocorre e, por isso, sempre haverá a formulação de novos gêneros, já que a origem deles se dá em cada situação social em que a comunicação é requerida (BAKHTIN, 2011). Então, “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social” (BAZERMAN, 2011, p. 22).

À vista disso, Bakhtin (2011) definiu dois tipos de gêneros que são constituídos nas situações discursivas: os *primários (simples)* e os *secundários (complexos)*. Segundo ele, os “gêneros simples” são aqueles que “se formam nas condições da comunicação discursiva imediata” - como por exemplo, uma conversa pessoal - e, os “gêneros complexos surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2011, p.263), por meio de uma reelaboração dos gêneros primários - como é o caso do gênero redação do Enem que constituiu-se a partir do gênero redação Escolar.

Nesse sentido, Marcuschi (2007, p. 64) defende que “a redação escolar se configura como um macro-gênero” por ser produzida e circular predominantemente no espaço social escolar e, sobretudo, por veicular uma função sociocomunicativa pedagógica. Para ele, circulam nas salas de aula subcategorias do gênero redação escolar, dentre as quais destaca-se para este trabalho a *redação endógena ou clássica*. Segundo o autor, esta categoria

tem sido histórica e tradicionalmente trabalhada pela escola nas atividades de produção escrita dos alunos. Geralmente, limita-se à indicação do tema e/ou à explicitação de um dos gêneros textuais genuinamente escolares (história ou narração, descrição e dissertação) a ser desenvolvido (MARCUSCHI, 2007, p. 65).

Assim, entende-se que mantendo a configuração da redação clássica, o Enem adotou esse gênero escolar e o ajustou ao contexto avaliativo da educação brasileira, formulando, então, a redação do Enem. Por esse ponto de vista, concorda-se com Coroa (2017, p. 64) que

nessa perspectiva teórica de classificação de gêneros textuais, não deixa de ser relevante também a compreensão e explicação dos modos de funcionamento da linguagem em cada “formato” socioculturalmente constituído.

Por isso, passa-se a tratar a seguir a respeito do gênero redação do Enem. Mais especificamente, vamos apontar as características desse texto, que é o centro de nossa análise sobre inferências.

2.3 O gênero Redação do Enem

Em primeiro lugar, vale considerar que o Enem é o Exame Nacional do Ensino Médio criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), juntamente com o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo inicial de avaliar a qualidade do Ensino Médio no Brasil. A partir de 2009, o exame passou a ser utilizado como critério para ingresso nas instituições de Ensino Superior, tornando-se o maior “vestibular” do país. Nesse contexto, o exame seletivo é composto por quatro provas objetivas relacionadas às diferentes áreas do conhecimento e uma prova de redação, a qual é o gênero de interesse desta pesquisa por compor a base onde a noção de implicaturas será objeto de análise. Em segundo lugar, é válido destacar o fato de que a prova de redação de modo geral, é um gênero que se tornou requisito obrigatório em vestibulares a partir do decreto federal nº

79.298 de 24 de fevereiro de 1977 por meio do artigo 1º, letra “d”⁸. Daí em diante, cada processo seletivo determinava o perfil da prova, o que, inclusive, ocorreu com o Enem.

Nessa conjuntura, então, surgiu a redação do Enem, uma prova de teor dissertativo-argumentativo em que “está em jogo a capacidade do produtor de expor uma situação-problema, apresentando uma tese (opinião) sobre o fato e articulando-a com argumentos fortes e coerentes” (CANTARIN et al. , 2017, p. 81). A partir desta característica central, o gênero é avaliado a partir de cinco critérios gerais baseados em competências pré definidas na “Cartilha do participante”⁹, as quais dizem respeito àquilo que deveria ter sido desenvolvido durante os anos de escolaridade. Logo, indicaremos essas competências ao longo do texto. Assim, a referida cartilha (BRASIL, 2019) define os seguintes critérios: demonstrar o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; produzir o gênero dentro da estrutura textual dissertativo-argumentativa; expor informações sobre o tema proposto e defender um ponto de vista a respeito dele; demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; e elaborar proposta de intervenção social para o problema abordado.

Tratando do primeiro critério, o gênero redação do Enem exige do candidato *o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa* (competência 1), ou seja, seu conhecimento sobre as convenções da escrita. Por isso, o candidato precisa escrever em conformidade com regras da língua, considerando as gramaticais, ortográficas, de acentuação gráfica, de escolha vocabular e as sintáticas quanto à fluidez do texto. Além disso, é importante que o produtor atente para o fato de que o texto deve adequar-se à modalidade escrita formal e, por isso, registros informais e/ou marcas de oralidade podem comprometer o atendimento à primeira competência.

Em segundo lugar, o gênero em questão requer o *desenvolvimento do tema proposto dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa* (competência 2). Esse tipo textual tem como base a dissertação e a argumentação,

⁸ Diário Oficial da União - seção 1 - 25/2/1977, página 2228 (Publicação Original). Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79298-24-fevereiro-1977-428202-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 02 jun. 2020.

⁹ As competências apontadas no decorrer do texto foram retiradas da Cartilha do participante (2019) disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

logo, na escrita do texto o autor deve mobilizar ambas. A ação de dissertar está diretamente relacionada à exposição do tema proposto, porém, diferenciando-se de um texto expositivo, dissertar é mais do que levar o leitor a tomar conhecimento de informações relativas à temática, “é fazer uma reflexão teórica sobre um assunto” (CANTARIN et al., 2017, p. 83), apresentando dados e fatos conhecidos pelo participante a fim de aprofundar a discussão sobre o tema proposto. Por outro lado, segundo Coroa (2008b, p. 121 apud COROA, 2017, p. 67), “quando as interpretações expostas pelo texto dissertativo vão mais além nas intenções e buscam explicitamente convencer o leitor/ouvinte sobre a validade dessas explicações, classifica-se o texto como argumentativo”.

Nesse ínterim, compreende-se o teor dissertativo-argumentativo da prova de redação do Enem. Assim, antes de argumentar a partir de uma tese, o participante do exame precisa fazer a exposição do tema proposto, o qual poderá ser de ordem social, científica, cultural ou política. Nesse caso, de acordo com Cantarin et al. (2017, p. 82), “numa exposição, o primeiro passo é situar o leitor a respeito do tema, apresentando o tema e a situação-problema para o leitor.” Essa exposição pode ser feita por meio de uma contextualização histórica do problema, a partir do percurso do *geral* ao *específico*, introduzindo diretamente o tema, ou expondo-o com informações dos “textos motivadores”. Nesse sentido, é muito importante que as informações expostas sejam reais e condizentes com a discussão empreendida. Então, uma leitura atenta dos textos motivadores buscando extrair informações corretas para serem articuladas na argumentação, bem como conhecimentos prévios do candidato sobre a temática no mundo são primordiais para uma adequada exposição do tema.

À vista disso, é relevante destacar que os dados discutidos na exposição do tema são ponto de partida para a construção da argumentação. Segundo Cantarin et al. (2017, p. 86), “argumentar é oferecer ideias, razões, provas tão relevantes que consigam convencer o leitor sobre um ponto de vista”. Desta forma, entende-se que as ideias compartilhadas na dissertação contribuem para a formulação de uma tese, ou seja, uma opinião a respeito do tema proposto. Essa opinião deve ser apresentada ao leitor e defendida pelo candidato por meio de raciocínios capazes de comprová-la. Esses “raciocínios”, então, materializam-se no texto por meio de argumentos que devem ser consistentes para convencer o leitor a aceitar dado ponto de vista. Logo, entende-se que o caminho argumentativo é construído a partir de uma intenção

persuasiva conduzida por uma alta qualidade dos argumentos na composição do texto.

Nessa perspectiva, para Cantarin et al. (2017, p. 86), os argumentos podem ser de diferentes tipos, como

provas concretas (dados ou fatos sobre o tema), exemplos (fatos similares ou relacionados ao tema), autoridades (citação de especialistas no tema), lógica (causa e consequência, por exemplo) e senso comum (o que as pessoas em geral pensam sobre o tema).

Dentre esses tipos, é importante se atentar para a veracidade das informações, buscar apresentar mais de um argumento - a fim de que a ideia possa ser defendida de distintas maneiras, utilizar argumentos que extrapolam os textos motivadores a partir de intertextualidades e, “também evitar argumentos de senso comum, os quais, embora válidos, podem ser fruto de uma reflexão muito rasa, o que não condiz com o gênero” (CANTARIN et al. , 2017, p. 86). Até aqui, se o candidato foi capaz de *selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*, é válido ressaltar o seu atendimento ao que é exigido na Competência 3.

Ademais, é imprescindível que os argumentos estejam bem estruturados com coerência e coesão a fim de levar o leitor a entender e a “comprar” a ideia defendida. Para isso, o participante precisa *demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*, o que diz respeito à Competência 4. Nesse ponto de vista, Coroa (2017, p. 69) afirma que

o tipo argumentativo visa convencer o leitor sobre a verdade dos sentidos que constrói. Por causa desse objetivo, neste tipo a articulação lógica entre as ideias usadas para a atribuição de qualidades, ou para a expressão de opinião, é fundamental. Isso porque uma tese sustenta-se como verdadeira quando apoiada em argumentos que permitem uma continuidade de sentidos que não admitem contestação válida. Por outro lado, se a tese não for admitida, aceita como plausível, os argumentos tornam-se vazios ou inócuos.

Assim sendo, entende-se ser necessário ao tipo argumentativo o estabelecimento de uma forte ligação entre a tese a ser admitida e as razões para comprová-la, demonstradas a partir dos argumentos. Para isso, é importante que o produtor escolha o ponto de partida de seu texto e respeite-o ao longo da tessitura textual, recorrendo a relações lógicas e articulações de sentidos por meio de “uma rede de ações linguísticas de convencimento” (COROA, 2017, p. 69). Essa rede, então, funciona a serviço do objetivo da argumentação dando logicidade, coerência e coesão à unidade textual.

Conforme Coroa (2017, p. 69), as principais ações que compõem essa rede são: o “uso de conectivos” para articular tanto os argumentos entre si quanto a tese defendida; “seleção lexical” que diz respeito às escolhas adequadas de palavras que são usadas para promover os sentidos; “uso de exemplos e ilustrações de casos particulares para mostrar a generalização”; “uso de referentes” a fim de apontar as direções argumentativas e manter a coerência textual, retomando ideias já ditas e que se concatenam com o que é dito posteriormente; e “a negação de possíveis – ou hipotéticas – contestações empregada solidariamente com a afirmação das comprovações”. Desse modo, essas ações funcionam no texto como “pistas textuais” que promovem a continuidade dos sentidos, a manutenção da coerência do texto como um todo e, principalmente, o bom uso dos recursos linguísticos atrelados a essas ações promovem a força da tese defendida. Portanto, “o controle das informações, originadas no campo do autor e lançadas em forma de marcas de produção de sentidos para o leitor, é o compromisso que a tese assume em um texto dissertativo-argumentativo” (COROA, 2017, p. 70).

Outrossim, a finalização da produção do gênero redação do Enem deve se dar a partir da *elaboração da proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos* (Competência 5). De acordo com a Cartilha do Participante (BRASIL, 2019, p. 23),

propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentá-lo, desde uma sugestão de combate até uma solução efetiva da questão em foco.

Assim, a primeira coisa a se considerar nessa elaboração é o respeito aos seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no artigo 3º da Resolução no 1, de 30 de maio de 2012 (apud BRASIL, 2019, p. 25), o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos: *dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental*.

Após isso, é essencial que o produtor do texto busque apresentar uma proposta concreta, específica ao tema e consistente com o desenvolvimento de suas ideias. Por conseguinte, a proposta de intervenção deve ser elaborada considerando “a ação interventiva, ator social competente para executá-la, o meio de execução da ação e o seu efeito ou finalidade, bem como algum outro detalhamento” (BRASIL,

2019, p. 24). Vale ressaltar que, por meio da proposta, o participante tem a oportunidade de demonstrar seu preparo para o exercício da cidadania.

Outrossim, o gênero redação do Enem sendo produzido a partir de todas as suas características principais é um texto que permite o candidato expressar sua visão como autor, apontando para sua presença peculiar no texto, o que remete ao conceito de “singularidade” atrelado à *noção de autoria* construída por Possenti (2002 apud COSTA; GUEDES, 2017, p. 102). Essa noção refere-se à ideia de que “os autores têm a responsabilidade social pelo que dizem e, diante do ofício, assumem seu compromisso ético e político pelo que põem a circular na sociedade” (COSTA; GUEDES, 2017, p. 108). Assim, com base na noção de Possenti (2002 apud COSTA; GUEDES, 2017), o candidato como autor do texto tem a oportunidade de expor a sua particularidade no discurso imprimindo suas *marcas* a ele, nomeados como os *indícios de autoria*. Sobre isso, Cavalcante (2017, p. 140) afirma que,

quanto mais criativo for o participante na seleção e no modo de organização dos dados, e quanto mais original ele for na escolha estilística de como explicitar e implicar os argumentos, mais o texto ganhará traços autorais, peculiares ao modo de dizer de cada um.

Desse modo, entende-se que assumindo a autoria do gênero em questão, o candidato tem a responsabilidade de construir o texto atendendo a todas as suas características e comprometendo-se com a mobilização verídica de elos intertextuais bem como com o uso cauteloso do seu “poder” de autor. Por isso, vale apontar, inclusive, que a Cartilha do participante (BRASIL, 2019, p. 7-8) define características que invalidam o gênero produzido, sendo elas:

fuga total ao tema; não obediência à estrutura dissertativo-argumentativa; extensão total de até 7 linhas; cópia integral de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões; impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, em qualquer parte da folha de redação; números ou sinais gráficos fora do texto e sem função clara; parte deliberadamente desconectada do tema proposto; assinatura, nome, apelido, codinome ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante; texto predominante ou integralmente em língua estrangeira; e folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho.

Portanto, é importante que o autor do texto tenha consciência das características basilares do gênero, conheça aquilo que não é permitido constar na produção textual, mas também entenda que o seu posicionamento, no que diz respeito à autoria, contribui para o direcionamento argumentativo e fornece “força” ao texto, como apontado por Cavalcante (2017).

Além disto, o gênero redação do Enem, por apresentar uma estrutura composicional argumentativa em que uma opinião busca ser defendida, a mobilização de estratégias discursivas que asseguram o desenvolvimento da direção da argumentação, também, é um aspecto relevante a se considerar, sendo, inclusive, apontado pela Cartilha do Participante.

A sua redação atenderá às exigências de elaboração de um texto dissertativo-argumentativo se combinar os dois princípios de estruturação explicitados a seguir: I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê um fechamento à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo (ou seja, apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão) e, **II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados** (BRASIL, 2019, p. 16-17)

Com relação a essas estratégias, a Cartilha (2019, p. 17) define que elas “são recursos utilizados para desenvolver os argumentos, de modo a convencer o leitor”, sendo eles:

exemplos, dados estatísticos, pesquisas, fatos comprováveis, citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto, pequenas narrativas ilustrativas, alusões históricas e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Assim, ao fazer uso desses recursos, o candidato é capaz de desenvolver, de modo eficaz e adequado ao exame, suas ideias “por meio da explicitação, explicação ou exemplificação das informações, fatos e opiniões, de modo a justificar, para o leitor, o ponto de vista escolhido” (BRASIL, 2019, p. 20). Entretanto, vale destacar o fato de a cartilha não elencar dentre essas estratégias aspectos linguísticos, como é o caso das *inferências* que destacamos nesse estudo.

Então, enquanto um fenômeno de natureza linguística, defendemos que as inferências também podem funcionar como um desses recursos para o desenvolvimento da argumentação. Isso porque o texto, de modo geral, “não se limita ao que apresenta em sua superfície linguística. Assim, haverá sempre lacunas que devem ser preenchidas por meio de inferências” (ELIAS, 2017, p. 185). E, tratando especificamente de um texto argumentativo que é a redação do Enem, as opiniões e interpretações do candidato só encontram fundamento a partir de implícitos que derivam dos conhecimentos prévios e de mundo compartilhados por ele com o leitor. É por isso que, como afirma Cavalcante (2017, p. 138),

vale lembrar que, toda vez que um ponto de vista é sustentado em um texto, é porque se contrapõe a outros que podem ser explicitados pelo autor, ou podem estar apenas pressupostos pelos conhecimentos que se supõem compartilhados por todos.

Desse modo, percebe-se que os implícitos para serem entendidos requerem o estabelecimento de um processo inferencial que contribui para a argumentação desenvolvida.

Nesse sentido, depreende-se que, a tese e os argumentos estabelecidos dependem de uma “garantia” expressa por meio de conhecimentos implícitos que apoiam e complementam os argumentos assim como das inferências, as quais por meio de um raciocínio dedutivo estabelecem ligações implícitas que permitem relacionar dados ao ponto de vista central. Logo, segundo Cavalcante (2017, p. 138),

não importam quais sejam os dados, ou argumentos, eles certamente se apoiam em conhecimentos enciclopédicos, linguísticos e interacionais, bem como em convenções sociais, que vão ancorar os raciocínios que estiverem sendo elaborados. São eles que dão garantia ou suporte às inferências a serem feitas a partir do que vem sendo dito explicitamente. Essa passagem dos argumentos à conclusão se dá por regras de inferência, em diferentes níveis de implicitude.

Isto posto, compreende-se a relevância do processo inferencial para a construção do gênero redação do Enem. Entretanto, juntamente com as inferências, compreendemos que a produção deste gênero envolve outros aspectos que relacionam-se com os *critérios de textualização* abordados pela LT. Por isso, neste trabalho, consideramos que produzir uma redação como a do Enem pressupõe saber operar com as regras exigidas pelo Enem, bem como saber aplicar, a partir de uma atitude reflexiva, os critérios que tornam um texto efetivamente uma unidade de sentido. Em razão disso, passamos aqui a abordar brevemente acerca dos Critérios de Textualização (MARCUSCHI, 2008), dando destaque para aqueles que dialogam com o nosso objeto de pesquisa.

2.4 Critérios de Textualização

Como já tem sido discutido, a comunicação linguística se dá por meio de textos. No entanto, diante de uma diversidade de gêneros, é importante destacar que nem toda produção escrita pode ser considerada um texto. Isso porque vale repetir que, segundo Marcuschi (2008, p. 97), “o texto quando considerado como unidade, é uma unidade de sentido e não unidade linguística” que pode se apresentar, apenas, como um amontoado de palavras e frases. Assim, segundo Marcuschi (2008, p. 71), o texto, enquanto um todo significativo, é o “único material linguístico observável” que configura-se como tal a partir de, pelo menos, três aspectos:

- 1) ele apresenta-se como uma espécie de acontecimento e sua existência depende de que alguém o processe em algum contexto;
- 2) ele se define por situar-se num contexto sociointerativo e por satisfazer um conjunto de condições que conduz cognitivamente à produção de sentidos;
- 3) a sequência de elementos linguísticos será um texto à medida em que consiga oferecer acesso interpretativo a um indivíduo que tenha uma experiência sócio comunicativa relevante para a compreensão (MARCUSCHI, 2008, p. 89).

Desse modo, depreendemos que todo texto é produzido por alguém para comunicar algo compreensível a outrem em determinado contexto sociointerativo. Assim, entende-se que a textualização, isto é, o processo de transformar uma mera sequência linguística em uma unidade significativa, requer um autor que processe o texto como um todo articulado. Para isso, faz-se necessário compreender que todo texto apresenta uma *articulação multinível* “em que se articulam aspectos linguísticos, sociais e cognitivos” (MARCUSCHI, 2008, p. 95). Essa articulação aponta para o fato de que “o texto não é apenas um sistema formal e sim uma realização linguística a que chamamos de evento comunicativo” (MARCUSCHI, 2008, p. 94) a qual, necessariamente, coloca em interação o autor, o leitor e o próprio texto realizado em uma cultura, em uma sociedade e na história.

À vista disto, entendemos que a produção e o entendimento de um texto depende tanto dos aspectos atrelados à própria língua e envolvidos no interior da tessitura textual (*relações cotextuais*) quanto dos contextos comunicativos que a colocam em funcionamento no meio social (*relações situacionais*), pois

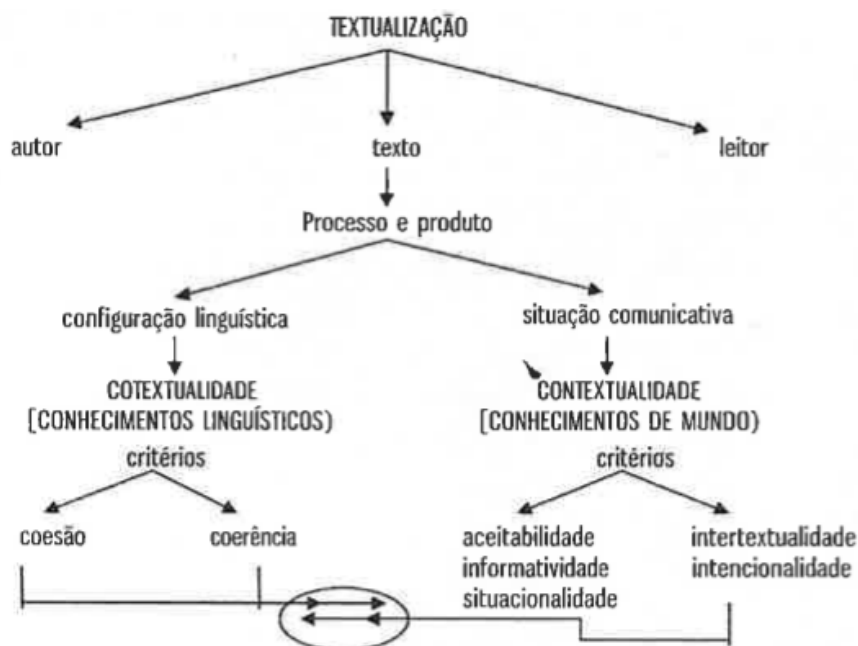
[...] se por um lado, o texto se ancora no contexto situacional com a decisão por um gênero que produz determinado discurso, e por isso não é uma realidade virtual, por outro lado, ele concerne às relações semânticas que se dão entre os elementos no interior do próprio texto (MARCUSCHI, 2008, p. 87)

Portanto, defendemos que “o que faz um texto ser um texto é a discursividade, inteligibilidade e articulação que ele põe em andamento” (MARCUSCHI, 2008, p. 89), o que é possível ser percebido e estabelecido a partir de uma *esquematização* e *figuração* dos elementos textuais que vão conduzir cognitivamente o leitor a produzir os sentidos do texto.

Assim, seguindo o posicionamento da LT, Marcuschi (2008, p. 93) afirma que, “um texto, enquanto unidade comunicativa, deve obedecer a um conjunto de critérios de textualização (esquematização e figuração)”, a fim de que seja processado como um todo significativo, sendo eles a *coesão*, a *coerência*, a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade*, a *intertextualidade* e a *informatividade*. A seguir, é

possível entender como esses critérios articulam-se e distribuem-se na esquematização textual.

Figura 1 - Esquematização Textual



Nesse sentido, é possível afirmar que “(...) os sete critérios de textualização mostram quão rico é um texto em seu potencial para conectar atividades sociais, conhecimentos linguísticos e conhecimentos de mundo” (BEAUGRANDE, 1997, p. 15). No entanto, vale destacar que esses critérios “(...) não constituem princípios de formação textual, mas critérios de acesso à produção de sentido” (MARCUSCHI, 2008, p. 97), pois é por meio deles que um texto constitui-se como um produto compreensível a outrem.

Dito isto, entendemos que, para os objetivos deste trabalho, alguns critérios destacam-se na produção do gênero redação do Enem, sendo eles a *coerência* e seus fatores (na cotextualidade) e a *intencionalidade* e a *aceitabilidade* (na contextualidade). Por isso, passaremos a tratar apenas desses critérios.

Ao tratar da configuração linguística, a coerência é um critério essencial pois apresenta-se como um “princípio de interpretabilidade do texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 47) que ao ser estabelecida permite o acesso ao sentido global da tessitura textual. Como já dito, um texto é formado por relações cotextuais e relações

contextuais, e a coerência é um fenômeno a ser construído pelo autor com vistas a um leitor que realiza uma atividade interpretativa das sequências de enunciados, conectando os elementos da superfície textual com aqueles da situação comunicativa. Por isso, entende-se que, “a coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada” (MARCUSCHI, 2008, p. 121).

Nessa perspectiva, segundo Koch e Travaglia (1995, p. 47, grifo dos autores), “os estudos sobre coerência são quase unânimes em postular que o estabelecimento da coerência depende *de elementos linguísticos, do conhecimento de mundo e de fatores pragmáticos e interacionais*”, os quais ao se relacionarem garantem a função comunicativa do texto. Dessa visão geral, autores da LT postulam fatores que concorrem para a constituição da coerência, os quais destacam-se para esse estudo, o “conhecimento linguístico”, o “conhecimento de mundo” e as “inferências”.

Segundo Antunes (2005, p. 165), “no âmbito do linguístico, é requerido que as palavras estejam arrumadas numa sequência que garanta a continuidade da superfície, a qual, por sua vez, favorece e ativa a continuidade conceitual necessária”. Por isso, no caso do fator conhecimento linguístico, não há como negar a importância da escolha e uso adequado dos elementos da língua na produção de um texto para a construção de uma cadeia linguística significativa, o que, obviamente, depende dos conhecimentos linguísticos que o autor precisa ter e mobilizar. Isso porque

a ordem de apresentação desses elementos, o modo como se inter-relacionam para veicular sentidos, as marcas usadas para esse fim, as “famílias” de significado a que as palavras pertencem, os recursos que permitem retomar coisas já ditas e/ou apontar para elementos que serão apresentados posteriormente, enfim, todo o contexto linguístico - ou *co-texto* - vai contribuir de maneira ativa na construção da coerência (KOCH; TRAVAGLIA, 2001, p. 59, grifo do autor).

Assim, existem variados fenômenos de natureza linguística cujo funcionamento textual interferem no estabelecimento da coerência, os quais são abordados por Koch e Travaglia (1995). No entanto, para os objetivos deste trabalho, ressaltamos o que eles chamam de “fenômenos de implicação”, “orientações argumentativas de elementos do léxico da língua” e “componentes de significados de itens lexicais” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 59-60).

Desse modo, entendemos por “fenômenos de implicação” aqueles que estão relacionados àquilo que é subentendido na língua e pode ser analisado a partir de um raciocínio dedutivo disparado por elementos linguísticos, como as inferências de modo

geral, acarretamentos, pressuposições e implicaturas, como é o caso das ICs. Esses fenômenos demonstram “a importância das marcas linguísticas como pistas para o cálculo do sentido, e portanto, da coerência do texto” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 54), o que, inclusive, será discutido com mais afinco no decorrer do trabalho.

Ademais, se esses fenômenos ocorrem por meio de itens linguísticos, é pertinente ressaltar a relevância da escolha lexical adequada aos objetivos textuais, já que, como aponta Koch e Travaglia (1995), os significados dos itens lexicais influenciam no entendimento do texto, além de orientar o percurso argumentativo pretendido. Sendo assim, compreendemos que,

de fato, o vocabulário de um texto não cumpre apenas uma função ligada ao significado do que se pretende dizer. As unidades lexicais de um texto cumprem também a função de marcar as ligações que se quer fazer no texto, para que ele tenha a necessária continuidade e unidade. Constituem, junto aos recursos gramaticais, marcas que indicam sobre o que se fala, e pistas de como entendemos esse tema a subtemas próximos e afins. São, portanto, mais do que palavras com significados. Entram na arquitetura, na construção do texto, nos recursos mesmo de como lhe dar forma e existência (ANTUNES, 2005, p. 170-171)

Entretanto, como afirma Marcuschi (2008, p. 94), “na produção de um texto, não entram apenas fenômenos estritamente linguísticos”, pois toda a superfície textual é construída estabelecendo-se relações com outros fatores relacionados à estrutura informacional do texto, como é o caso do conhecimento de mundo e das inferências. Isso porque

o conhecimento de mundo terá a ver, na interpretação, com a construção de um mundo textual e sua adequação aos modelos de mundo do produtor e receptor do texto. Essa construção textual vai depender largamente das inferências que o interpretador faz ou pode fazer (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 48).

Dessa forma, “o conhecimento de mundo é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivado na memória” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 61) em que o leitor acessa para permitir a realização de processos cruciais para a compreensão, a saber:

- a) a construção de um mundo textual;
- b) o relacionamento de elementos no texto, aparentemente sem relação, através de inferências;
- c) o estabelecimento da continuidade do sentido, através do conhecimento ativado pelas expressões do texto na forma de conceitos e modelos cognitivos;
- d) a construção da macroestrutura (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 60-61)

Nesse sentido, a *inferência* apresenta-se como “a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o receptor (leitor/ouvinte) de um texto

estabelece uma relação não explícita entre dois elementos deste texto que ele busca compreender e interpretar” (KOCH; TRAVAGLIA, 2001, p. 65). Assim, entende-se que as informações dadas no texto conectam-se com o conhecimento prévio do leitor e este é capaz de inferir os possíveis sentidos do texto, levando-o a construir sua interpretação global. Logo, é importante ressaltar que

o texto não se dá apenas como um conjunto de tópicos que se unem na sequência de enunciados. As evidências a partir do texto (enunciados, itens lexicais, saliências, etc) devem entrar em ação no conjunto dos conhecimentos do receptor para atuarem na construção do sentido final do texto. As macroestruturas geram ou propiciam sentidos globais (expectativas que orientam a leitura desde o seu início). As microestruturas propiciam tanto a confirmação dos sentidos gerados como sua revisão com base em elementos (MARCUSCHI, 2008, p. 126).

Outrossim, considerando os critérios relacionados à contextualidade - *intencionalidade e aceitabilidade*, entendemos também que, quando alguém produz um texto, isso não é feito de forma aleatória. Há um objetivo, há uma intenção. E, do mesmo modo, ele não é produzido sem que suponhamos um leitor ativo e participativo que pode aceitar o texto como tal. Por isso, “as noções de intencionalidade e aceitabilidade são introduzidas para dar conta, respectivamente, das intenções dos emissores e das atitudes dos receptores” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 79), as quais podem ambas serem tomadas em um sentido restrito e em um mais amplo.

Em um sentido amplo, a *intencionalidade* abrange todas as maneiras como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, enquanto a *aceitabilidade* inclui a aceitação como disposição ativa de participar de um discurso e compartilhar o propósito comunicativo (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 80).

Nesse sentido, essas noções estão relacionadas à argumentação, enquanto atividade básica do uso linguístico, pois “é através dessa atividade que os conhecimentos são selecionados e estruturados em textos” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 80), os quais não são *neutros* e, na verdade, são mediados por propósitos, crenças e perspectivas que carregam sempre alguma intenção da parte do produtor. Sobre isso, Koch (1984) afirma que a atividade de interpretação fundamenta-se, exatamente, na convicção de quem produz um texto (falando ou escrevendo) “tem determinadas intenções, consistindo a inteligência na captação dessas *intenções*, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações” (apud KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 80, grifo do autor).

Assim, segundo Koch e Travaglia (2001, p. 80), “a intencionalidade tem relação estreita com o que se tem chamado de *argumentatividade*”. Isso porque a argumentatividade emerge nos textos, a partir das pistas linguísticas que orientam os enunciados a determinadas conclusões, indicando, então, sua orientação argumentativa a partir de uma perspectiva dada. Por isso, considera-se que, “a partir destas marcas, como também das inferências e dos demais elementos construtores da textualidade, o receptor construirá a sua leitura, entre aquelas que o texto, pela maneira como se encontra linguisticamente estruturado, permite” (KOCH; TRAVAGLIA, 2001, p. 80).

Similarmente, no sentido restrito, a intencionalidade “é a intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize na sua totalidade” (FÁVERO, 1986 apud MARCUSCHI, 2008, p. 127); já a aceitabilidade é a contraparte da intencionalidade e “diz respeito à atitude do receptor do texto, que recebe o texto como uma configuração aceitável, tendo-o como coerente e coeso, ou seja, interpretável e significativo” (MARCUSCHI, 2008, p. 127-128).

Assim, por esse ângulo, ambas as noções estão associadas à uma espécie de atitude cooperativa, na qual “um quer sempre produzir um texto que faça sentido e o outro sempre vê a produção do primeiro como algo que ele fez para ter sentido e agem em função disso” (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 79) - aspecto que dialoga diretamente com o Princípio Cooperativo de Grice (1975) a ser discutido posteriormente. Por esta razão, entende-se que o autor do texto busca construir seu texto de modo coerente e dar pistas ao seu leitor para acessar o sentido desejado e, por outro lado, o leitor mobiliza os elementos linguísticos, o conhecimento de mundo e aspectos informacionais e pragmáticos para construir a interpretação textual.

Sendo assim, compreendemos que a intencionalidade e a aceitabilidade, em ambos os seus sentidos, dizem respeito ao uso linguístico para atingir objetivos e, para tanto, faz-se necessário que o texto seja construído levando em consideração todos os critérios de textualização que garantem o acesso interpretativo. Por esse ponto de vista, defendemos que o critério da coerência juntamente com seus fatores de cunho linguístico, de conhecimento de mundo e as inferências bem como a intencionalidade e a aceitabilidade são primordiais para o processo de textualização, principalmente, no que diz respeito à construção da redação do Enem e ao uso de um tipo particular de inferências que são as ICs.

Este ponto justifica-se pelo fato de que, ao refletir sobre a produção do gênero em estudo, além de considerar a estrutura e composição do texto, o candidato precisa considerar os elementos intratextuais e contextuais para fazer algumas escolhas que garantam que o seu objetivo ao comunicar se cumpra de maneira completa, e além disso, o aspecto inferencial favorece a construção textual e a formulação de seus sentidos - perspectiva a ser explorada mais adiante.

Disto isto, concluímos este capítulo, ressaltando que

a maioria dos textos que circulam socialmente não são textos de uma palavra nem mesmo de uma frase apenas; são textos expandidos, textos maiores, de muitas palavras, de muitas frases; textos “não-mínimos”, portanto, que exigem uma administração consciente adequada dos diferentes recursos gramaticais e lexicais que entram na sua construção e organização. Quanto mais tivermos conhecimento de quais são esses recursos lexicais e gramaticais, quanto mais soubermos como eles atuam no decurso do texto, mais temos condições de tomar decisões certas, ou seja, de optar pela escolha adequada de um ou outro recurso (ANTUNES, 2005, p. 172).

Logo, entende-se que, antes de discorrer tanto sobre o conceito de Grice a respeito das implicaturas, quanto sobre os desdobramentos dessa noção, faz-se necessário percorrer um caminho no âmbito da leitura em que as inferências - nosso objeto de estudo e fator importante no processo de textualização - são encontradas, a fim de compreender o contexto em que as ICs situam-se. É o que veremos no capítulo que segue.

3 O CONTEXTO DAS INFERÊNCIAS

A partir da perspectiva de Liberato e Fulgêncio (2010) e de *leitura profunda* abordada por Wolf (2019) é possível empreender uma discussão que abre caminhos para o contexto das inferências, no qual se situa a teoria geral sobre as *Implicaturas* de Grice (1975/1982) e, em especial as *Convencionais* debatidas por Oliveira e Basso (2014) na parte final deste capítulo. Então, iniciemos pelas ideias de Wolf (2019) e Liberato e Fulgêncio (2010).

3.1 Processos envolvidos em uma leitura compreensiva e eficaz

De acordo com Wolf (2019), o cérebro humano funciona de formas diferentes ao ler uma palavra isolada e ao ler esta mesma palavra em uma sentença:

a leitura de uma palavra isolada pode provocar a ativação de infinidades de neurônios, envolvendo a transmissão de sinais que cruzam múltiplas regiões e todas as cinco camadas do cérebro [...] para esquadrihar seu cérebro no momento em que você acaba de ler essa sentença, você conseguiria observar ampliações notáveis dos processos exigidos para compreender os sentidos possíveis, variados e mesmo surpreendentes que ela veicula. (WOLF, 2019, p. 49-50)

Assim, a autora explica que a leitura de uma palavra isolada faz com que o cérebro funcione, apenas, como um decodificador da informação que os nossos olhos podem ver a partir de atividades perceptuais e linguísticas que juntam os sinais gráficos. Nesse caso, o cérebro humano funciona em um nível mais baixo, restrito apenas ao campo da percepção. No entanto, quando essa palavra é colocada em uma sentença ou em um texto mais longo, “entramos em um território cognitivo novo, em que a predição vai ao encontro da percepção e, de fato, no mais das vezes, a previsão precede a percepção e a prepara” para a compreensão textual (WOLF, 2019, p. 51).

Dessa forma, na leitura de um texto, diferentemente na de uma palavra isolada, Wolf (2019) defende que o cérebro humano trabalha de uma maneira muito mais “profunda”, pois, conta com processos mais específicos que ultrapassam a decodificação gráfica e operam com vistas à compreensão do texto lido. Para ela, uma *leitura profunda* considera que

o todo é bem maior do que a soma das partes, e o circuito do cérebro leitor reflete esse fato, variando os processos que são ativados, seus tempos de ativação e os lugares em que a ativação acontece (WOLF, 2019, p. 50).

Assim, entende-se que, frente a uma leitura textual, o cérebro funciona em busca de um entendimento total. Para isso, ele opera por meio de processos variados que demandam longo tempo de formação, tornando a leitura profunda, também, um procedimento complexo e árduo. Então, percebe-se que o funcionamento do cérebro nessa perspectiva depende de um leitor engajado em mobilizar os processos cerebrais exigidos para a efetivação de uma leitura compreensiva. Essa mobilização se dá a partir do momento que o leitor mergulha no texto com toda a sua bagagem de conhecimento, explorando toda a sua composição e relações possíveis, ações que, inclusive, relacionam-se diretamente com a característica de profundidade adotada por Wolf (2019).

Nesse sentido, é válido ressaltar que “a qualidade com que lemos qualquer sentença ou texto depende, porém, das escolhas que fazemos quanto aos tempos que alocamos aos processos de leitura profunda” (WOLF, 2019, p. 51). Logo, aprender a ler a partir da perspectiva de imersão no texto requer tempo e paciência, sendo indispensável para um leitor que busca compreender a totalidade do que lê. Mas, então, quais seriam esses processos envolvidos em uma leitura profunda?

De acordo com Wolf (2019), a leitura profunda é formada por *processos evocativos*, *analíticos* e um *gerativo*. Os *processos evocativos* são aqueles presentes na etapa inicial de predição da leitura, sendo constituídos por ‘elementos’ que o nosso cérebro evoca no transcorrer do ato de ler, ligando os conhecimentos externos com os nossos pensamentos. Esses ‘elementos’, então, seriam as “imagens”, a “empatia” e o “conhecimento de fundo”, os quais interagem entre si levando o leitor a transportar-se para um mundo além das palavras. Já os *processos analíticos* são aqueles realizados pelo cérebro com vistas a “desvendar os múltiplos patamares de sentido daquilo que lemos” (WOLF, 2019, p. 73), sendo definidos pela autora a “inferência” e a “análise crítica”. Considerando que nosso objetivo é a análise das inferências, na próxima seção, focaremos na sua discussão e no conhecimento de fundo como elemento de destaque para o processo inferencial na leitura.

3.2 As inferências e o conhecimento de fundo no processo de escrita/leitura

Segundo Wolf (2019), o conhecimento de fundo configura-se como uma “plataforma pessoal interna” formada por um acervo de conhecimentos que é “a base

de nossa capacidade de compreender e prever tudo aquilo que vemos” (WOLF, 2019, p. 68). Esse ‘acervo’ é composto por meio de um processo de acumulação em que fatos, experiências e conhecimentos adquiridos no passado unem-se ao novo do presente e, continuará a ser incrementado por informações futuras, produzindo acréscimos e a evolução do conhecimento, precisando ser acessado a todo momento a fim de preencher as lacunas na leitura. Assim, esse acervo apresenta-se como primordial na construção de uma leitura profunda e compreensiva, pois, como defende as autoras Liberato e Fulgêncio (2010) a leitura não é um processo que pode ser efetivado apenas com o conteúdo visual e linguístico, antes ele depende, inclusive, de outros conhecimentos que não são visuais para suprir limitações do sistema visual bem como para prever e confirmar o que os olhos podem ver.

Nesse sentido, Liberato e Fulgêncio (2010) defendem que a leitura se dá a partir de dois tipos de processamento: aquele baseado principalmente na informação visual (abreviadamente IV), o qual é chamado *ascendente ou bottom-up*; e o que utiliza basicamente informação não-visual (abreviadamente InãoV), chamado *descendente, ou top-down*. Segundo elas, “os dois processos se alternam e atuam ao mesmo tempo na atividade da leitura. Podemos então dizer que a leitura eficiente é resultado da interação de ambos os tipos de processamento” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 18). Por isso, parece inevitável que uma leitura profunda seja estabelecida a partir da relação de dependência daquilo que é visual com aquilo que não é, a qual é explicada pelas autoras (2010, p. 19, grifo do autor) por meio da afirmativa de que “a quantidade de informação visual de que podemos dispor a cada momento é limitada”. De acordo com elas, Smith (1989) explica essa limitação mostrando três aspectos do funcionamento do sistema visual:

1. o cérebro não vê exatamente o que é percebido pelos olhos porque o estímulo visual não vai diretamente do olho ao cérebro; 2. ver toma tempo, pois o cérebro requer tempo para tomar suas decisões e interpretar o que é que foi visto; 3. ver é algo episódico, pois assim o cérebro consegue agrupar os sinais visuais em fatias de significado (SMITH, 1989 apud LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 19-24).

Assim, ainda segundo Smith (1989 apud LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 19), “essas limitações têm três implicações para a leitura: a leitura deve ser rápida, deve ser seletiva e depende daquilo que o leitor já sabe”. Nessa perspectiva, Liberato e Fulgêncio (2010, p. 13-14) afirmam que “a leitura não é uma atividade meramente visual. O acesso à IV – isto é, à informação percebida, captada pelos olhos – é obviamente necessário, mas não suficiente”. Para elas, a InãoV apresenta uma

importância vital no processamento da leitura, pois sua presença tende a suprir as limitações do sistema visual ao fornecer informações não captadas pelo cérebro que preenchem os espaços dos quais depende o processamento da interpretação textual.

À vista disso, segundo as autoras, existem tipos de InãoV que são essenciais para mobilizar a leitura, sendo eles: o *conhecimento da língua*, o qual permite o leitor ler, literalmente, o texto e não apenas enxergá-lo; o *conhecimento sobre o assunto do texto* que torna possível o entendimento a partir das informações que ele tem sobre o tema abordado; e os *conhecimentos prévio e de mundo* que abarcam também “todo e qualquer outro conhecimento que possuímos e que compõe a nossa teoria do mundo, estando, de alguma forma, armazenado em nossa memória, juntamente com o conhecimento da linguagem” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 14). Para as autoras, esses conhecimentos estabelecem uma relação inversamente proporcional com a IV, pois, quanto maior for a quantidade de InãoV, menor será o dispêndio de energia para entender a informação visual, agilizando, inclusive, o processo de leitura.

Dessa forma, depreende-se que possuir os tipos de InãoV pode facilitar, significativamente, a leitura de um texto escrito já que por meio deles é possível, também, controlar e checar as informações do texto. Assim, para as autoras, caso o leitor não possua algum desses conhecimentos, a leitura tende a ficar comprometida por falta de InãoV adequada e suficiente para entender o texto e dar sentido àquilo que a visão capta, dificultando o ato de ler. Além disso, conforme Liberato e Fulgêncio (2010), a leitura é um caminho a ser construído com o objetivo de estabelecer o sentido da IV. No entanto, esse caminho só é possível ser construído se houver uma interação entre a IV com o conhecimento prévio ou InãoV que faz parte daquela “plataforma pessoal interna” já mencionada e abordada por Wolf (2019).

Assim sendo, entende-se que conhecimento de fundo, como elemento evocativo da leitura profunda como defende Wolf (2019), é essencial para a construção do caminho de estabelecimento do sentido textual como defende Liberato e Fulgêncio (2010). Para elas, esse elemento contribui para dois objetivos relacionados à construção significativa da leitura: fazer previsões do conteúdo visual e inferir informações implícitas, os quais “são processos que fazem parte da linguagem em geral, e portanto estão presentes tanto na compreensão da fala quanto da escrita” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.27).

Assim, as previsões dizem respeito àquilo que pode ser previsto diante do que os olhos podem vir a perceber e originam-se nos conhecimentos linguísticos e

naqueles prévios e relacionados com o assunto do texto que estão estocados em nossa bagagem interna, os quais fornecem subsídios para as previsões que podem ser confirmadas no decorrer da leitura. Então, conforme Liberato e Fulgêncio (2010, p. 15-16), “o leitor está constantemente fazendo previsões sobre o que é provável que apareça num determinado texto, ou seja, tentando “adivinhar” parte da IV”. Para isso, com base em seu conhecimento prévio, ele precisa estar “equipado com uma série de técnicas heurísticas (ou estratégias perceptuais) que lhe permitem recuperar o sentido do texto através de pistas fornecidas pela informação visual”, as quais estão associadas aos conhecimentos, anteriormente adquiridos, sobre as regras ortográficas, morfossintáticas e relações semântico-pragmáticas e discursivas da língua, além do conhecimento relacionado aos gêneros textuais.

Desse modo, o uso eficiente de estratégias relativas ao conhecimento interiorizado sobre a estrutura e funcionamento da língua, pode conduzir o leitor: a prever as sequências de palavras ou sintagmas possíveis na formação de sentenças, por exemplo, e adivinhar o que é possível ser lido na sequência de sua leitura; possuindo conhecimento sobre as propriedades semântico-pragmáticas da língua - as quais são “baseadas em conhecimento prévio relacionado com o significado das expressões, com o assunto tratado no texto e com as condições conhecidas do mundo exterior” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 17) - ele pode interpretar certos segmentos linguísticos; e ainda, empregando também estratégias discursivas e o conhecimento sobre os gêneros do discurso, o leitor é capaz de fazer previsões “a respeito de certos aspectos da organização do texto como um todo, tanto com relação à sua forma quanto com relação ao conteúdo” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 17). Por conseguinte, a leitura torna-se mais rápida e fluente, já que “o que é previsível muitas vezes nem é processado visualmente: o leitor simplesmente salta aquele trecho, completando a informação aí contida com o que ele prevê que deve aparecer naquele trecho” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 18). Logo, o material visual é complementado pelas previsões do leitor, as quais serão confirmadas na sequência da leitura.

No entanto, para Liberato e Fulgêncio (2010, p. 15), “nem sempre nossas previsões são conscientes, mas elas são certamente bastante precisas. Tanto é que, se uma previsão falha, ficamos surpresos”. Isso ocorre porque “a capacidade de prever é empregada não somente quando nós estamos lendo, mas a todo momento, seja qual for a atividade que estejamos praticando” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010,

p. 15), fazendo com que a nossa “plataforma interna” seja, constantemente, acrescida de conhecimentos, ampliada e refinada para prevermos com cada vez mais precisão. Assim, deve-se considerar o conhecimento de fundo como um forte aliado na redução do número de alternativas enquanto lemos a fim de conseguir ler seletivamente e entender o texto muito mais rapidamente. Portanto, as previsões textuais agilizam o ato de ler ao estreitar as possibilidades, fornecem precisão àquilo que será percebido e lido em seguida, bem como favorecem a plena compreensão textual.

Outrossim, o conhecimento de fundo também relaciona-se diretamente com aquilo que está sendo lido e é percebido ao possibilitar o estabelecimento de relações inferenciais do cotexto com o contexto. De acordo com Liberato e Fulgêncio (2010, p. 25),

o leitor usa a InãoV não somente para fazer previsões, como também para inferir, ou seja, para deduzir certas informações não explícitas, que são importantes para que ele possa conectar as partes do texto e chegar, enfim, a uma compreensão coerente e global do material lido.

Assim, as palavras presentes no texto contribuem tanto para sugerir as inferências a serem construídas pelo leitor, como para indicar as relações de sentido que só podem ser percebidas ao se conectarem com o seu conhecimento de fundo. Por isso, para Wolf (2019), a inferência é justamente um processo analítico da leitura profunda que torna possível a interpretação daquilo que está sob a superfície textual a partir do uso da nossa própria base de conhecimentos que estabelecem conexões externas de significado. De acordo com ela, a mente humana funciona da seguinte maneira ao trabalhar o processo inferencial:

redes amplamente distribuídas em nosso córtex pré-frontal esquerdo e direito analisam as informações dos textos e em seguida fazem previsões que passam por uma espécie de sistema interno de “avaliação por pares” que visa a estabelecer o mérito de cada hipótese. De fato, algumas pesquisas indicam que a região pré-frontal esquerda conecta observações e inferências e então faz sucessivas hipóteses autogeradas. Enquanto isso, o córtex pré-frontal direito avalia o mérito de cada previsão e, em seguida manda esse veredito de volta à área pré-frontal esquerda, que emite o *imprimatur* final. Parece que estamos vendo em ação o método científico, porém com o acréscimo das redes de empatia e da teoria da mente presentes nas soluções (WOLF, 2019, p. 75).

Desse modo, entende-se que a compreensão de um texto escrito depende da capacidade do leitor de fazer deduções por meio do raciocínio que conecta o conteúdo visual aos seus conhecimentos prévios. No entanto, para que esta etapa cerebral de ‘avaliação por pares’ que visa estabelecer o mérito de cada hipótese ocorra, o texto precisa fornecer ao leitor pistas linguísticas/textuais que indicam os elementos

implícitos que devem ser resgatados em sua bagagem interna de conhecimentos para que pontes de sentido sejam estabelecidas. Assim, o implícito passa a se relacionar com as informações visuais e as hipóteses podem ser confirmadas. Por isso, entende-se que

o significado global não é simplesmente uma soma do significado individual de cada palavra, mas vai além disso: para entender um texto, o leitor precisa também construir a lógica que relaciona as informações apresentadas, elaborando as pontes de sentido que ligam as várias informações. O leitor precisa conectar as partes para dar coerência ao conjunto (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 26)

Nessa perspectiva, depreende-se que o texto escrito é constituído de propriedades linguísticas que permitem que a sua leitura ocorra, no entanto, o estabelecimento do significado do que está sendo lido depende das conexões lógicas que o leitor elabora entre as informações do texto a partir das pistas linguísticas e da recuperação das InãoV na memória. Por isso, “para que um texto seja legível é indispensável que o leitor tenha conhecimentos prévios que lhe forneçam os instrumentos para a construção das relações lógicas e das pontes de sentido” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 27), pois, desta forma, o leitor é capaz de completar as informações implícitas, acrescentando conteúdo ao texto, ao construir uma “ponte de sentido” que não estava explícita mas que é indispensável para a compreensão global da IV. Portanto, “esse processo de dedução de informações não explícitas, de acréscimo de dados ao texto e de construção de pontes de sentido que tem o nome de *inferência* (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 26).

À vista disto, compreende-se que, no ato da leitura, o leitor é corresponsável pela construção de sentido do texto, sendo de extrema importância a sua ação de mobilizar, a partir das informações não-visuais, os processos de *previsão* e de *inferências*, já que o primeiro acelera e, portanto, facilita a leitura; e o segundo, “a completa e possibilita a conexão e a compreensão do material expresso no texto” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 27). Por isso, como afirmam Liberato e Fulgêncio (2010, p. 26), “cabe ao leitor inferir as relações implícitas e elaborar o significado, montando o quebra-cabeças do texto com as peças de informação que lhe são transmitidas explicitamente”. Além disso, segundo Wolf (2019, p. 54), a capacidade para derivar analogias e inferências durante a leitura depende da qualidade da *atenção* - “base da qualidade de nosso pensamento” - a qual precisa ser desenvolvida para que o leitor capte com precisão aquilo que está implícito, pois, “quem lê

cuidadosamente, consegue distinguir melhor o que é verdade e acrescentar o que sabe” (WOLF, 2019, p. 70).

Nesse sentido, Wolf (2019) orienta que é necessário um trabalho constante para desenvolver aptidões analógicas e inferenciais e, conseqüentemente, fortalecer continuamente as conexões entre todos os processos da leitura profunda. Para ela, “aqueles que leram amplamente e bem terão muitos recursos para aplicar àquilo que leem; aqueles que não o fizeram terão menos coisas para inferência, dedução e pensamento analógico” (WOLF, 2019, p. 70). Desse modo, entende-se que o processo de leitura profunda requer tempo, esforço e persistência no fortalecimento dos seus processos envolvidos, já que eles “não sobrevivem se estiverem sem uso” (WOLF, 2019, p. 76), exigindo que a leitura seja encarada como um hábito a ser colocado em prática durante toda a vida.

Do começo ao fim, o princípio neurológico básico — “use-o ou perca-o” — é verdadeiro para cada um dos processos de leitura profunda. Mais importante do que isso, esse princípio é válido para todo o circuito plástico do cérebro leitor. Somente se trabalharmos continuamente para desenvolver e usar nossas complexas aptidões analógicas e inferenciais, as redes neurais que estão em sua base sustentarão nossa capacidade de sermos analistas ponderados e criteriosos do conhecimento, e não apenas consumidores passivos de informação (WOLF, 2019, p. 76).

Assim, tornando-se um hábito, o ato de ler e seus processos tendem a se desenvolverem cada vez mais e serem aprimorados para garantir leituras e novas construções textuais significativas e coerentes.

Desse modo, nesta seção foi possível compreender a leitura e a escrita como processos em construção no cérebro humano a partir de elementos evocativos (conhecimento de mundo) e analíticos (inferências), os quais são parte das discussões deste trabalho. Para mais, reconhecemos que o processo da inferência, além de ser mobilizado nos atos de leitura que são efetivados no cérebro humano e no processo de escrita, também está presente na comunicação humana. Assim, como este trabalho tem o olhar voltado para um gênero essencialmente argumentativo, é importante destacar que há autores que afirmam uma relação importante entre o processo inferencial e a argumentação, como é o caso de Fiorin (2017), aspecto a ser abordado na seção que segue.

3.3 As inferências e a argumentação

Segundo Fiorin (2017), a inferência é uma operação diretamente relacionada à argumentação. Isso porque, para ele, “todo discurso tem uma dimensão argumentativa” (FIORIN, 2017, p. 10) apoiando-se sobre raciocínios dedutivos e indutivos para se chegar a uma conclusão do que está sendo proferido como verdade. As inferências, então, são as responsáveis por construir esses raciocínios que são disparados por meio de marcas linguísticas que conduzem às interpretações. Desse modo, elas compõem a tessitura do texto e estabelecem-se como um dos aspectos essenciais para que sejam estabelecidas as ligações de sentido necessárias para a garantia da progressividade textual e/ou discursiva.

Nesse sentido, Fiorin (2017, p. 32) define que “as inferências podem ser de ordem lógica, de ordem semântica e de ordem pragmática”, tendo cada tipo desse um papel no jogo argumentativo. As inferências lógicas “são aquelas determinadas por relações entre proposições” (FIORIN, 2017, p. 32) e que Cançado (2008, p. 27) atribuiu à noção de *acarretamento* “quando o sentido de uma sentença está incluído no sentido de outra”, o que também o caracteriza como semântico. Esse tipo de inferência restringe-se às deduções, limitadas àquilo que é acarretado entre as proposições. Por isso, para a argumentação em um sentido mais amplo, as inferências lógicas são menos importantes porque não abrem espaço para contra-argumentar.¹⁰ Com relação à de ordem semântica, Fiorin (2017, p. 32) afirma que ela “decorre do significado de palavras ou expressões” mas o que se conclui pode depender ou não das informações do contexto ou da situação de comunicação, como é o caso da *pressuposição*. Assim, entende-se, como Cançado (2008), que esse tipo de inferência baseia-se em uma relação semântico-pragmática já que há o compartilhamento de um conhecimento por falante/ouvinte que é prévio à sentença proferida.

Por conseguinte, Fiorin (2017) aponta um último conjunto de inferências de ordem pragmática, denominado de *implicaturas*, retomando a proposta de Grice. Esse tipo de inferência leva em conta uma série de fatores contextuais em jogo numa

¹⁰ Fiorin (2017) segue a perspectiva da Nova Retórica em seu texto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), já que essa teoria assume que demonstrações lógicas se contrapõem à argumentação justamente porque aquelas não permitem uma contra-argumentação, enquanto a última tem isso como condição básica.

conversação e, como elas fazem parte do foco deste trabalho, vamos discuti-las em uma seção separada, a seguir.

Outrossim, tendo como ponto central a produção do texto dissertativo-argumentativo no Enem, a visão de Fiorin (2017) sobre a importância das inferências para a construção da argumentação dialoga diretamente com as características do processo inferencial discutidas por Liberato e Fulgêncio (2010) e Wolf (2019) bem como com os *critérios de textualização* abordados por Marcuschi (2008). Isso porque entendemos que as redações do Enem, sendo um gênero essencialmente argumentativo, exigem que o produtor mobilize a argumentação com vistas a convencer o avaliador sobre o seu ponto de vista - o que diz respeito diretamente a relação de *intencionalidade e aceitabilidade* entre o candidato, enquanto produtor, e o avaliador, enquanto receptor. Assim, para isso, depreendemos que o candidato precisa deixar em seu texto marcas textuais significativas que tornem o processo inferencial o mais viável possível, relacionando o seu *conhecimento de mundo* ao repertório do avaliador e construindo efetivas pontes de sentido que conduzem a uma excelente avaliação do texto.

Assim, cabe ao produtor do texto, acessar a sua “bagagem interna” (WOLF, 2019) a fim de estabelecer relações possíveis entre o seu conhecimento de fundo e o conteúdo expresso no texto e, também, acessíveis ao repertório do avaliador para que esse último consiga realizar as conexões inferenciais que conectam as informações e geram o entendimento do texto lido. Essa relação sendo bem-sucedida leva o avaliador a perceber que o conhecimento de fundo está sendo mobilizado na escrita conjuntamente com os outros conhecimentos requeridos a partir das competências que baseiam a avaliação do Exame. Além disso, o candidato precisa fazer uma seleção lexical (*conhecimento linguístico*) adequada às suas ideias com vistas a garantir a força persuasiva do texto, bem como conectá-las por itens linguísticos que promovam a coesão e indiquem as pistas linguísticas que geram as *inferências* necessárias para a construção das “pontes de sentido” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010) garantidoras da coerência textual. Porquanto, um texto sob análise construído por “pontes” textuais/linguísticas bem fundamentadas é bem avaliado, pois, essas pontes permitem enxergar a construção da argumentação.

Com efeito, o participante do Enem deve ter consciência de que a escrita do seu texto final não permite correções ou acréscimos, como em um diálogo espontâneo, logo, ela precisa ser concretizada na forma mais compreensível possível.

Por isso, o candidato precisa ter como objetivo a produção de um texto que esteja adequado às condições exigidas pelo Exame, já que são elas que orientam o avaliador naquilo que é ideal para se construir os sentidos do texto lido. Nesse sentido, as próprias competências avaliadas estão diretamente relacionadas com a capacidade do candidato de, na tessitura textual, permitir que as inferências sejam tomadas como partes essenciais para a argumentação.

Por fim, retomando Fiorin (2017) que aponta a proposta de Grice sobre o conjunto de inferências de ordem pragmática denominado *implicaturas*, no próximo capítulo discutiremos a teoria griceana, foco deste trabalho.

4 A TEORIA DAS IMPLICATURAS

Este capítulo tem como objetivo discutir a teoria de Grice sobre as Implicaturas e, para isso, partimos do Princípio de Cooperação que baliza as ideias griceanas, como segue na primeira seção.

4.1. Princípio de Cooperação e Implicaturas em Grice

No artigo “Lógica e Conversação” (1975/1982), o filósofo Herbert Paul Grice discute sobre as divergências existentes na significação da linguagem natural, propondo um estudo sobre as condições que governam a conversação do ponto de vista linguístico. Desse modo, a discussão empreendida por Grice tem como ponto de partida as questões complexas debatidas no campo da lógica entre dois grupos: os “formalistas” que defendem a significação dos *símbolos formais* - aqueles “quando se lhes dar a interpretação *standard*, em termos de dois valores de verdade” (GRICE, 1975/1982, p. 81); e os “informalistas”¹¹, defensores de seus supostos análogos ou contrapartes em línguas naturais.

Para Grice (1975/1982), o grupo formalista considera a significação dos símbolos formais a partir da formulação de padrões muito gerais de inferências válidas aplicados a algum ou todos os símbolos, sendo óbvia a aceitabilidade dessas inferências por derivar de uma interpretação padronizada. No caso dos informalistas, eles defendem que, se tratando das línguas naturais, não há como haver uma adequação delas apenas às necessidades da ciência que focaliza em uma equivalência lógica entre a expressão e sua significação, opondo-se, então, a perspectiva padronizada de inferências. Nesse sentido, Grice (1975/1982, p. 83) resume as possíveis divergências afirmando que

enquanto não há dúvida de que os símbolos formais são especialmente sensíveis a um tratamento sistemático pelo lógico, restam os casos em que há muitas inferências e argumentos, expressos em línguas naturais e não em termos destes símbolos, que são, contudo, reconhecidamente válidos. Assim, as divergências são um erro corrente que resulta de não se prestar a devida atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação.

¹¹ O leitor poderia perguntar com qual dos dois grupos Grice se identificaria. Podemos situar Grice no grupo dos *informalistas*, visto que ele considera os casos de inferências expressos nas línguas naturais, os quais não se adequam a uma interpretação padronizada e de equivalência lógica (vide citação de Grice, 1975, p. 83).

Assim sendo, pensando nos casos inferenciais expressos nas línguas naturais, o autor defende o fato de que a “linguagem serve a muitos propósitos importantes, além daqueles da pesquisa científica” (GRICE, 1975/1982, p. 83), pois ela é composta por elementos linguísticos e extralinguísticos que conduzem a sua análise afora da logicidade, incluindo efeitos de sentido que superam o que é enunciado. Por isso, segundo Grice (1975/1982, p. 82-83), deve haver uma lógica mais ou menos *assistemática* das contrapartes das línguas naturais, pois, assim

temos, então, um modo de dar conta de padrões de inferência cuja aceitabilidade não é óbvia; e se, como é possível algumas vezes, pudermos aplicar um procedimento de decisão, teremos um modo ainda melhor (para operar com inferências).

Nesta perspectiva, Grice busca investigar a problemática da significação a partir dos atos comunicativos e, com isso, desenvolve a *Teoria da Conversação*. Segundo ele, “nossos diálogos não consistem em uma sucessão de observações desconectadas (...) fundamentalmente, eles são esforços cooperativos” (GRICE, 1975/1982, p. 86) em que cada participante trabalha a mensagem linguística com foco em um propósito comum ou no mínimo uma direção mutuamente aceita. Assim, cada parceiro se identifica, temporariamente, com os interesses conversacionais do outro, buscando contribuir com a conversação até o seu término. Essa contribuição é dada a partir de duas formas de significação distintas: aquela ligada ao *dito*, isto é, ao significado expresso pelo enunciado em termos literais considerando o seu valor semântico; e a outra relacionada àquilo que pode ser interpretado para se compreender o significado transmitido pelo falante, a qual ele denominou *implicatura*.

Desse modo, Grice observou que nossas conversas são processadas tanto pelo significado literal do enunciado como por aquilo que é *implícito*. Em outras palavras, os indivíduos mediante as interações linguísticas cotidianas são capazes de implicar as intenções comunicativas dos parceiros como se estivessem “lendo suas mentes”, a partir de um raciocínio inferencial que conduz o interlocutor a entender o que o falante quis dizer mesmo sem ele ter *dito* efetivamente. De acordo com o autor, esse raciocínio só é possível porque os participantes dos diálogos possuem um pacto implícito intitulado por ele como o *Princípio de Cooperação*. Este princípio parte da seguinte premissa: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1975/1982, p. 86) e, além

disso, é constituído por leis implícitas que governam o ato comunicativo, as quais são denominadas *Máximas e Submáximas Conversacionais*.

Assim, segundo a teoria griceana, atos comunicativos pautados no princípio de cooperação são conduzidos por 4 (quatro) categorias centrais - *quantidade, qualidade, relação e modo* - vinculadas por máximas e submáximas que “são princípios de interpretação, ou seja, são condições gerais de uso da linguagem, que permitem fazer inferências pragmáticas” (FIORIN, 2017, p. 41), estando elas explicitadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Máximas e Submáximas de Grice

CATEGORIA	MÁXIMAS	SUBMÁXIMAS
<i>Quantidade</i> : relacionada à “dose certa” de informação a ser fornecida em uma mensagem.	“1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação); 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.	-----
<i>Qualidade</i>	“Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”.	“Não diga o que você acredita ser falso”; “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”.
<i>Relação</i>	“Seja relevante”	-----
<i>Modo</i>	“Seja claro”	“Evite obscuridade de expressão”; evite ambiguidades; “seja breve (evite prolixidade desnecessária)”; “seja ordenado”.

Fonte: Elaboração própria, adaptação de Grice (1975/1982, p. 87-88)

Essas categorias apresentam-se como ações que caracterizam a observância do Princípio de Cooperação, a qual, segundo Grice, é racional porque pode-se esperar que indivíduos engajados em uma comunicação tenham interesse em participar dela a ponto de se esforçar para observar o Princípio. Assim, entende-se que essa observância se dá por meio de um comportamento intencional dos participantes que se engajam na conversação supondo que ela seja desenvolvida a partir de contribuições informativas, verdadeiras, relevantes e claras.

Em contrapartida, quando ocorre o uso ou a exploração - no sentido de usar de maneira proposital para atingir um objetivo - das máximas e submáximas em um diálogo, indicações são geradas de que, talvez, o falante esteja querendo dizer mais do que foi literalmente dito, desencadeando o surgimento de *implicaturas conversacionais* as quais são “essencialmente conectadas com certos traços gerais do discurso” (GRICE, 1975/1982, p. 86). Desse modo, Grice (1975/1982, p. 93-96) indica que há três casos principais em que as implicaturas conversacionais podem ser produzidas quando os participantes estão engajados em uma conversação, sendo eles:

1. quando não há a violação de nenhuma máxima

A está parado, obviamente em função de um problema no carro, e dele se aproxima B:

- (A) - Estou sem gasolina.
- (B) - Há um posto na próxima esquina.

Logo, entende-se que (B) fez sua contribuição na “dose certa” e de forma clara, dando uma informação, até que se prove o contrário, verdadeira e relevante, pois, ele implicou que o posto pode estar aberto e ter a gasolina que (A) precisa. Portanto, todas as máximas foram respeitadas.

2. quando há o enfrentamento de um “conflito” de ter que violar uma máxima para garantir outra

A está planejando com B um itinerário de férias na França. Ambos sabem que A deseja ver seu amigo C, desde que para tanto não seja necessário alterar muito o trajeto:

- (A) Onde C mora?
- (B) Em algum lugar do Sul da França.

Não há nenhum motivo para supor que B esteja optando por fugir do cumprimento das máximas. No entanto, a sua contribuição é menos informativa do que A esperava que fosse, transgredindo a máxima da Quantidade. Contudo, essa transgressão pode ser explicada ao se supor que B ao ser mais informativo poderia violar a submáxima da Qualidade de dizer algo que ele não poderia fornecer evidência adequada. Por isso, B implicou que ele não sabe o lugar exato que C mora.

3. quando uma máxima é violada para se obter uma implicatura conversacional por meio de algo cuja natureza se aproxima de uma figura de linguagem.

X, a quem A sempre confiou seus segredos, revelou um segredo de A a um concorrente seu. Tanto A quanto seus ouvintes sabem disso:

(A) X é um excelente amigo!

Diante do contexto apresentado, é possível perceber que tanto A quanto seus ouvintes sabem que não há verdade na fala de A, pois, o falante diz uma proposição contrária àquilo que ele quis implicar de X, baseando-se nas circunstâncias da situação comunicativa. Sendo assim, A viola a submáxima da Qualidade “Não diga o que você acredita ser falso” por meio do uso da ironia - figura de linguagem - e implica que, na verdade, X é um péssimo amigo por ter revelado seu segredo a um concorrente.

Dessa forma, percebe-se que os casos apresentados, como exemplos, apontam que as implicaturas conversacionais são disparadas a partir do uso e/ou exploração das máximas e submáximas, as quais geram marcas no discurso que indicam uma outra possibilidade de sentido relacionada com o significado que o falante quer dar mas que não expressa literalmente. Por isso, cabe ao interlocutor ser capaz de inferir este significado do falante dentro das possibilidades que a situação comunicativa oferece, realizando conexões das marcas linguísticas indicadas no diálogo com alguns fatores da conversação, nos quais se inclui o conhecimento prévio e/ou de mundo que ele possui. Por isso, segundo Grice (1975/1982, p. 93), para deduzir uma implicatura conversacional, o ouvinte deve contar com:

- (1) o significado convencional das palavras juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o Princípio de Cooperação e suas máximas; (3) o contexto, linguístico e extralinguístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior (background); e (5) o fato (ou fato suposto) de que todos os itens cobertos por (1)- (4) são acessíveis a ambos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isto ocorra.

Assim, as implicaturas conversacionais não se restringem ao significado de uma única palavra ou expressão, mas antes dependem do envolvimento dos falantes em dada situação comunicativa, já que o falante supõe que o ouvinte é capaz de deduzir, ou compreender intuitivamente que a suposição é necessária para o entendimento do dizer. Por isso, a forma como esses participantes lidam com o Princípio de Cooperação e as máximas e submáximas refletem diretamente na produção desse tipo de implicatura. Nesse sentido, é possível perceber que, assim como o sentido de um texto escrito para ser compreensível a outrem se dá a partir de uma “articulação multinível” defendida por Marcuschi (2008), o “sentido de uma conversa”, o qual é guiado pelo Princípio, também envolve aspectos linguísticos, sociais e cognitivos que devem ser considerados e/ou percebidos pelos envolvidos para ser efetivado, como é o caso das inferências geradas por meio da exploração das máximas conversacionais.

Outrossim, Grice (1975/1982) explicita seis propriedades que toda implicatura conversacional deve ter para ser considerada como tal, a saber:

1. ser *calculável ou dedutível*, ou seja, ser reconhecida por meio de um trabalho de cálculo lógico em que o interlocutor calcula as possibilidades do que o falante quis dizer;
2. ser *cancelável*. Para essa propriedade, Grice considera que as implicaturas conversacionais originam-se por meio de um cálculo lógico realizado pelo interlocutor a partir do uso e/ou exploração que o falante faz das máximas e submáximas conversacionais. Assim, entende-se que esse cálculo desencadeia um raciocínio inferencial que pode **indicar** uma conclusão, dentre várias possibilidades. Logo, ela pode ser equivocada e, conseqüentemente, ser cancelada. Então, para o filósofo, esse cancelamento pode ocorrer de três formas:
 - (a) num caso particular em que o Princípio de Cooperação não está sendo observado:

(um casal tentando resolver uma discussão)

- (A) “Preciso conversar com você”
- (B) não fala nada e fecha a porta na cara do parceiro.

(b) explicitamente por meio de uma frase adicional que afirma ou implica que o falante decidiu não observar o princípio da cooperação:

(uma conversa de um casal)

(A) Quanto ainda temos na conta para passar o mês?

(B) R\$400. Talvez, até mais - frase adicional cancelando o valor informado anteriormente.

(c) contextualmente cancelada sem acréscimo de nenhum reforço linguístico:

(A) está tentando vender uma rifa para (B).

(B) Quanto custa?

(A) R\$5,00.

(B) Ah, eu tenho R\$ 5,00 aqui - não é possível inferir que (B) só tenha esse valor.

3. ser *não-separável*. Nesse caso, a implicatura conversacional não depende do modo de expressão, isto é, ela permanece sendo a mesma independente das diferentes formas do dito. Assim, o uso de sinônimos, por exemplo, valida a implicatura do mesmo jeito.

(A) Ana é legal!

(B) Realmente, Ana é supermassa!

4. ser *indeterminável*. Essa propriedade diz respeito ao fato de que o cálculo da implicatura pode referir-se a uma lista aberta de implícitos, logo, eles podem ser indeterminados.

(A) Defina com uma curta frase o que é o casamento para você.

(B) Casamento é um desafio! - há muitas possibilidades do que pode significar “desafio” nessa resposta.

5. *ser não-convencional*. Em outras palavras, a implicatura conversacional não faz parte da força convencional das palavras do enunciado, antes é externa ao sentido literal do enunciado.

(A) Você acha que a vida a dois é fácil?

(B) Tão quanto a teoria da viagem no tempo);

6. *não ser veiculada pelo o que é dito*. Nesse caso, Grice defende que a condição de verdade do dito não determina a do implicado já que a informação inferida depende do contexto conversacional. Logo, aquilo que é dito pode ser verdadeiro e o implicado, falso.

(duas amigas conversando)

(A) Ninguém atende na casa de Joana.

(B) Não deve ter ninguém em casa.

Em resumo, retomando o exemplo do caso 3 em que a implicatura é produzida por meio do uso da ironia expressa na fala de (B) “X é um excelente amigo!”, é possível compreender as seis propriedades definidas por Grice. Isso porque, nesse caso, essa implicatura foi reconhecida por meio de um trabalho de cálculo lógico em que os ouvintes, diante de uma lista aberta de possibilidades - por isso, indeterminável - chegaram a uma conclusão do que realmente A quis dizer. No entanto, essa conclusão poderia ser equivocada e, conseqüentemente, cancelada, por exemplo, explicitamente por meio da frase “apesar do seu erro” adicionada por A. Além disso, ainda que o adjetivo ‘excelente’ fosse substituído por sinônimos como “ótimo” e “admirável”, a implicatura continuaria sendo disparada, isso porque ela é externa ao sentido literal do enunciado pois não restringe-se ao significado convencional das palavras, mas antes depende do contexto conversacional¹².

Para mais, Grice (1975/1982) ainda defende que há um outro tipo de implicatura denominada *convencional* (doravante IC) que diferencia-se das

¹² O autor ainda trata das conversacionais como 'particularizadas' ou 'generalizadas', mas por elas não serem o foco deste trabalho, não serão detalhadas aqui. Para maiores discussões, vide a seção 4 do capítulo 2 de Oliveira e Basso (2014), páginas 44 e 45.

conversacionais justamente por restringirem-se àquilo que itens lexicais significam por convenção. Para ele (1975/1982, p. 85, grifo do autor), “em alguns casos, a significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de socorrer-nos na determinação do que é *dito*”. De acordo com o autor, as ICs são inferências disparadas apenas pela própria força significativa de elementos linguísticos presentes no enunciado. Desse modo, na conversação, o falante escolhe usar determinada palavra e espera que seu interlocutor saiba o significado convencional da expressão usada para intuir o que o falante quis dizer sem maiores dificuldades e com eficácia, considerando que ele está comprometido com a escolha e o uso lexical. Como exemplos, têm-se:

- (1) Ana é pobre, porém é honesta.
- (2) Maria é curitibana, portanto não é sociável.

No enunciado (1), está dito que Ana é pobre e é honesta, mas não está dito que, sendo pobre, ela não devesse ser honesta. Isso está implicado por meio do significado convencional da conjunção “porém” que expressa oposição de ideias. Assim também ocorre no exemplo (2): “Maria é curitibana” e “Maria não é sociável” é o dito. Há, contudo, uma IC indicada pela conjunção conclusiva “portanto” de que o curitibano não é sociável, mas isso não foi, literalmente, dito.

Seguindo a perspectiva griceana, em um estudo sobre implicaturas no português brasileiro, Silveira (2007) demonstra que as inferências derivadas das ICs, em geral, “são mais fáceis de serem realizadas pelo fato de dependerem do significado convencional ou literal das palavras bem como serem mais próximas da decodificação do que da inferenciação” (SILVEIRA, 2007, p. 89; 95), o que não ocorre com as conversacionais que dependem do contexto. Para provar isso, a autora elaborou um questionário com diálogos ricos em Implicaturas Convencionais e Conversacionais que reproduzem situações do cotidiano, com vistas a descobrir se os falantes nativos e não-nativos (chineses) da língua portuguesa percebem as implicaturas e, para este trabalho interessa os resultados da autora quanto à percepção das ICs. Assim, considerando os 7 (sete) diálogos referentes às ICs, Silveira demonstra que cerca de 80% dos entrevistados marcaram como correta a opção mais provável que indica a percepção da inferência disparada pela conjunção

que compõe o diálogo¹³. Para a autora, “esse alto percentual de acertos demonstra que a maioria dos alunos entendeu a implicatura gerada pelo significado convencional da palavra “mas”, corroborando para a hipótese de que as ICs são mais fáceis de compreender” (SILVEIRA, 2007, p. 94).

Vale destacar que Grice deu origem ao conceito das ICs mas pouco as discutiu porque, na verdade, ele apresenta as ICs apenas para contrapor às conversacionais, ponto crucial do seu estudo. Além disso, poucos trabalhos são desenvolvidos em torno da perspectiva griceana. Contudo, esta pesquisa pretende expandir as discussões em torno do conceito. Para isso, pode-se contar e concordar com os autores Oliveira e Basso em “Arquitetura da Conversação” (2014, p. 146) que descrevem o conceito griceano a partir do entendimento de que

em trabalhos anteriores, Grice chamou a atenção para a necessidade de refletir melhor sobre a natureza das implicaturas convencionais antes de tomá-las como um conceito pronto para ser aplicado insistindo em que, sem esse esclarecimento, nenhum uso da noção de IC poderia ser aceito para propósitos explanatórios.

Portanto, a seção que segue busca apresentar a discussão empreendida por Oliveira e Basso (2014), a qual amplia o conceito de IC proposto por Grice, bem como apresentar outras perspectivas que dialogam, de algum modo, com a proposta griceana, como Bertucci (2007); e aquelas que contestaram a definição e problematizaram a ocorrência das inferências geradas pelas conjunções em Grice, como é o caso dos autores Bach (1999), Potts (2005)¹⁴ e Gritti (2013).

4.2 Ampliação do conceito de Implicatura Convencional

Em “Arquitetura da Conversação” (2014), Oliveira e Basso discutem, de forma mais ampla, a Teoria das Implicaturas originada nos trabalhos de Grice, a qual tem a sua base pautada na ideia de que os indivíduos dizem mais do que o significado do que é dito. Assim, sendo a obra dos autores um tanto esclarecedora, depreende-se que a discussão desenvolvida por eles é de grande valia para desenvolvimento deste estudo.

¹³ Para mais detalhes dos resultados dessa pesquisa, vide páginas 92 - 116 de Silveira (2007).

¹⁴ Bach (1999) e Potts (2005) abordam o tema numa perspectiva de Semântica Multidimensional, mas não é de interesse deste trabalho tratar das diferenças entre as teorias semânticas e pragmáticas e sim verificar as perspectivas sobre ICs estudadas a fim de ampliar o conceito griceano.

Oliveira e Basso (2014) iniciam a discussão sobre IC a partir da perspectiva de que há diferentes embates teóricos para situar esse tipo de implicatura entre a semântica e a pragmática. No entanto, apesar de reconhecerem que em Grice não há uma definição clara de IC, o pouco que o filósofo apresentou situa a IC no campo pragmático. De acordo com os autores (2014, p. 149), “para Grice, a semântica das línguas naturais estuda o significado (i) composicional e o (ii) verifuncional” - (i) corresponde ao *dito* e é formado a partir do significado literal das palavras que compõem a sentença e (ii) tem a ver com os fenômenos que afetam as suas condições de verdade, ficando a cargo da pragmática àqueles que **não afetam** essas condições. Assim, as ICs estão associadas a itens linguísticos escolhidos pelo falante para disparar ideias e relações específicas. Observe-se estes exemplos:

(3) Paula ainda não chegou.

(4) Pedro é novo mas é maduro.

Em (3), o advérbio “ainda”, apesar de presente na sentença, não afeta a verdade do *dito* “Paula não chegou”. No entanto, a sua presença na frase aponta que a chegada de Paula é esperada, porém essa ideia não foi literalmente dita. Do mesmo modo ocorre em (4). Há duas informações *ditas* na sentença “Pedro é novo” e “Pedro é maduro” e a presença da conjunção “mas” não interfere no seu valor de verdade: para (4) ser verdade, é necessário que ambas as informações sejam verdadeiras. Porém, por meio da conjunção, é possível implicar uma relação opositiva da segunda oração com a que a precede, a qual não foi dita mas está associada ao item lexical “mas”.

Dessa forma, Oliveira e Basso (2014, p. 153) explicam que

a hipótese da implicatura convencional é que há expressões linguísticas que não contribuem para o significado da sentença, para o pensamento ou conteúdo do que está sendo expresso, porque sua presença não afeta as condições de verdade, mas ainda assim, através de seu significado convencional, sempre disparam implicaturas.

Isso ocorre porque, na concepção de Grice, em uma conversação “a escolha de palavras não é “inocente” e veicula significados específicos” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 151). Então, quando um falante escolhe e usa determinado item linguístico em seu pronunciamento é porque ele sabe que esse item possui um significado típico, o qual permite veicular um sentido mais amplo que não está literalmente presente em sua fala. Assim, compreende-se que há um comprometimento do falante com o

sentido da expressão por ele escolhida. Por isso, vale destacar que, para a proposta deste trabalho, depreende-se que, no caso da produção do gênero redação do Enem, o produtor se compromete com as suas escolhas e significados veiculados direcionando e intensificando a força persuasiva do texto.

Nesse sentido, de acordo com Oliveira e Basso, as ICs apresentam as seguintes características, as quais, inclusive, apresentam-se como relevantes para a posterior análise do conceito griceano na argumentação das redações do Enem:

- * Elas são parte do significado convencional das palavras/expressões;
- * Elas comprometem o falante;
- * Esses compromissos são feitos pelo falante do proferimento “devido ao significado das palavras que ele escolheu”;
- * Elas são lógica e composicionalmente independentes do que é dito (no sentido favorecido de dizer), i.e., não estão sujeitas a relações de acarretamento. (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 155)

Outrossim, as ICs diferem-se das conversacionais justamente devido ao fato de estarem “presas” a determinados itens da língua disparando sentidos restritos à significação convencional daqueles. Essa diferença central confere às ICs três propriedades que, inclusive, opõem-se às das implicaturas conversacionais. Sendo elas:

1. *não canceláveis*: o ponto crucial de estarem atreladas a um item lexical resulta no fato de que a ocorrência do item, ou melhor, sua escolha pelo falante garante uma implicatura veiculada à ideia e/ou relação convencional desse item e, por isso, não pode ser cancelada. Portanto, uma IC é sempre disparada quando o item lexical atrelado à ela é empregado. Por exemplo:

(A) Eu vou parar de falar com Henrique, por mais que isso seja doloroso.

Ao escolher usar a conjunção “por mais que”, o falante garantiu o disparo de uma IC que expressa a ideia de realização de algo mesmo diante de um possível impedimento. Assim, “por mais que” dispara, neste exemplo, que (A) está disposto a parar de falar com Henrique apesar da dor que essa atitude pode causar e essa IC não pode ser cancelada por estar atrelada ao uso da conjunção.

Quanto a essa primeira propriedade, Oliveira e Basso (2014, p. 154) afirmam que,

isso ocorre porque não há um cálculo; há uma convenção - na língua tal item dispara tal implicatura convencional; poderia ser qualquer outro item e não aquele em questão e poderia ser qualquer outra implicatura e não aquela, mas uma vez estabelecida uma certa convenção, a implicatura se fixa no item.

Como se viu anteriormente, as implicaturas conversacionais são canceláveis porque constituem-se por meio de um raciocínio inferencial complexo que decorre de um cálculo lógico realizado pelo interlocutor a partir do uso e/ou exploração que o falante faz das premissas conversacionais. Assim, entende-se que esse cálculo pode levar a uma conclusão mas ela pode ser equivocada, pois não há nada que fixe dada implicatura ao que foi dito. Em contrapartida, as ICs estão vinculadas a itens específicos que determinam o seu sentido a partir de significados convencionais. Por isso, opondo-se às conversacionais, pode-se até considerar que elas são determináveis. Logo, a partir dessa ideia, é possível elencar a próxima propriedade.

2. *Não são calculáveis e sim convencionadas*: Neste caso, Oliveira e Basso (2014) consideram que, no português brasileiro, há uma convenção determinada pela língua de que alguns itens linguísticos expressam relações e ideias específicas, como é o caso das conjunções, por exemplo. Assim, essa convenção nos garante que sempre haverá uma “sentença implicada” e atrelada à significação convencional do item linguístico quando ele for empregado, podendo ela ser verdadeira ou falsa dependendo da real intenção do falante. Por isso, nos exemplos abaixo não se assume a condição de verdade da IC e sim o seu disparo a partir dos elementos linguísticos, sendo elas, ainda, apenas possibilidades. Observe-se:

(A) Não só te amo como também te quero.

(B) Eu vou viajar. Portanto, não tenho interesse em carro agora.

No português, a expressão “não só (...) como também” tem o significado de adição atrelado à ela; e a conjunção “portanto” tem a ideia conclusiva vinculada à ela. Assim, em (A), o uso da expressão “não só (...) como também” aplica maior expressividade ao discurso, disparando a IC de que “amar” nem sempre é querer. Já em (B), a conjunção “portanto” implica que o falante concluiu que pelo fato dele ir viajar o seu interesse por carro poderia ficar para um outro momento (considerando, por exemplo,

o contexto de uma proposta para compra de um carro). Percebe-se que, a possível ausência de ambas as expressões, tanto em (A) quanto em (B) limitam o entendimento das sentenças ao *dito*, sendo que há uma intenção do falante em expressar a ideia de adição e conclusão, respectivamente.

Outrossim, vale destacar as oposições entre as implicaturas conversacionais e as convencionais nessa propriedade, conforme já visto anteriormente: a convenção atrelada às ICs garante a impossibilidade de que um cálculo lógico seja realizado, diferentemente das conversacionais que por não serem presas a uma convenção e sim veiculadas por traços do discurso precisam ser calculadas e, conseqüentemente não são convencionalizadas.

3. *São destacáveis ou separáveis*: essa propriedade diz respeito ao fato de que, a retirada ou alteração de determinado item linguístico na sentença resulta na não ocorrência da possível IC atrelada à ele. Isso porque o disparo da IC depende da significação convencional fixada na expressão usada. Retomando a proposição (3):

(A) Paula ainda não chegou.

O uso do advérbio “ainda” na sentença dispara uma IC a partir da ideia de que a chegada de Paula é esperada. No entanto, ao retirar esse item linguístico, percebe-se que essa ideia de algo esperado já não aparece e há apenas a informação de que “Paula x não chegou”. Agora, e se for alterado o item linguístico?

(B) O carro de Paula quebrou, portanto, ela não chegou .

Agora, é possível perceber que a conjunção “portanto” introduz uma ideia de conclusão ou consequência para o fato de Paula não ter chegado. A alteração de “ainda” para “portanto” resulta no disparo de outra implicatura que passa a estar relacionada à significação convencional de uma relação conclusiva atrelada à expressão “portanto”. Logo, com a alteração, pode-se ter a IC: o carro quebrado nos leva a concluir o porquê de Paula não ter chegado. Além disso, essa mudança revela outro aspecto interessante: com o “ainda”, a ideia era de que se esperava a chegada de Paula para antes daquele instante, o que registra uma circunstância de atraso por

parte dela; com o “portanto”, como temos a conclusão do motivo dela não ter chegado, não há a ideia de atraso e também fica a possibilidade de que ela sequer chegue ao local.

Nesse sentido, é possível verificar que as ICs opõem-se às conversacionais porque, conforme já visto, essas últimas não se separam de seus sentidos veiculados ainda que algum item seja retirado ou modificado - como no caso da substituição por sinônimos que mantém a implicatura. Vale repetir que isso ocorre devido ao fato das conversacionais, diferentemente das convencionais, não serem afixadas em itens linguísticos específicos e sim estarem abertas às possibilidades do discurso.

Ademais, vale ressaltar que a perspectiva griceana demonstra a ocorrência das ICs, principalmente, por meio de conjunções que estabelecem determinadas relações entre as sentenças, como pôde ser visto nos exemplos acima. Entretanto, para Bach (1999), a explicação inicial de Grice sobre as ICs é insatisfatória. O autor refuta a definição das ICs a partir do argumento de que os itens responsáveis pelas ICs - as conjunções em Grice, nomeados por Bach como ACIDs (*Alleged Conventional Implicature Devices*, “supostos dispositivos de implicatura convencional”, em tradução de Oliveira e Basso), não disparam ICs porque, embora eles não alterem as condições de verdade da sentença matriz, dão uma contribuição **semântica**.

Para entender a proposta de Bach, é preciso observar o que ocorre quando sentenças com ACIDs são encaixadas em contextos em que se reporta a fala do outro. Assim, considere-se as sentenças em (5) e (6), supondo que elas tenham sido proferidas por Joana:

(5) Paula ainda não chegou.

(6) Roberto é curitibano, mas é simpático.

Agora, com bastante atenção, observe-se os pares de sentenças (i) e (ii) sendo pronunciadas por Pedro, e pergunte-se: o conteúdo veiculado por essas sentenças em cada par é o mesmo? Note-se que as sentenças em teste estão entre parênteses e o ACID sublinhado:

(5) (i) Joana disse que (Paula ainda não chegou.)

(ii) Joana disse que (Paula não chegou.)

(6) (i) Joana disse que (Roberto é curitibano, mas é simpático)

(ii) Joana disse que (Roberto é curitibano e é simpático)

As sentenças após o 'que', entre parênteses, reportam o conteúdo dos proferimentos de Joana em (5) e (6). Assim, se as expressões sublinhadas apenas disparam implicaturas, a previsão é que o conteúdo das sentenças em que elas ocorrem deveria ser o mesmo das sentenças em (ii) sem os ACIDs. Além disso, as sentenças em (ii) deveriam ser um relato fiel do que Joana disse nas sentenças (5) e (6). No entanto, o argumento de Bach é que o discurso fica incompleto nas sentenças (ii) reportadas sem as expressões ACIDs; o que está sendo reportado não é fiel ao que foi dito por Joana, há informação a menos, e a única maneira de ser fiel à fala de Maria é com as sentenças em (i) que contêm os ACIDs 'mas' e 'ainda'. Portanto, então, essas expressões interferem no que é dito/ no conteúdo, não podendo ser consideradas implicações.

Pautando-se na perspectiva de Bach, com relação à sentença (5), Gritti (2013) também refuta a ideia de que o conteúdo veiculado por *still* - o "ainda" em português - seja uma IC griceana. Para a autora, "o conteúdo veiculado por ele não é uma implicatura, mas uma pressuposição de existência de um evento, no mínimo, que está contextualmente relacionado ao evento veiculado pela sentença" (GRITTI, 2013, p. 121-122), o que configura uma contribuição semântica do *ainda*, assim como defende Bach (1999). Esta tese é comprovada por meio de testes de acarretamento e da Família-P nos quais o *ainda* passa¹⁵.

Outrossim, Gritti (2013) defende que a pressuposição de "ainda" adiciona um evento a mais situado no fundo conversacional compartilhado. Esse traço de adição configura um componente pragmático do item, o qual dispara uma implicatura de contra-expectativa. De acordo com a autora, "o 'ainda' veicula a implicatura de que a situação descrita pela sentença se opõe a alguma informação que está presente no fundo conversacional compartilhado" (GRITTI, 2013, p. 171), sendo o seu conteúdo independente do contexto e cancelável, configurando uma implicatura conversacional generalizada. Então, para Gritti (2013), em (7a) "João ainda estuda na UFSC" há a intuição dos falantes de que a sentença quer dizer que já não era para João estar

¹⁵ Os testes realizados por Gritti (2013) para comprovar que 'ainda' é uma pressuposição estão entre as páginas 126 e 131 do trabalho da autora.

estudando mais, ou seja, uma expectativa do que se espera para a situação de estar estudando. O “ainda” contraria essa expectativa: ele ainda está.

Agora, retomando a proposta de Bach, considere-se novamente o par de sentenças em (6):

- (i) Joana disse que (Roberto é curitibano, mas é simpático)
- (ii) Joana disse que (Roberto é curitibano e é simpático)

A sentença pronunciada em (ii) não reporta fielmente a fala de Joana porque ela disse mais do que a informação de que Roberto é curitibano e é simpático; Joana disse também que sendo Roberto curitibano, *e/la*, Joana, esperava que ele não fosse simpático, mas ele é. Por isso, a sentença pronunciada que condiz com a fala de Joana é (i). Por isso mesmo, Pedro, ao relatar o discurso de Joana, deve reportar, para ser fiel, que Joana, mas não ele, entende que há uma relação entre ser curitibano e não ser simpático, e essa relação não aparece em (ii), por isso (ii) e (i) não expressam o mesmo conteúdo.

Desse modo, a proposta de Bach explora a propriedade do discurso indireto de reportar precisamente a proposição expressa, ou seja, o conteúdo semântico da fala do outro, mantendo o sentido do que foi dito. Então, Bach (1999) define o *Teste do Discurso Indireto (Teste DI)* a fim de demonstrar que o fato de fazer diferença a presença ou ausência dos ACIDs no discurso relatado comprova que essas expressões interferem no que é dito e, portanto, contribuem semanticamente para o conteúdo veiculado. Segundo Oliveira e Basso (2014, p. 159), Bach define o seu teste da seguinte maneira:

(Teste DI): Um elemento de uma sentença contribui para o que é dito em um proferimento daquela sentença se e somente se há um discurso indireto completo e acurado do proferimento (na mesma língua) que inclui aquele elemento, ou um elemento correspondente, na sentença ‘que’ que especifica o que é dito.

Então, observe-se a proposta de Bach em contraste com Grice, retomando a sentença (6):

- (6) Roberto é curitibano, mas é simpático.

Em Grice, tem-se que em (6) duas informações são veiculadas:

- a) o dito: Roberto é curitibano e é simpático;
 b) a IC disparada pela conjunção “mas”: há uma oposição entre ser curitibano e ser simpático.

Aplicando o Teste DI, tem-se:

- (i) Joana disse que (Roberto é curitibano, mas é simpático).

Nesse caso, Bach (1999) argumenta que, diferentemente do raciocínio griceano, a conjunção ‘mas’ é um ACID que contribui para o conteúdo proposicional do que está sendo dito literalmente ao veicular uma informação puramente gramatical. Isso porque a oposição veiculada pelo falante continua sendo reportada em (i) como parte do conteúdo proposicional da sentença de origem (6) – ou seja, seu conteúdo imediato. Por isso, se a oposição veiculada por ‘mas’ é parte da proposição (6), ela não é veiculada como inferência e sim como uma contribuição semântica que pode estar explícita ou não na sentença.

Desse modo, a proposta de Bach amplia a concepção de que a semântica lidaria, somente, com o que é efetivamente produzido de forma explícita, pois, para ele “o significado da sentença não precisa ser inteiramente manifesto” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 157) e “as sentenças podem expressar mais de uma proposição cada e que isso é diferente de uma conjunção” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 163). Então, para Bach (1999), no caso em questão, as proposições expressas na sentença podem ser divididas em principal - “mais saliente que a outra” - e secundária (“menos saliente”) composta por um ACID, a qual funciona como um pano de fundo para o conteúdo veiculado pela principal, constituindo ainda parte do significado da sentença. Assim, tem-se:

- (6) Joana disse que Roberto é curitibano, mas é simpático
 (proposição principal) (proposição secundária)

A conjunção “mas” é um ACID que precisa ser mantido porque veicula a informação de oposição a qual está ligada ao sujeito gramatical, compondo o conteúdo do que foi dito. Assim, a ideia de oposição está na própria conjunção e já foi realizada pelo

falante no seu pronunciamento, não fazendo sentido tratar essa ideia como implicatura, visto que tal oposição permanece até mesmo no teste DI.

Além disso, segundo Bach (1999), apesar de os ACIDs serem parte do significado imediato da sentença, eles não interferem nas condições de verdade da proposição principal porque os seus conteúdos não são ligados por esses dispositivos. Para sustentar esse argumento, primeiramente, ele demonstra, por meio das orações relativas, que a condição de não interferência nas condições de verdade não é algo exclusivo das ICs, pois esse tipo de oração também veicula algum tipo de informação mas que, de fato, não interfere no conteúdo. Depois, ele defende que, diante das possíveis proposições da sentença, o falante se compromete com a verdade das duas. Então, negar a proposição secundária (menos saliente) composta pelo ACID pode soar um tanto contraditório, como pode ser observado em (6a).

(6a) Joana disse que Roberto é curitibano, mas não é simpático.
(proposição principal) (proposição secundária)

É possível observar que, ao utilizar o ACID ‘mas’, o falante compromete-se com o fato de que há uma incompatibilidade na relação entre ‘ser curitibano’ e ‘ser simpático’. Essa discordância é veiculada pelo falante a partir do seu comprometimento com a verdade do que foi dito e, também, pode ter a influência daquilo que compõe a convenção social. Ora, a frase sugere que está convencido que, socialmente, os curitibanos não são simpáticos, logo, “Roberto é curitibano, mas é simpático” soa bem. Mas, de outro modo, não: “Roberto é curitibano, mas não é simpático”. Nesse aspecto, percebe-se que o significado do item ‘mas’ depende de uma interpretação cultural, ou seja, do contexto social, o que o afastaria ainda mais da configuração de IC para este e outros ACIDs em que o significado convencional do item também está ligado à convenção social¹⁶.

Nesse sentido, a proposta de Bach (1999) rejeita que os itens chamados tradicionalmente de ACIDs sejam, de fato, veículos de ICs, já que eles devem ser mantidos ao se reportar dado conteúdo em discurso indireto por contribuírem para o que é dito. Para ele, itens que poderiam veicular ICs são aqueles que teriam que estar

¹⁶ Reconhecemos este aspecto, porém, decidimos não discuti-lo por envolver outros elementos que se afastam da discussão e dos objetivos do trabalho. Agradecemos à Letícia Gritti (comunicação pessoal) que chamou nossa atenção para esse fato.

mais próximos de expressões que modificam o discurso, as quais ele nomeia como “Modificadores de Enunciado” (*Utterance Modifiers*). Segundo o autor (1999, p. 356),

os modificadores de enunciado são locuções usadas para comentar a parte principal do enunciado em que ocorrem, funcionando como veículos para a realização de atos de fala de segunda ordem. Para isso, eles ocorrem no início de uma frase; por não serem semanticamente coordenados com o resto da frase, eles são reprovados no teste de DI e, como resultado, não contribuem para o que é dito em enunciados que os contêm.

Nesse sentido, esses itens geram duas proposições, assim como os ACIDs, porém a *proposição principal* é composta por um ato de fala, e a *proposição secundária* é um comentário do enunciado principal que se configura como um segundo ato de fala, o qual não interfere na condição de verdade do ato de fala principal, como pode ser verificado abaixo nos exemplos de Bach (1999, p. 358).

Ex. 1) *Confidencialmente*, a esposa de Al está tendo um caso.

Bill disse que, *confidencialmente*, a esposa de Al estava tendo um caso.

(proposição secundária - 2º ato de fala) (proposição principal - 1º ato de fala)

Em que Bill comenta que a informação do 1º ato de fala é confidencial, e por isso, segundo Bach (1999, p. 359), “seria necessária uma cláusula completa para relatar Bill, já que caracterizar sua própria declaração é confidencial”, como em *Caracterizando sua declaração como confidencial*, Bill disse que a esposa de Al estava tendo um caso. O mesmo acontece no exemplo 2 em uma situação em que Bill conta para Al sobre a traição de sua esposa:

Ex. 2) *De homem para homem*, sua esposa está tendo um caso.

Bill disse para Al que, *de homem para homem*, sua esposa estava tendo um caso.

(proposição secundária - 2º ato de fala) (proposição principal - 1º ato de fala)

Em que, por meio da proposição secundária, Bill comenta que o 1º ato de fala é relativo somente ao que homens diriam uns para os outros e, por isso, ele resolveu contar para Al. Assim, *considerando sua declaração como algo a ser dito entre homens*, Bill disse para Al que a sua esposa estava tendo um caso.

Dessa forma, é possível entender que “os modificadores de enunciado caracterizam algum aspecto do ato de fala de primeira ordem realizado ao proferir o resto da frase” (BACH, 1999, p. 356) e, por isso, posicionam-se sempre no início do enunciado a fim de operar sobre todo o conteúdo da proposição principal. Assim sendo, ao caracterizar o ato de fala de primeira ordem, esses itens geram uma proposição à parte da proposição principal, que pode ser percebida no teste DI, o que não ocorre com os ACIDs. Nesse sentido, Bach afirma que

se todo o enunciado pudesse ser relatado em uma citação indireta, o modificador de enunciado (ou alguma paráfrase dele) teria que ser incluído na citação indireta. Mas incluí-lo não denunciaria o orador citado como tendo feito comentários sobre sua declaração principal. (BACH, 1999, p. 358)

Por isso, tendo o papel de comentar o enunciado principal, os modificadores de enunciado acabam sendo reprovados no teste DI, e por isso, não contribuem para o que é dito mas operam sobre o enunciado gerando um segundo ato de fala, logo, outra proposição independente que pode ser inferida e não, necessariamente, dita.

Portanto, em Bach (1999), é possível compreender a inexistência de ICs a partir das conjunções (como defende Grice), as quais Bach nomeia de ACIDs. Entretanto, Bach concorda com Grice na ideia de que duas proposições são geradas a partir de sentenças compostas por determinados itens lexicais. Isso foi defendido pelo autor tanto com os ACIDs quanto com os Modificadores de Enunciado. No caso dos ACIDs, o autor afirma que “tornar explícita a força dos ACIDs exige mais uma cláusula do que a contida no enunciado original”, mas por interferirem nas condições de verdade de todo o enunciado, as proposições não são independentes, descaracterizando-os enquanto veículos de ICs.

Por outro lado, com os modificadores, a proposição secundária (de segundo ato de fala), por ser um comentário, apresenta-se de forma independente do primeiro ato de fala e assim o seu valor de verdade não afeta a verdade de todo o enunciado. Além disso, há o comprometimento do falante com a verdade da proposição, como é previsto para uma proposição inferencial. Nessa perspectiva, percebe-se que Bach considera o raciocínio griceano relativo às ICs como coerente, no entanto, não aceita a doutrina da implicatura convencional de Grice e, na verdade, apenas endossa “sua visão de que certas locuções são veículos para a execução de atos de fala de segunda ordem” (BACH, 1999, p. 361).

Dito isto, entende-se que os estudos de Bach podem contribuir para análise que será empreendida neste trabalho, considerando-se os seguintes aspectos discutidos pelo autor:

- “Há certas locuções que dão origem a implicaturas em virtude de seus significados” (BACH, 1999, p. 331) - o que reforça a existência de ICs a partir de itens lexicais do português brasileiro;
- “De fato, ao contrário da suposição comum de uma frase, uma proposição, tais enunciados expressam mais de uma proposição” (BACH, 1999, p. 328), o que nos permite observar um item lexical a partir de duas proposições distintas;
- “As proposições são consideradas implicaturas porque seu valor de verdade não afeta o valor de verdade de todo o enunciado, de modo que a falsidade de tal proposição é compatível com a verdade de todo o enunciado” (BACH, 1999, p. 331) - o que nos leva a analisar as proposições de modo independente (a principal e a inferencial);
- “Uma proposição é uma implicatura convencional de um enunciado apenas no caso de o falante (falando sério) está comprometido com a verdade da proposição” (BACH, 1999, p. 331), o que nos leva a olhar para a proposição inferencial a partir da perspectiva do falante.
- O teste do DI, estipulado pelo autor, enquanto aquele que permite verificar o que pertence ao conteúdo do dito e o que pode ser inferencial a partir da perspectiva do falante.

Outrossim, a fim de contrastar com a proposta de Bach, Oliveira e Basso (2014) aplicam o Teste DI com as expressões ‘infelizmente’ e ‘essa droga de’ que efetivamente não interferem no conteúdo veiculado, estabelecendo uma importante diferença entre os ACIDs e uma possível classe de expressões. Considere-se os exemplos dos autores (2014, p. 159-160) a seguir, sendo proferidos por Maria:

(7) *Infelizmente*, João morreu.

(8) Desliga *essa droga de TV*.

Agora, suponha-se que eles tenham sido reportados por Pedro como a seguir:

(7a) Maria disse que *infelizmente* João morreu.

(8a) Maria disse que é para desligar essa *droga de TV*.

Leia com atenção as sentenças em (7) e (8) e pergunte-se: quem é que está lamentando a morte de João, Maria ou Pedro? E quem é que está reclamando da TV em (8), Maria ou Pedro? Voltando para (6i), quem é que está veiculando que ser curitibano se opõe a ser simpático, Joana ou Pedro?

Para Oliveira e Basso (2014), há aqui um contraste sutil, porém, crucial. Em (7), a expressão ‘infelizmente’ parece estar se referindo à posição subjetiva do falante do proferimento indireto, ou seja, em (7), quem lamenta a morte de João é Pedro, não Maria. O mesmo ocorre em (8): a avaliação de que a situação da TV ligada é uma droga é do falante do proferimento, isto é, é Pedro quem acha que essa situação é uma droga, não Maria. No entanto, em (6i), não é isso o que ocorre: nesse caso, é Joana quem se compromete com a generalização de que se alguém é curitibano, então esse alguém não é simpático e não o falante do discurso relatado.

Segundo os autores, esse contraste nos mostra que as expressões em (7) e (8) não se comportam como ACIDs. “Exatamente porque não incidem sobre a proposição que está sendo veiculada, elas sempre indicam a posição subjetiva dos falantes; elas estão orientadas para o falante. Se alterarmos o falante, elas vão junto” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 160). Porém, não é isso que ocorre com os ACIDs - como foi visto em (5) e (6) - porque eles por interferirem no conteúdo do que está sendo veiculado, não se alteram conforme o falante e nem indicam a posição subjetiva do falante que está reportando o discurso, mas sim o conteúdo da fala relatada.

Essa aplicação do Teste DI a partir das expressões ‘infelizmente’ e ‘essa droga de’ realizada por Oliveira e Basso compõe o estudo empreendido por Potts (2005) que admite o conceito griceano das ICs a partir de uma perspectiva semântica. Em seu trabalho “A Lógica das Implicaturas Convencionais” (2005), Potts (2005) reforça e concorda com os argumentos individuais de Bach sobre os ACIDs não serem implicaturas e os “modificadores de enunciados estarem localizados principalmente em uma camada superior da lógica e da teoria do modelo semântico” (POTTS, 2005, p. 13). Para ele, esses modificadores são “estruturas de discurso” (*Discourse structures*) que configuram-se nos *advérbios orientados para o tópico*, os quais

diferenciam-se daqueles *orientados para o locutor*, como “infelizmente” em (7), e no exemplo abaixo (POTTS, 2005, p. 14):

- a. {Habilmente / Sabiamente}, Beck começou sua descida.
(*advérbios orientados para o tópico*)
- b. {Infelizmente / Felizmente}, Beck sobreviveu à descida.
(*advérbios orientados para o falante*)

Segundo Potts, em (a), os advérbios “habilmente” e “sabiamente” referem-se à ação de descida do sujeito gramatical Beck e, por isso, esses itens “pertencem a um tipo de metalinguagem que usamos para falar sobre discursos (discursos, textos, conversas)” (POTTS, 2005, p. 16), enquanto que, em (b), “infelizmente” e “felizmente” expressa uma avaliação subjetiva do falante sobre a sobrevivência de Beck. Nessa perspectiva, Potts considera que os advérbios em (b) e outros itens orientados para o falante podem disparar ICs, como propõe Grice.

Nesse sentido, para o autor,

a história das implicaturas convencionais é rochosa, seu status atual incerto. Portanto, parece sensato retornar à sua fonte e começar do zero, a partir de uma leitura com a mente aberta da definição original (Grice 1975) e um olho aberto para um novo suporte factual (POTTS, 2005, p. 5).

A partir dessa perspectiva, Potts (2005, p. 2) defende que as ICs originadas em Grice (1975) existem, porém não são o que Grice diz ser no que se refere aos dados. Para ele, as ICs situam-se exatamente nas expressões que não passam no Teste DI - proposto por Bach - por não fazerem parte do conteúdo imediato da proposição, e sim serem orientadas para o falante, sendo elas os *expressivos* que englobam os adjetivos, epítetos - “pronomes com algum impacto adicional na forma de conteúdo descritivo emotivo” (POTTS, 2005, p. 19) -, os honoríficos e construções expressivas propriamente ditas; e os *suplementares* que abarcam tanto as orações apositivas e explicativas quanto os parentéticos e apostos nominais.

Então, segundo ele (2005), há dois tipos de ICs: as *suplementares* que fornecem uma informação a mais a partir dos itens suplementares; e as *expressivas* que veiculam uma opinião ou expressão da subjetividade do falante por meio dos expressivos. Com relação aos itens suplementares, Potts (2005, p. 14) afirma que

eles têm muito a oferecer à teoria das ICs, sendo fácil determinar a sua contribuição proposicional, que é dada da forma esperada pela estrutura interna do suplemento e seu ponto de adjunção da cláusula principal.

Assim, enquanto itens tipicamente suplementares, eles fornecem uma informação de acréscimo ao conteúdo compartilhado na sentença, apresentando-se de forma independente daquilo que é dito na cláusula principal. Como exemplos, Potts (2005, p. 13) indica:

a. Ames foi, como noticiou a imprensa, um espião de sucesso.

(*parentético*)

b. Ames, que roubou do FBI, agora está atrás das grades.

(*oração explicativa*)

c. Ames, o ex-espião, agora está atrás das grades.

(*aposto nominal*)

Pode-se observar que os itens suplementares destacados nos exemplos criam orações e/ou expressões com informações distintas e à parte do conteúdo principal, tanto que, caso haja o apagamento desses itens, não haverá mudança no conteúdo da cláusula principal. Assim, geralmente, os suplementares são encarados na Língua Portuguesa como itens acessórios que não influenciam tanto no contexto em que estão inseridos¹⁷. Entretanto, a verdade é que eles não interferem nas condições de verdade da proposição principal - por isso podem ser apagados “sem causar prejuízo”-, porém é preciso ressaltar que eles contribuem a nível semântico para a sentença como um todo.

É justamente essa contribuição semântica que Potts defende com uma IC suplementar. Para o autor (2005), não há como descartar que a presença dos suplementares nas sentenças agregam informações que disparam significados relevantes para o entendimento do conteúdo compartilhado. Esses significados nem sempre estão explícitos, mas podem complementar e direcionar a leitura e o sentido que se quer passar. Assim, por exemplo, no proferimento (b), pelo menos, duas informações são veiculadas:

(i) Ames está preso.

(ii) Ele roubou do FBI.

¹⁷ É verdade que há um reconhecimento de que esses termos podem ser acessórios do ponto de vista sintático, mas com contribuições fortes para o sentido. Não é nossa intenção aprofundar esse tema, mas é algo importante de ser destacado aqui. Ver, por exemplo: <<https://www.portugues.com.br/gramatica/termos-acessorios-oracao.html>>. Acesso em: 25 set. 2021.

Em que, (i) compõe o conteúdo da proposição principal, enquanto que (ii), por meio da oração explicativa acrescenta a informação do roubo praticado por Ames, a qual não faz parte da proposição principal.

Do mesmo modo, Potts defende uma contribuição semântica para os itens expressivos. Entretanto, neste caso, não há o acréscimo de informações, mas sim a veiculação de um significado que está bem integrado e predica dentro da própria sentença, a partir de itens com função atributiva e que expressam uma avaliação subjetiva sobre algo. Como exemplo, Potts (2005, p. 17) indica:

d. “Compramos uma nova secadora de roupas elétrica [...] Em nenhum lugar disse que a maldita coisa não veio com um plugue elétrico!”

Nesse caso, é possível observar que o adjetivo “maldito” está atribuindo um juízo de valor “a coisa” que é a secadora, formando o expressivo “a maldita coisa”. Assim, por meio dele, veicula-se uma avaliação sobre a secadora que não interfere no conteúdo da sentença como um todo em si, pois no proferimento, pelo menos, duas informações são veiculadas:

- (i) a secadora de roupas não veio com o plugue elétrico.
- (ii) a secadora de roupas é considerada uma coisa maldita.

Em que, (i) configura-se como aquilo que é dito, enquanto que, em (ii), por meio do uso da expressão “a maldita coisa” há o disparo de uma IC *expressiva* de insatisfação com a secadora de roupas, sendo essa insatisfação voltada para o falante da sentença. Por isso, segundo Potts (2005, p. 18), “as propriedades interpretativas de adjetivos atributivos fornecem evidências adicionais que interpretamos algo mais articulado do que meras cordas superficiais”.

Desse modo, a fim de comprovar a sua tese, Potts (2005, p. 11) desenvolve seu estudo com base nas propriedades griceanas para as ICs, considerando que

- a. As ICs fazem parte do significado convencional das palavras;
- b. ICs são compromissos e, portanto, dão origem a acarretamentos;
- c. Esses compromissos são feitos pelo falante do enunciado "em virtude do significado das palavras que ele escolhe";
- d. ICs são logicamente e composicionalmente independentes do que é "dito (no sentido favorecido)", ou seja, independentes das implicações em questão.

De posse dessa caracterização, Potts inicia a sua análise a partir da proposta de Bach (1999) com o Teste DI, visto que este permite justamente perceber essas propriedades das ICs por reportar o que faz parte do dito e apontar caminhos para o que pode ser parte dos significados gerados a partir de itens voltados para a perspectiva do falante. Sendo assim, submetendo os exemplos (b) e (d) ao teste de DI, tem-se:

(b1) Renata disse que Ames, que roubou do FBI, agora está atrás das grades.

(d1) Renata disse que eles compraram uma nova secadora de roupas elétrica. Em nenhum lugar disse que a maldita coisa não veio com um plugue elétrico.

É possível perceber que, tanto em (b1) quanto em (d1), mantém-se a veiculação das duas informações em (i) e (ii). Entretanto, fica a dúvida: em (b1), quem está adicionando a informação de responsabilidade do roubo do FBI? e, em (d1), quem está considerando a secadora uma coisa maldita: o sujeito gramatical (Ames e 'eles') ou Renata que reportou as sentenças? A respeito disso, Potts (2003a) defende que as ICs causam uma ambiguidade na leitura quando presentes em sentenças que estão no discurso indireto e que portam uma IC, geralmente, expressiva.

Essa ambiguidade consiste no fato de “um item avaliativo poder ter seu escopo voltado para o falante - para a leitura da IC –, mas também para o sujeito do discurso reportado, fazendo com que seja possível identificar, nessas sentenças, duas leituras distintas” (POTTS, 2003a apud TAUIL, 2017, p. 33): aquela orientada ao falante da sentença, veiculando assim, a IC; ou aquela em que o falante da sentença pode estar veiculando tanto a fala quanto a avaliação do sujeito gramatical, numa leitura que não possui IC. Assim, para Potts, o que configura uma IC é o fato dela sempre ser orientada para o falante veiculando uma informação a nível avaliativo.

Isso porque, conforme o autor (2005, p. 31), “uma IC nunca é relativizada às crenças de uma entidade diferente do falante. Mas o conteúdo em questão (*at-issue entailment*) certamente é”. Desse modo, Potts defende que “todos os exemplos genuínos de ICs envolvem uma tributação que o falante faz a um enunciado. Eles são comentários orientados para o locutor em um núcleo semântico (implicações em questão)” (POTTS, 2005, p. 11). O que ocorre é que “o item expressivo ‘escapa’ de

onde estiver (num discurso reportado, por exemplo) e se refere ou se liga ao falante do ato em questão” (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 168) expressando a sua opinião sobre o que está sendo enunciado. Por isso que, em (d), a expressão “a maldita coisa” mesmo estando presente na fala dos compradores da secadora, ao ser reportada por outro falante, indica a opinião deste último que, inclusive, compromete-se com o significado disparado pela expressão - aspecto já indicado em Grice (1975).

Desse modo, Potts (2005, p. 6) define duas noções centrais que caracterizam as ICs: “esses significados são *acarretamentos orientados pelo falante e independentes dos ‘acarretamentos em questão’*”, ou seja, do conteúdo e dos acarretamentos do significado imediato. Sobre isso, o autor afirma que “quando um item de IC é usado, invariavelmente contribui com uma nova proposição que é separável da cláusula principal” (POTTS, 2005, p. 43), mas que “estão unidas para contribuir com o novo discurso, implicações orientadas para o locutor: ICs” (POTTS, 2005, p. 13). Por isso, os itens suplementares e expressivos podem ser recortados de uma sentença sem causar nenhum dano ao sentido do conteúdo imediato, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

Suplementar: (b) Ames, que roubou do FBI, agora está atrás das grades.
(proposição não imediata) (proposição principal/imediata)

Expressivo: (d) “Compramos uma nova secadora de roupas elétrica [...] Em nenhum lugar disse que a maldita coisa não veio com um plugue elétrico!”
(proposição não imediata) (proposição principal/imediata)

Em que, “que roubou do FBI” é um acréscimo que agrega semanticamente à sentença proferida, e “a maldita coisa” expressa uma opinião acarretada semanticamente pela sentença proferida, mas ambas não são acarretadas pelo conteúdo imediato da sentença. Esse aspecto, justifica, inclusive, o fato de o significado veiculado pelas ICs não estar ligado ao conteúdo proposicional nem às condições de verdade da sentença, mas ainda assim ser uma informação semântica. Logo, por isso que, para o autor, as ICs são contribuições semânticas independentes da proposição principal.

Nessa perspectiva, compreende-se que, assim como propõe Bach, Potts (2003) assume a ideia de que uma sentença com IC não expressa somente e necessariamente o conteúdo imediato mas pode enunciar múltiplas outras, as quais

podem estar explícitas ou não. Além disso, Potts (2005, p. 7) acredita que a independência das ICs, enquanto significados, “não seja acidental”, e portanto, ele formula este aspecto como uma generalização a ser capturada pela lógica de descrição para ICs, a partir do seguinte pressuposto:

(2.5) Nenhum item lexical contribui ao mesmo tempo para o significado do dito e para o significado da IC.

Por isso, em (b), é possível observar que o suplementar “que roubou do FBI” não interfere nas condições de verdade do conteúdo da proposição principal, pois a sua contribuição é à parte desta última; assim como em (d) que a expressão “a maldita coisa” está veiculando uma avaliação negativa do falante quanto à secadora por ela não vir com o plugue, contribuindo assim para o significado da IC.

Nessa perspectiva, o pressuposto (2.5) em Potts orienta que, em uma sentença que contém um item lexical disparador de IC, pode-se ter, pelo menos, dois significados: o do dito e o da IC, ou seja, uma sentença pode dispor de duas proposições com significados distintos. Nesse sentido, para Potts (2005, p. 11), “ao separar os dois tipos de significado, esses comentários orientados para o locutor [ICs] podem e, geralmente, aparecem em relatos precisos de fala indireta”. Desse modo, entende-se que este pressuposto também pode contribuir para esclarecer a ambiguidade de sentenças com ICs submetidas ao Teste DI de Bach (1999). Enquanto a sentença em discurso indireto, estando completa, é ambígua, a sua separação em duas proposições (*proposição principal e proposição não imediata*) permite verificar a contribuição do item lexical para o significado da IC e confirmar o seu direcionamento voltado para o falante, a partir da proposição não imediata.

Sendo assim, neste trabalho, baseando-se no pressuposto de Potts, consideramos a separação da sentença em duas proposições como um subteste do Teste DI a fim de sanar a ambiguidade e realizar uma análise direcionada do item lexical enquanto disparador de uma proposição inferencial voltada para o falante. Como exemplo, separa-se as sentenças (b1) e (d1) submetidas ao teste DI em duas proposições - [P1] composta pelo conteúdo da proposição principal e [P2] disparada pelos itens lexicais, podendo-se então identificar dois significados distintos, conforme segue:

(b1) Renata disse que Ames, que roubou do FBI, agora está atrás das grades.

[P1] Renata disse que Ames agora está atrás das grades.

Significado imediato: o fato de Ames estar preso;

E

[P2] Renata acrescentou a informação de que Ames roubou do FBI.

Significado não imediato explicitado pelo suplementar: Ames roubou o FBI.

(d1) Renata disse que eles compraram uma nova secadora de roupas elétrica. Em nenhum lugar disse que a maldita coisa não veio com um plugue elétrico.

[P1] Renata disse que eles compraram uma nova secadora de roupas. Em nenhum lugar disse que [a secadora] não veio com um plugue elétrico.

Significado imediato: o fato de a secadora nova não ter vindo com o plugue;

E

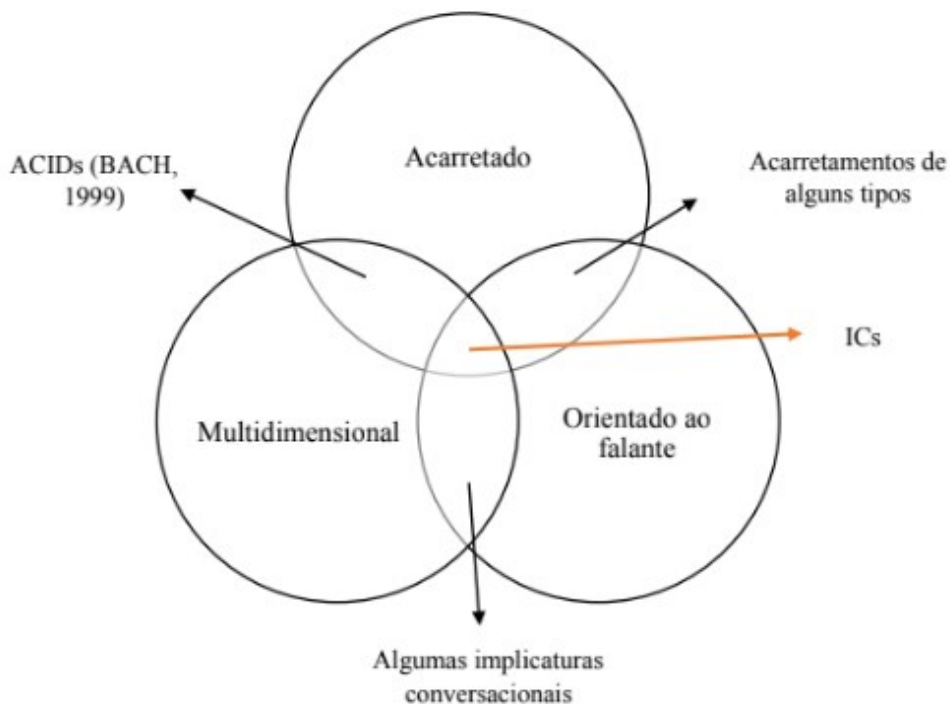
[P2] Renata avaliou a secadora como uma coisa maldita.

Significado não imediato disparado pelo item expressivo: a secadora é considerada maldita por Renata.

Desse modo, compreende-se que, em Potts (2005), as ICs configuram-se como inferências que derivam do uso de certas expressões de acréscimo e de cunho subjetivo que acarretam um sentido orientado ao falante e independente do conteúdo imediato da sentença, o qual só é possível porque uma sentença pode produzir significados também no nível não-imediato. Por isso, para o autor, as ICs ocorrem a

partir da intersecção de três fatores fundamentais: o sentido acarretado, a multidimensionalidade e a orientação ao falante, como mostra a Figura 2:

Figura 2 - A Implicatura Convencional na intersecção de significados



Fonte: adaptado de POTTS, 2003a, pp. 49-50.

Fonte: TAUIL, 2017, p. 32

Além disso, por meio da figura 2, Potts demonstra que as ICs distinguem-se de outras classes de significado, a saber:

- a) sentido acarretado + multidimensionalidade = ACIDs (Bach, 1999), o que parece ser de fato o caso das conjunções. Por exemplo, em “Roberto é curitibano, *mas* é simpático”, a relação de contradição disparada por ‘mas’ é um sentido acarretado pelo significado da palavra, e tal significado só é entendido porque uma sentença, segundo Bach, pode veicular mais de uma informação.

- b) sentido acarretado + orientação ao falante = acarretamentos semânticos como propõe Cançado (2008) em que o sentido de uma sentença está incluído no sentido de outra. Por exemplo:

(9) (i) Ana comeu uma fruta no café da manhã.

(ii) Ana comeu uma fruta.

Observe-se que a informação (ii) está contida em (i). Assim, se (i) é verdade, (ii) é necessariamente verdade, pois é contraditório afirmar que Ana comeu uma fruta no café da manhã, mas Ana não comeu uma fruta. Portanto, pode-se afirmar que a sentença (i) acarreta semanticamente a sentença (ii) e é direcionada ao falante.

- c) multidimensionalidade + orientação ao falante = implicaturas conversacionais (Grice, 1975/1982), visto que a inferência é disparada apenas no contexto conversacional em questão e é orientada ao falante da proposição. Suponha-se que dois amigos estão conversando sobre a situação política ruim do país e ocorra o seguinte diálogo:

(A) O que você achou do discurso do presidente?

(B) Francamente!

Nesse contexto, pode-se inferir, dentre outros sentidos, que (B) considera o discurso do presidente lamentável, infeliz. Essa implicatura é disparada apenas na situação comunicativa em questão e é orientada ao falante da proposição. Vale ressaltar ainda que, por ser uma implicatura conversacional, (B) poderia ter utilizado outra expressão que ainda assim dispararia a mesma inferência.

Nesse sentido, Potts (2005) defende que “os significados se dividem em duas subclasses: as implicações ('compromissos') e os significados dependentes do contexto, sendo o principal fator na divisão a noção de negabilidade”, já vista em Grice (1975). Na subclasse das *implicações*, o autor situa as ICs e as “pressuposições convencionais”, considerando que “esta classe de pressuposições é a única que possui uma semelhança com as ICs” (POTTS, 2005, p. 32); e na subclasse dos

significados do contexto encontram-se as implicaturas conversacionais de Grice (1975).

Primeiramente, vale ressaltar que, para Potts (2005, p. 32), os argumentos de que ICs não são implicaturas conversacionais são facilmente adaptados a argumentos de que não são pressuposições acionadas por conversação". Para ele,

as conversacionais não são inerentemente linguísticas, por existirem em virtude das máximas e do princípio cooperativo que, na concepção de Grice (1975), são independentes da linguagem, enquanto que as ICs são inerentemente linguísticas por serem produzidas a partir do significado de um item da língua (POTTS, 2005, p. 26).

Dessa forma, "as ICs não são sensíveis ao contexto, não podem ser negadas e se manifestam apenas na gramática estritamente interpretada" (POTTS, 2005, p. 38). Agora, com relação às pressuposições convencionais - como aquela que Gritti (2013) defende para o "ainda" - o autor defende que sua semelhança com as ICs deriva do aspecto delas serem "significados lexicais fundamentados que não são facilmente alterados ou removidos por fatores contextuais" (POTTS, 2005, p. 32). Entretanto, segundo o autor, o ponto central que as diferenciam é o fato das pressuposições poderem ser interpretadas a partir de elementos contextuais, enquanto que "o resultado das ICs é calculado localmente para o item lexical que os desencadeia" (POTTS, 2005, p. 30).

Nesse sentido, Potts afirma que as ICs

não têm nenhuma das propriedades que constituem o cerne da teoria de pressuposições. Seu conteúdo não tem fundo, não induz um valor indefinido se for falso, não precisamos acomodá-lo para obter um valor para as cláusulas em que aparece, e as variáveis livres que aparecem neste ambiente não se comportam como as variáveis livres dentro do conteúdo pressuposto (POTTS, 2005, p. 3).

Além disso, quatro aspectos destacados por Potts reforçam essa diferenciação, sendo eles (POTTS, 2005, p. 32-36):

1. a *independência dos valores de verdade*: as ICs são independentes do conteúdo em questão. Em contraste, o objetivo fundamental de quase todas as lógicas de pressuposições é criar uma dependência entre as pressuposições e o que está em questão;
2. a *independência do contexto (anti background)*: as ICs, geralmente, introduzem novas informações que não fazem parte do contexto quando elas são proferidas; já com as pressuposições, a fim de compreender o enunciado, o

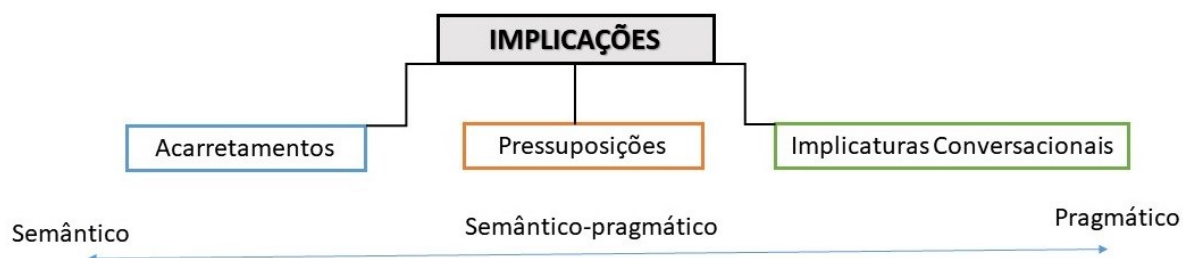
ouvinte deve ajustar seu conhecimento de forma que implique tudo o que o falante pressupõe, a partir de informações contextuais.

3. *o cancelamento*: "De acordo com um amplo consenso, as pressuposições são essencialmente canceláveis" (GREEN, 2000, p. 461 apud POTTS, 2005, p. 34). O cancelamento normalmente surge em situações em que suposições conflitam com as demandas do contexto. Por outro lado, como já visto, as ICs por não serem manipuladas por fatores contextuais, o seu sentido está preso ao significado convencional de um item lexical e, por isso, elas não são canceláveis.
4. *Plugues de conexão*: na pressuposição, há a presença de "plugues" (verbos de dizer e outros performativos) que conectam as proposições e geram o entendimento do conteúdo pressuposto. Em contrapartida, as ICs, por serem comentários sobre um núcleo em questão, não dispõem desses "plugues", pois não estabelecem uma relação de dependência semântica com a sentença principal.

Posto isto, considerando as diferenças aqui apresentadas entre as ICs e outras classes de significado, vale destacar que, segundo Cançado (2008), as noções explicadas ao longo do trabalho estão associadas à propriedade da *Implicação*. Segundo a autora, "a palavra implicação, na linguagem cotidiana, remete a várias noções, tais como inferências, deduções, acarretamentos, pressuposições, implicaturas, etc., sem que haja uma distinção entre elas" (CANÇADO, 2008, p. 25). Entretanto, como pode ser observado no esquema gradativo abaixo, Cançado (2008, p. 25) defende que,

segundo a tradição dos estudos em uma abordagem referencial, existe uma gradação no conceito de implicação, indo da noção mais restrita da implicação - conhecida como acarretamento - à noção mais abrangente da implicação - conhecida como implicatura conversacional.

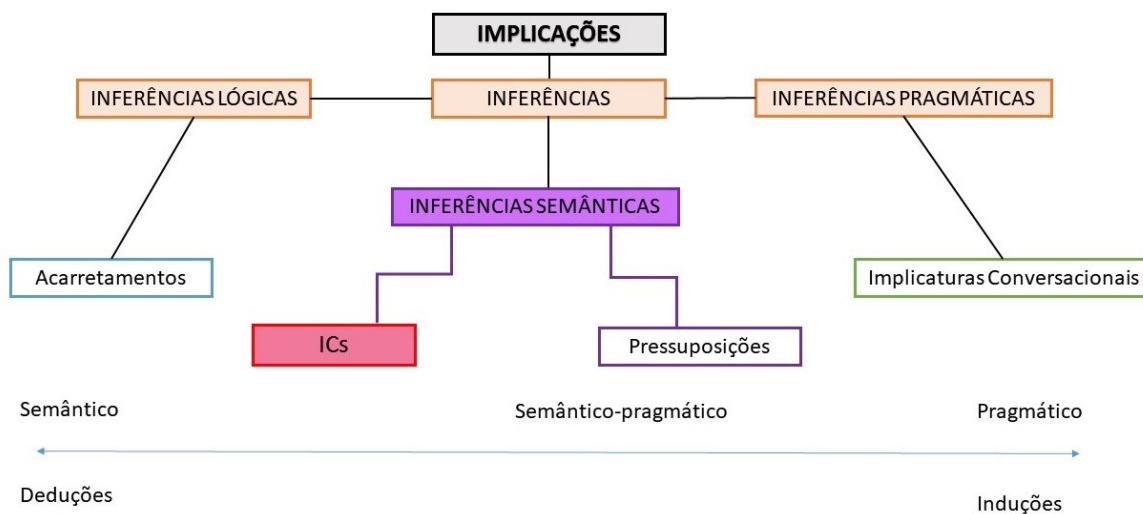
Figura 3 - Esquema Gradativo das Implicações



Fonte: Produção própria

Assim, considerando todas as noções apresentadas neste trabalho, abaixo apresentamos uma reelaboração deste esquema gradativo, bem como um quadro síntese das noções de implicações estudadas.

Figura 4 - Esquema Gradativo das Implicações reelaborado



Fonte: Produção própria

Quadro 2 - Quadro Síntese das Implicações

INFERÊNCIAS Relacionadas à raciocínios dedutivos feitos a partir de dados disponíveis para se chegar a uma conclusão.			
INFERÊNCIA LÓGICA Restringe-se à relações entre proposições.	INFERÊNCIAS SEMÂNTICAS Decorrem do significado de palavras ou expressões mas podem ser ou não interpretadas a partir de informações contextuais.		INFERÊNCIA PRAGMÁTICA Baseia-se em uma série de fatores contextuais em jogo numa conversação.
<p>Acarretamento</p> <p>“Noção estritamente semântica que se relaciona somente com o que está contido na sentença, independente do uso desta” (CANÇADO, 2008, p. 25). Ocorre quando o sentido de uma sentença está incluído no sentido de outra.</p> <p>Condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ambas sentenças verdadeiras; Sentença (A) e negação de (B) = contradição 	<p>Implicatura Convencional (IC)</p> <p>Noção inerentemente linguística produzida a partir do significado de um item da língua. Apresenta-se como comentários orientados ao falante, os quais contribuem com novas informações e/ou avaliações subjetivas.</p> <p>Condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Convencionada e não relaciona-se com aspectos contextuais; Não pode ser negada/cancelada, pois, está presa ao significado do item lexical; Não possui plugues de conexão, pois, é independente do conteúdo em questão. <p>1 sentença = 1 proposição principal (conteúdo do dito) + 1 proposição inferencial (perspectiva do falante)</p>	<p>Pressuposição</p> <p>Noção semântico-pragmática, pois, “relaciona-se com o sentido de expressões lexicais contidas na sentença, mas também se refere a um conhecimento prévio, extralinguístico, que o falante e o ouvinte têm em comum” (CANÇADO, 2008, p. 25)</p> <p>Condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Emerge do conteúdo de uma sentença que não é afetado quando (A) + negação, interrogação e condição de (A) mantêm (B) como verdade; Conteúdo com background; Dependência entre as pressuposições e o que está em questão; Cancelável quando conflita com as demandas do contexto; Possui plugues de conexão. 	<p>Implicatura Conversacional</p> <p>“Noção estritamente pragmática, que depende exclusivamente do conhecimento extralinguístico que o falante e o ouvinte têm sobre um determinado contexto” (CANÇADO, 2008, p. 26)</p> <p>Condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acionada no contexto conversacional em questão que envolve o Princípio da Cooperação e as máximas; Calculável a partir das possibilidades do discurso; Não separável dos sentidos veiculados; Cancelável.

Fonte: Produção própria

Dito isto, Potts (2005, p. 28) conclui que “devemos tratar as ICs como *implicações regulares lógicas*” que

- sempre têm o escopo mais amplo, pois elas contribuem com novas informações;
- resultam em conteúdo multidimensional;
- estão sujeitas a um requisito de *anti background*; e
- comentam sobre um núcleo em questão (POTTS, 2005, p. 42)

Sendo assim, segundo Oliveira e Basso (2014, p. 171),

o argumento de Potts consiste em mostrar que as implicaturas convencionais são, na verdade, um recurso linguístico para expressar outra informação associada à informação principal veiculada por uma dada sentença, fundamentalmente ligada ao falante.

Nesse sentido, como defende Potts (2005), as ICs funcionando como recurso linguístico são contribuições feitas pelo falante em um enunciado com propósitos discursivos bem definidos e relevantes:

as ICs disparadas pelos *expressivos* são usadas para guiar o discurso em uma direção específica ou para ajudar o ouvinte a entender melhor por que o conteúdo em questão é importante naquele palco; já com o conteúdo da IC

expresso pelo *suplementar*, fornece-se uma pista de como a informação deve ser recebida (POTTS, 2005, p. 7).

Portanto, reforça-se a ideia de que as ICs, enquanto inferências, constituem-se como “pistas” que direcionam e preenchem o sentido do que é enunciado, não apresentando-se como algo acessório mas antes essencial. Assim, quando se escreve um texto - como a redação do Enem, por exemplo - o direcionamento ao leitor/ouvinte não é dado apenas por aquilo que está em tópico mas também por aquilo que é expresso de outras maneiras, como o que “não é dito”, o que é suplementar e o que é opinativo. Por isso, entende-se que, na escrita da redação, a escolha pelo uso desses itens não é aleatória mas antes envolve o comprometimento do candidato com aquilo que ele deseja explicitar, e com isso eles contribuem para que o candidato direcione o seu leitor/avaliador em sua proposta dissertativa e argumentativa. Esse aspecto salienta a relevância das ICs, disparadas a partir de expressivos e suplementares, para o discurso em que fazem parte, bem como evidencia a importância do desenvolvimento deste estudo.

Dito isto, na próxima seção apresentamos alguns exemplos de análises de ICs, com vistas a destacar as contribuições desse tipo de inferência na Língua Portuguesa, e no capítulo seguinte, realizamos a análise do nosso *corpus*.

4.3 Exemplos de análise de Implicatura Convencional no português brasileiro

Em seu trabalho “A auxiliaridade do verbo chegar em português brasileiro”, Bertucci (2007) defende que “parece haver uma implicatura quando tratamos de termos escalares” (BERTUCCI, 2007, p. 59), como é o caso do verbo auxiliar *chegar* que, tendo a função de indicar um ponto de uma escala, desencadeia uma IC na sentença. Para demonstrar sua tese, o autor baseia-se nas propriedades das ICs, já apresentadas, de “não cancelabilidade” e de “separabilidade” e nos testes de negação e interrogação propostos por Chierchia (2003). Observe-se as sentenças a seguir.

(10)A: O João **chegou** a ter 1.000 cabeças de gado.

B: Ele teve só 500.

(11) a. O João **chegou** a vender o carro.

b. O João tinha um carro.

- c. O João vendeu o carro.
- d. O João não chegou a vender o carro.
- e. O João chegou a vender o carro?

Segundo Bertucci (2007), considerando a propriedade de “não cancelabilidade” da IC, a sentença (10B) nega a quantidade de cabeças de gado que João teve, mas não cancela a função do item lexical *chegar* de indicar um ponto escalar. Para ele, “o ponto de uma escala (1.000) é negado, mas não a escala” (BERTUCCI, 2007, p. 58). Já com relação a propriedade de “separabilidade”, o autor considera que a sentença (11b) é uma implicatura convencional tanto de (11a) quanto de (11c-e), pois mesmo removendo o verbo *chegar* em (12c) não há a alteração da implicatura (12b) de que “João tinha um carro”, “o que corrobora para o estabelecimento de uma implicatura convencional a partir de *chegar*” (BERTUCCI, 2007, p. 59).

Além de Bertucci, Tauil (2017) também contribui com o conceito de ICs. Em seu trabalho “A ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos”, Tauil desenvolve a ideia da ambiguidade no Teste DI reconhecida por Potts a partir de itens expressivos. A autora propôs investigar se e como profissionais de vários campos de atuação, em especial jornalistas e estudantes de jornalismo, falantes nativos de língua portuguesa percebem essas duas possibilidades de leitura na interpretação bem como na produção de sentenças compostas por expressivos em discurso indireto. Para isso, Tauil (2017) aplicou um questionário para 18 entrevistados em duas etapas. Na primeira etapa, buscou-se avaliar a interpretação do público-alvo com relação a quem pertenciam a avaliação veiculada pelo item expressivo - falante da sentença, o falante do discurso reportado ou ambos, a partir das seguintes sentenças:

(12) João: “O Pedro mandou você desligar **essa merda** de rádio.”

(13) Pedro: “A Maria pediu para eu pendurar **aquela beleza** de quadro.”

(14) Maria: “A Joana disse que **o gato** do Pedro vem pra festa.”

Quanto aos resultados, com relação à sentença (12), percebeu-se que 14 entrevistados realizaram a leitura da IC - 12 deles assumiram, de forma explícita, que “João considera o rádio uma merda” e 2 indicaram, implicitamente, que a irritação é

de João. A leitura da não-IC foi feita por 5 entrevistados que consideraram a leitura de que “Pedro considera o rádio uma merda”. No que se refere à sentença (13), 16 entrevistados realizaram a leitura da IC - 12 explicitamente considerando a avaliação ‘aquela beleza’ como veiculada por Pedro, o falante da proposição e, 4 implicitamente afirmando que a frase de Pedro pode ser uma ironia. A leitura da não-IC foi feita por 4 dos entrevistados que consideraram a avaliação veiculada por Maria. Por último, com relação à sentença (14), 17 entrevistados fizeram a leitura da IC - 6 afirmaram, de forma explícita, que ‘gato’ é uma avaliação feita por Maria e 11 reconheceram implicitamente que talvez a avaliação seja feita por Maria mas também por Joana. Assim, na leitura da não-IC, tem-se os mesmos 11 entrevistados que reconheceram que, talvez, a avaliação possa ser feita por Joana e apenas 1 afirmou que a avaliação é feita exclusivamente por Joana.

A partir desses dados levantados na primeira etapa, Tauil (2017) concluiu que os falantes nativos de português brasileiro e, em particular, jornalistas e estudantes de jornalismo, identificam a IC. Segundo ela (2017, p. 48),

em geral, é possível observar que tais informantes não só identificam a IC, explícita ou implicitamente – apontando o sujeito ao qual a avaliação pertence ou inferindo que tal sujeito indica certa postura a partir de sua avaliação –, mas também as leituras de não-IC possíveis no contexto de discurso indireto. Assim, reforça-se a observação de Potts (2003) de que nas sentenças em discurso indireto que possuem IC, pode-se identificar dois significados distintos.

Outrossim, na segunda etapa de aplicação do questionário, exigiu-se que se passasse as frases a seguir compostas por itens expressivos disparadores de implicatura em discurso direto para discurso indireto, a fim de se analisar se há ou não a produção da implicatura:

(15) Maria: “**Aquele horror** de cartaz ainda está exposto.”

(16) João: “**O animado** do Pedro gritou o jogo inteiro.”

Como resultado, percebeu-se que a sentença (15) foi transcrita corretamente, ou seja, com a passagem adequada do discurso direto para o indireto por 17 dos 18 entrevistados. Dessas 17 transcrições, 10 reproduzem a IC, criando-se a ambiguidade de leitura (aproximadamente 59%) e, apenas 7 não reproduzem a IC (cerca de 41%). Com relação à sentença (16), das 18 respostas, apenas duas não foram corretamente passadas para o discurso indireto. Assim, das 16 respostas, 11 não reproduziram a

IC (cerca de 69%), enquanto 5 a apresentaram (31%). Dessa forma, os dados da segunda etapa também indicaram que os entrevistados reconhecem a IC. Porém, ainda foi percebido que, apesar do reconhecimento, eles demonstram utilizar alguns recursos para evitar a IC durante as transcrições textuais. Dentre esses recursos, Tauil destaca para ambas as sentenças propostas os seguintes:

- a atribuição direta da avaliação, a partir da transformação do item expressivo a fim de eliminar as possibilidades de se atribuí-lo ao falante, como em:

(17a) “De acordo com Maria, o cartaz ainda está na exposição. Ela o considera horroroso”.

(18a) “Pedro, que estava animado, gritou o jogo inteiro, segundo João”.

- a omissão total da avaliação:

(17b) “Maria disse que aquele cartaz ainda está na exposição”.

(18b) “João disse que o Pedro gritou o jogo inteiro”.

- a utilização de verbos de dizer (*dicendi*) - como “disse”, “contou” e “considera” - com vistas a indicar presença do discurso reportado bem como para veicular sua conotação. Observe-se:

(17c) “Maria acredita que na exposição há um cartaz horrível”.

(18c) “João considera Pedro animado por ter gritado o jogo inteiro”.

Ademais, segundo Tauil (2017, p. 49), “os dados levantados na pesquisa indicam que mais jornalistas e estudantes de jornalismo reconheceram a IC e a evitaram nas transcrições de discurso do que outros profissionais”. Para ela, essa discrepância pode ter a interferência de três fatores: o nível de conhecimento metalinguístico do grupo jornalístico; o fato de os jornalistas, durante a prática de sua função, terem que omitir suas avaliações ao reportarem o discurso de seus entrevistados para que uma IC não venha a comprometê-los, enquanto veiculadores de uma avaliação e; principalmente, a diferença de atuação profissional entre os entrevistados. No entanto, a autora ressalta que outros fatores ainda não identificados também possam alterar a percepção dos falantes quanto à presença da implicatura nos enunciados, os quais ela sugere que sejam investigados em pesquisas futuras.

Outrossim, também baseando-se na proposta de Potts, Oliveira e Basso (2014, p. 175) ilustram a discussão sobre as ICs a partir dos diminutivos enquanto

disparadores de inferências no português brasileiro, mostrando, principalmente, que “até mesmo morfemas podem ser responsáveis por veicular conteúdos não imediatos”. Nesse sentido, os morfemas de diminutivo tendem a veicular diversos sentidos quando aplicados em diferentes sentenças. Porquanto, os autores (2014, p. 177-178) argumentam que há três maneiras de o diminutivo contribuir para a significação, sendo elas:

1. “estritamente composicional”, quando usa-se um diminutivo com o efeito de falar de alguma coisa pequena ou menor, como por exemplo:

(19) Não quero muito não, só um pouquinho já dá.

2. “não composicional”, quando o diminutivo já não é mais processado como tal e o que se tem é uma palavra nova. Exemplo:

(20) Vamos brincar de *amarelinha*!

3. “não estritamente composicional”, quando o diminutivo é usado para veicular afetividade ou algum tipo de intensidade. Tem-se como exemplos:

(21) Precisamos terminar isso rapidinho! (intensidade)

(22) Pedro: Aquela mulherzinha de João, hein...?! vou te contar...(afetividade)

O interesse de Oliveira e Basso (2014, p. 179) volta-se para o tipo 3 de significação, já que “a contribuição não estritamente composicional dos diminutivos situa-se na dimensão expressiva da linguagem, ou seja, ela é, nos termos de Potts, uma IC que tem a ver com a expressividade”. Assim, retomando as propriedades das ICs em Potts (2003) e somando a elas mais algumas, os autores definem características principais do conteúdo expressivo a fim de depreender a contribuição não estritamente composicional dos diminutivos, as quais são (OLIVEIRA; BASSO, 2014, p. 179-181):

(a) **independência do conteúdo imediato**; No caso do diminutivo, ele serve para expressar uma opinião do falante que não tem relação com o conteúdo principal, como em:

(23) Aquele reporterzinho da TV errou de novo.

*Conteúdo imediato: aquele repórter da TV errou de novo.

*Conteúdo expressivo: o falante não gosta do repórter ou não tem uma atitude positiva com relação a ele.

(b) **dependência da perspectiva do falante**: se mudarmos o falante, muda-se a pessoa que veicula o conteúdo expressivo. Veja-se exemplos com diminutivos, considerando que Maria tem um cachorro bem grande e que o uso no diminutivo expressa uma atitude positiva em relação ao cachorro de Maria:

(24) João: O cachorrinho de Maria tá doente.

(24a) Pedro: João disse que o cachorrinho de Maria tá doente.

(c) **inefabilidade descritiva**: dificuldade de substituir o conteúdo expressivo por algum tipo de paráfrase, como em:

(25) João (vendo um jogo de futebol): Esse juiz não vale o que come!

(25a) João (vendo um jogo de futebol): Esse juizinho não vale o que come!

(d) **repetibilidade**: é possível repetir uma forma expressiva sem gerar redundâncias, mas sim reforçando seu conteúdo. Por exemplo:

(26) Ah que saudadinha da minha avozinha queridinha do meu coraçãozinho...

Outrossim, tanto Oliveira e Basso (2014) por meio dos diminutivos, quanto Tauil (2017) contribuem para a proposta de Potts (2005) demonstrando a produção de ICs em uma dimensão expressiva. Para tanto, estudar as ICs em outras dimensões pode contribuir para uma melhor compreensão e ampliação do conceito. Por isso, esta pesquisa tem o interesse de identificar e analisar a produção desse tipo de implicatura em uma dimensão argumentativa identificando ICs que contribuem para a escrita e leitura do gênero redação do Enem. Acredita-se que, sendo identificados, a recorrência e análise desses itens podem conduzir a contrastes com a teoria de Grice mas também fornecer maior profundidade nas discussões do conceito, ampliando, inclusive, suas características e propriedades. Por isso, a seguir apresentamos a análise dos dados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo descrever a ocorrência de ICs no Enem a partir de itens expressivos e suplementares, como propõe Potts (2005). Além disso, por meio de uma análise qualitativa, buscamos explicar, de forma conjunta, a contribuição das ICs e dos *critérios de textualização* abordados no trabalho para a construção do gênero Redação do Enem. Para isso, descrevemos a metodologia adotada para verificação da hipótese, bem como os dados levantados e sua análise.

5.1 Hipóteses e Metodologia

Esta pesquisa tem como *corpus* de análise a *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018* - uma coletânea de 31 redações nota 1000 do Enem criada pelos próprios autores e compilada por Lucas Felpi, um dos candidatos com nota máxima. Sendo um Exame de abrangência nacional, os textos são de jovens brasileiros de várias regiões. A formulação da Cartilha, disponível gratuitamente na internet, surgiu com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das produções textuais de outros candidatos, bem como inspirá-los a atingir a nota 1000.

De posse dessas redações, primeiramente, buscamos identificar nos textos a ocorrência de expressivos - expressões de caráter subjetivo - e suplementares - orações apositivas e adjetivas explicativas bem como advérbios orientados para o falante, parentéticos (“conforme fulano”) e apostos -, de acordo com a caracterização de Potts (2005). Na sequência, destacamos no arquivo¹⁸, por meio de um realce colorido, todas as ocorrências identificadas a fim de, em primeiro lugar, quantificá-las e, depois, realizar uma análise qualitativa no trabalho. Nesta etapa, com relação aos expressivos, selecionamos como recorte as ocorrências de Anáforas Encapsuladoras Opinativas (AEOs), considerando que pode haver uma relação entre esses itens e as ICs, como sugere Bertucci et al. (2020).

Segundo Bertucci et al. (2020, p. 81), “as anáforas encapsuladoras – também conhecidas como encapsulamentos – são utilizadas como rótulos avaliativos no

¹⁸ Todas as 31 redações do *corpus* encontram-se na seção Anexos com os itens identificados em realce colorido (expressivos em verde e suplementares em amarelo).

gênero redação do Enem”, podendo ser essencialmente descritivas (doravante *AED*) ou opinativas (*AEOs*). No caso das *AEOs*, elas ocorrem quando, além de condensar um trecho por meio de retomada, também apresentam uma avaliação do produtor do texto sobre as proposições retomadas, configurando-se como “rótulos avaliativos” que auxiliam no processo de construção do sentido do texto e seu direcionamento argumentativo. Nesse sentido, os autores sugerem que os *AEOs* por seu caráter subjetivo podem configurar-se como itens disparadores de ICs, e esse é o ponto de interesse da investigação proposta. Por isso, na análise, dois casos de *AEOs* indicados pelos autores serão testados, a fim de verificar sua adequação enquanto ICs.

Além disso, o trabalho de Bertucci et al. (2020) aponta que, nas redações do Enem, encontramos tanto itens de caráter descritivo (*AED*) como itens de caráter opinativo (*AEOs*), o que ocorre devido ao perfil dissertativo e argumentativo do texto, o qual exige explicações que são descritas para sustentar o ponto de vista do produtor do texto. Assim, os autores indicam que itens descritivos ajudam no desenvolvimento da dissertação mas possuem carga opinativa baixa; enquanto que os opinativos contribuem tanto para a progressão textual como para a argumentação ao apresentar o ponto de vista do candidato. Nesse sentido, estabelecendo uma comparação com o trabalho dos autores, defendemos que itens suplementares apresentam caráter descritivo enquanto que os expressivos possuem carga opinativa, sendo ambos relevantes para a produção textual no Enem, e esse aspecto demonstraremos na análise dos dados.

Além de tudo, ao comparar a presença de itens descritivos e opinativos nas redações, os autores observam uma maior predominância de itens descritivos. Os resultados obtidos demonstram que, a partir da soma dos casos avaliados, “as ocorrências de *AEDs* são bem mais frequentes que as de *AEOs*: 90 (79%) e 24 (21%), respectivamente.” (BERTUCCI et al., 2020, p. 95), o que nos leva a perceber que a descrição tende a estar mais presente do que a opinião. Seguindo essa perspectiva, podemos levantar a seguinte questão: quais dos dois tipos de ICs são mais frequentes nas redações do Enem? As suplementares ou as expressivas? Comparando-se com os tipos de anáfora que carregam uma semelhança do ponto de vista do que fazem, podemos supor que itens de acréscimo ou de progressão, ou seja, os suplementares são mais esperados do que itens de avaliação muito explícita e subjetiva, como é o caso dos expressivos.

Seguindo esse ponto de vista, como hipótese de trabalho, em termos quantitativos, é possível que encontremos mais ocorrências de suplementares do que expressivos, já que a redação do Enem, em seu aspecto dissertativo, exige bastantes explicações que balizem o ponto de vista defendido e, por isso, sua composição tende a apresentar mais categorias do rol das suplementares. Quanto ao aspecto qualitativo, acreditamos que há a ocorrência e pertinência de *ICs expressivas* (doravante *ICE*), ao tratar das AEOs, e de *ICs suplementares* (doravante *ICS*) a partir de itens descritivos. Além disso, estabelecendo uma interface com a LT, presumimos que, assim como as ICs são relevantes para a construção do gênero redação do Enem, os critérios de textualização também contribuem para esse tipo de produção e, por isso, podem ser observados qualitativamente.

Dito isto, para a análise inicial, selecionamos a redação de número 3 do nosso *corpus*, a qual apresenta um total de 8 ocorrências, maior número encontrado dentre as redações analisadas, fato que, inclusive, justifica a nossa escolha e interesse pela redação. A partir dela, analisamos 2 casos de expressivos (AEOs) e 2 casos de suplementares, os quais foram escolhidos devido suas aparições significativas em toda a dinâmica do texto e a oportunidade de perceber suas diferenças e contribuições. Para isso, a fim de avaliar a pertinência das ocorrências enquanto ICs, decidimos aplicar o Teste do Discurso Indireto (Bach, 1999) com dois subtestes baseados em Potts (2005), os quais apresentam-se como contraprovas do Teste DI, conforme quadro abaixo.

Quadro 3 - Teste e Subtestes aplicados na análise

<i>Teste e Subtestes</i>	<i>Ação</i>	<i>Objetivo</i>
1. <i>Teste do Discurso Indireto (DI) - Bach (1999)</i>	Transposição da sentença que contém o item avaliado para o discurso indireto	Identificar para quem está voltado o sentido produzido pelo item em análise
1.1 <i>Subteste de separação das proposições - Critério (2.5) de Potts (2005, p. 7)</i>	Separação da sentença em duas proposições	Confirmar para quem está voltado o sentido produzido pelo item em análise
1.2 <i>Subteste do Contexto - Potts (2005, p. 17-18)</i>	Avaliação do item junto ao seu contexto	Analisar a atuação do item avaliado no contexto (no caso, a redação do Enem)

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, na próxima seção, apresentamos, em primeiro lugar, a quantificação dos dados obtidos e, na sequência, analisamos os 4 casos selecionados. Com isso, objetivamos descrever como as ICs atuam na composição textual e contribuem para a argumentação no gênero redação do Enem.

5.2 Coleta e Análise dos dados

Primeiramente, a partir da coleta de dados, apresentamos uma contabilização das ocorrências de ICs encontradas em cada texto.

Tabela 1 - Contabilização das ocorrências de ICs – Textos 1 a 16

Texto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
ICE	0	1	4	1	2	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0
ICS	6	4	4	3	6	3	6	2	1	0	7	3	4	2	4	2
Total	6	5	8	4	8	3	6	3	3	0	7	3	5	2	4	2

Fonte: Elaboração própria, com dados da Cartilha Redação a mil - 2018

Tabela 2 - Contabilização das ocorrências de ICs – Textos 17 a 31

Texto	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
ICE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
ICS	2	3	4	4	3	3	2	3	3	2	3	1	1	3	4
Total	2	3	4	4	3	3	2	3	3	2	3	1	1	4	4

Fonte: Elaboração própria, com dados da Cartilha Redação a mil - 2018.

Conforme hipótese anterior em termos quantitativos, a totalização dos dados apresentados demonstra que as ocorrências de suplementares são bem mais frequentes que as de expressivos (AEOs): 98 (87,5%) e 14 (12,5%), respectivamente. Das 98 ocorrências, 39 são parentéticas - introduzindo argumentos de autoridade -; 25 orações explicativas - adicionando informações extras que complementam o sentido do que já foi dito -; e 34 apostos e/ou orações apositivas que descrevem e/ou especificam algum dado exposto.

Acrescenta-se também o fato de todas as redações, em particular, apresentarem uma predominância das suplementares. Em geral, elas aparecem em, pelo menos, dois parágrafos dentre todos os que compõem uma redação e demonstram o conhecimento do candidato sobre o tema proposto no Exame, ajudando a construir uma base de dados relevante para a argumentação. Assim sendo, confirma-se a hipótese que estabelecemos em termos quantitativos.

A predominância de suplementares nos levou a perceber uma certa lógica na construção do texto baseada na articulação entre a dissertação e a argumentação. Retomando Potts (2005, p. 7), como “o conteúdo da IC expresso pelo *suplementar*, fornece-se uma pista de como a informação deve ser recebida”, ao dissertar, o candidato faz uso das suplementares para o acréscimo de dados que contribuem para direcionar a defesa do seu ponto de vista. Assim, como os expressivos “são usados para guiar o discurso em uma direção específica ou para ajudar o ouvinte a entender melhor por que o conteúdo em questão é importante naquele palco” (POTTS, 2005, p. 7), ele delinea o seu percurso argumentativo por meio da inserção dessas construções linguísticas que expressam sua opinião/crença sobre o que foi exposto dissertativamente. Nesse ponto, reconhecemos a relevância das ICs para a tessitura textual e a produção de seu sentido.

Além do mais, vale destacar que das 31 redações nota 1000, 30 apresentaram caso de IC, fato que reforça que esses elementos não são acessórios mas, inclusive, podem ser primordiais para um texto dissertativo-argumentativo. Entretanto, ressaltamos ainda o fato de apenas uma redação (a de número 10) não ter apresentado nenhum caso entre aqueles recortados para a nossa pesquisa. De forma geral, este fato nos levou a perceber que, as ICs podem ser um recurso altamente utilizado para mobilizar a argumentação, porém, não o único, visto que, na redação 10, o candidato é capaz de articular a defesa dos seus argumentos utilizando outras estratégias indicadas, inclusive, na cartilha como exemplos, fatos comprováveis, alusões históricas e comparações entre fatos, situações ou épocas.

Dito isso, na subseção que segue, apresentamos a proposta de redação e realizamos uma análise qualitativa, primeiramente, a partir dos expressivos ‘Tal preceito’ e ‘Esse assédio comercial’ e, na subseção seguinte, dos suplementares ‘Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE’ e ‘do sociólogo Erving Goffman’, destacados

em **negrito** na redação 3 exposta a seguir¹⁹. Para mais, no decorrer da análise, destacamos como os Critérios de Textualização aparecem e colaboram na construção do texto do Enem.

5.2.1 Análise qualitativa dos Expressivos

Esta subseção apresenta a análise qualitativa dos expressivos. Para isso, inicialmente, exibimos a seguir a proposta de redação do Enem 2018, juntamente com a redação 3 selecionada para esta análise.

¹⁹ Nos textos em Anexo destacamos todas as expressões que consideramos que poderiam ser analisadas nesse trabalho. No entanto, aqui vamos trabalhar apenas com essas destacadas em **negrito** por conta do espaço e objetivo do trabalho.

Figura 5 - Proposta de Redação Enem 2018

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Às segundas-feiras pela manhã, os usuários de um serviço de música digital recebem uma lista personalizada de músicas que lhes permite descobrir novidades. Assim como os sistemas de outros aplicativos e redes sociais, este cérebro artificial consegue traçar um retrato automatizado do gosto de seus assinantes e constrói uma máquina de sugestões que não costuma falhar. O sistema se baseia em um algoritmo cuja evolução e usos aplicados ao consumo cultural são infinitos. De fato, plataformas de transmissão de vídeo *on-line* começam a desenhar suas séries de sucesso rastreando o banco de dados gerado por todos os movimentos dos usuários para analisar o que os satisfaz. O algoritmo constrói assim um universo cultural adequado e complacente com o gosto do consumidor, que pode avançar até chegar sempre a lugares reconhecíveis. Dessa forma, a filtragem de informação feita pelas redes sociais ou pelos sistemas de busca pode moldar nossa maneira de pensar. E esse é o problema principal: a ilusão de liberdade de escolha que muitas vezes é gerada pelos algoritmos.

VERDÚ, Daniel. O gosto na era do algoritmo. Disponível em: <https://brasil.eipais.com>. Acesso em: 11 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO II

Nos sistemas dos gigantes da internet, a filtragem de dados é transferida para um exército de moderadores em empresas localizadas do Oriente Médio ao Sul da Ásia, que têm um papel importante no controle daquilo que deve ser eliminado da rede social, a partir de sinalizações dos usuários. Mas a informação é então processada por um algoritmo, que tem a decisão final. Os algoritmos são literais. Em poucas palavras, são uma opinião embrulhada em código. E estamos caminhando para um estágio em que é a máquina que decide qual notícia deve ou não ser lida.

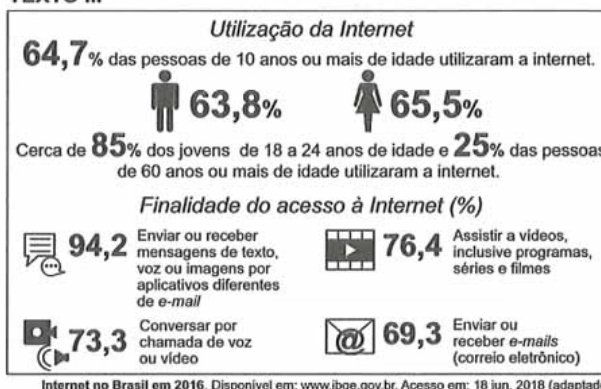
PEPE ESCOBAR. A silenciosa ditadura do algoritmo. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acesso em: 5 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

Mudanças sutis nas informações às quais somos expostos podem transformar nosso comportamento. As redes têm selecionado as notícias sob títulos chamativos como "*trending topics*" ou critérios como "relevância". Mas nós praticamente não sabemos como isso tudo é filtrado. Quanto mais informações relevantes tivermos nas pontas dos dedos, melhor equipados estamos para tomar decisões. No entanto, surgem algumas tensões fundamentais: entre a conveniência e a deliberação; entre o que o usuário deseja e o que é melhor para ele; entre a transparência e o lado comercial. Quanto mais os sistemas souberem sobre você em comparação ao que você sabe sobre eles, há mais riscos de suas escolhas se tornarem apenas uma série de reações a "cutucadas" invisíveis. O que está em jogo não é tanto a questão "homem *versus* máquina", mas sim a disputa "decisão informada *versus* obediência influenciada".

CHATFIELD, Tom. Como a internet influencia secretamente nossas escolhas. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO III



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fonte: Guia do Estudante - Abril. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/redacao-enem-manipulacao-do-comportamento-do-usuario-na-internet>. Acesso em 23 de dez. 2021

REDAÇÃO 3

“Black Mirror” é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos poderiam vivenciar. Não distante da ficção, nos dias atuais, existem algoritmos especializados em filtrar informações de acordo com a atividade “online” do cidadão. Por isso, torna-se necessário o debate acerca da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. **Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE**, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, que memoriza cada passo que esse jovem indivíduo dá para traçar um perfil de interesse dele e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. Dessa forma, o uso da internet torna-se uma imposição viciosa para relações sócio-econômicas.

Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, **do sociólogo Erving Goffman**, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. **Tal preceito** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado. Evidencia-se, portanto, uma falsa liberdade de escolha quanto ao que fazer no mundo virtual.

Com o intuito de amenizar essa problemática, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem **esse assédio comercial** realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com essa imposição midiática. As escolas, em parceria com as famílias, devem inserir a discussão sobre esse tema tanto no ambiente doméstico quanto no estudantil, por intermédio de palestras, com a participação de psicólogos e especialistas, que debatam acerca de como agir “online”, com o objetivo de desenvolver, desde a infância, a capacidade de utilizar a tecnologia a seu favor. Feito isso, o conflito vivenciado na série não se tornará realidade. (Redação 3, Cartilha Redação a Mil, 2019, p. 10-11, grifo nosso).

Considerando que os expressivos são “expressões modalizadoras que veiculam um conteúdo avaliativo” (TAUIL, 2017, p. 36) e que as “*Anáforas Encapsuladoras Opinativas* (AEOs) são expressões subjetivas para emitir opinião sobre um trecho do discurso” (BERTUCCI et al., 2020, p. 94), é possível estabelecer uma relação bastante direta entre esses elementos. Assim, entendemos que as AEOs estão voltadas para o falante a fim de expressar a sua avaliação sobre algo, sendo essa disparada de forma inferencial pelo significado do item lexical em questão, o que

a torna independente da informação de tópico e a caracteriza como IC, segundo Potts (2005). Por isso, a seguir buscamos verificar a pertinência das AEOs enquanto ICs.

❖ Expressivo *Tal preceito*

O expressivo ‘Tal preceito’, enquanto AEO, apresenta duas funções no trecho em que está posto: ele recupera o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman, a fim de descrevê-lo e, ao fazer essa retomada, refere-se ao conceito como um ‘preceito’. Em outras palavras, o produtor do texto rotula o conceito de Goffman como uma regra ou ainda uma lição a ser ensinada e, com isso, estabelece uma relação entre a posição do sociólogo e a explicação dada na sequência, diretamente relacionada à discussão proposta. Assim, estando inserido no contexto da redação do Enem, não há dúvidas de que a avaliação subjetiva do conceito é realizada pelo candidato, produtor do texto. Mas, e se o expressivo ‘Tal preceito’ fosse utilizado em uma situação à parte da redação em si? De quem seria essa avaliação? Lembrando que, como já visto, para configurar-se como IC, o seu significado precisa estar orientado para o falante e ser independente da informação de tópico.

Então, para a checagem, primeiramente, aplicamos o Teste DI proposto por Bach (1999). Por reproduzir exatamente o que o falante diz, o teste nos permite verificar se a avaliação disparada pela expressão ‘tal preceito’ está voltada para o candidato (sujeito da sentença) ou/e para o sujeito que está reportando a sentença do candidato. Assim, para a aplicação do teste, consideramos a seguinte situação: Júlia e Pedro estão conversando. Júlia está lendo a redação e fazendo comentários, enquanto Pedro não tem nenhum conhecimento sobre o que está escrito no texto.

● DIÁLOGO 1

JÚLIA: *Olha que interessante! Estou corrigindo aqui uma redação, e o candidato utilizou o Conceito de Mortificação do Eu, do Erving Goffman, para falar da massificação.*

PEDRO: *Tá. Mas o que ele falou desse conceito?*

JÚLIA (TESTE DI): *Ah, o candidato disse que **tal preceito** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva.*

Em primeiro lugar, percebemos que o item ‘tal preceito’ é introduzido no diálogo fazendo referência ao conceito e, ao mesmo tempo, adiciona um significado à parte da palavra ‘conceito’. Então, questionamos: esse significado adicional é dado por quem escreveu a redação (o candidato) ou por quem está comentando a redação (Júlia)? Assim, conforme sugere Potts (2005), no teste DI, podemos identificar duas leituras distintas:

a) aquela em que o significado veiculado pelo expressivo ‘tal preceito’ está orientado a Júlia ou ao candidato, configurando uma ambiguidade; e

b) aquela em que a avaliação é apenas de um dos dois, não configurando IC.

Nesse sentido, notamos que a fala de Júlia em discurso indireto é ambígua, pois não é possível confirmar se o uso de ‘preceito’ ao invés de ‘conceito’ é feito por Júlia ou pelo candidato, ou seja, há a possibilidade do seu significado estar voltado tanto para um como para o outro. Essa ambiguidade pode ser percebida com mais clareza dando continuidade ao diálogo 1. Vale lembrar que Pedro não está lendo a redação, logo, ele não sabe o que está escrito; já Júlia é quem está lendo a redação. Ela faz um comentário de que o candidato utilizou o conceito de Goffman e Pedro se interessa. Então, após Júlia explicar sobre o conceito, Pedro pergunta para ela:

PEDRO: *Mas, espera aí, é você que está chamando isso de “preceito” ou é o candidato? Por que não estamos falando sobre o CONCEITO [ênfase] de Goffman?*

Perceba que Pedro, por não saber o que está escrito na redação, não entendeu o porquê do uso de ‘preceito’, já que se estava falando de um conceito, e ainda ficou na dúvida se essa inserção é da Júlia ou do candidato. Isso nos mostra que o item ‘tal preceito’, apesar de referir-se ao conceito, tem um significado que não

está dado na palavra ‘conceito’, sendo percebido na ambiguidade que é gerada a partir do seu uso.

Assim, entendemos que a expressão ‘tal preceito’ configura uma IC. Pedro, justamente por não ter conhecimento da redação, ficou na dúvida e supôs que o uso de preceito poderia ser de Júlia. Além disso, o uso do item demonstra uma intencionalidade e propósito que, provavelmente, somente Júlia que estava lendo a redação, compreenderia; mas, o fato é que o item gerou uma inferência no diálogo, o que não ocorreria, por exemplo, pelo simples apagamento ou troca da palavra ‘preceito’ por ‘conceito’ - como pode ser visto abaixo.

JÚLIA (TESTE DI): *Ah, o candidato disse que **tal x** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva.* [APAGAMENTO]

JÚLIA (TESTE DI): *Ah, o candidato disse que **tal conceito** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva.* [TROCA DO ITEM]

Dito isto, como, então, responderíamos para Pedro que o uso do item é do candidato? Para isso, aplicamos o primeiro subteste, como uma contraprova, considerando o argumento de Potts (2005, p. 7) com relação à descrição para ICs de que “nenhum item lexical contribui ao mesmo tempo para o significado do dito e para o significado da IC”. Então, separamos a sentença do teste do DI em duas proposições - [P1] composta pela informação de tópico e [P2] disparada pelo expressivo - como a seguir.

[P1] O candidato disse que o conceito de Mortificação do Eu afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva.

E

[P2] O candidato avaliou esse conceito como um preceito.

Considerando que “o processo de encapsular pode ser carregado de uma visão bastante subjetiva do autor do texto” (BERTUCCI et al., 2020, p. 83), observamos, então, que na sentença em foco duas situações estão acontecendo:

1º) O candidato descreve o conceito de Goffman, gerando P1;

2º) O candidato avalia o conceito de Goffman como um preceito [dado o contexto anterior], gerando P2.

Observe que tanto em P1 quanto em P2, a fonte das informações é o candidato. No entanto, ele as interpreta de maneiras distintas, pois, em P1, ele descreve e, em P2, ele avalia. Então, aqui responderíamos para Pedro que o item ‘tal preceito’ foi utilizado pelo candidato e que ele é que está considerando o conceito um preceito, ou seja, é uma avaliação do candidato disparada pelo item. Mas, agora, a questão a se pensar é: com que objetivo o candidato fez uso dessa expressão que dispara sua avaliação subjetiva?

Vamos olhar, então, para o item ‘tal preceito’ a partir da redação do Enem. Para isso, consideramos o subtítulo do Contexto. Nele, consideramos “contexto” como o ambiente da redação do Enem em que a sentença está ocorrendo e que é requerido para a interpretação do item avaliado. Assim, para análise de ‘tal preceito’, temos o seguinte contexto:

[SENTENÇA-CONTEXTO] “Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado”. [SENTENÇA EM FOCO - P1 + P2] “**Tal preceito** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva”.

O trecho acima é composto por duas sentenças distintas mas que relacionam-se por estarem vinculadas a um mesmo argumento. Na sentença-contexto, o candidato introduz o conceito de Goffman como um argumento de autoridade com o objetivo de relacioná-lo ao tema proposto na redação. Assim, em uma análise geral, a partir da sentença em foco, o candidato descreve o conceito de Goffman [P1] para explicar o problema da alienação induzida pela internet. Assim, a informação em P1

tem característica descritiva ao compor o tópico discutido pelo candidato, apresentando-se como a *proposição principal*.

No entanto, acrescenta-se também o fato de que, ao descrever a ideia abarcada pelo conceito, o candidato retoma o conceito do sociólogo não mais como um conceito, dado o contexto anterior, mas sim como um preceito, expressando sua avaliação por meio da AEO ‘tal preceito’. Vale destacar que, na perspectiva da significação, ‘conceito’ e ‘preceito’ são termos distintos e, por isso, possuem significados diferentes. De acordo com o Dicionário *Oxford Languages*, ‘conceito’ é uma “noção, concepção, ideia”, enquanto que ‘preceito’ pode ser uma “regra, norma” ou, ainda, uma “lição”²⁰. Por essa perspectiva, um conceito não é, necessariamente, um preceito. No entanto, ele pode ser considerado a partir do ponto de vista de alguém - como entendemos ser o caso aqui.

Dessa forma, entendemos que a informação em P2 indica o ponto de vista do produtor do texto que, ao se referir ao conceito de Goffman como um preceito, considera o conceito em si uma regra a ser seguida, mas também vincula a ideia de regra situada no conceito à discussão proposta pela redação, ao considerar o problema da alienação induzida pela internet como uma regra no ambiente virtual. Assim, em P2, podemos identificar duas avaliações:

[A1] O candidato considera que o conceito de Goffman é um preceito.

E

[A2] O candidato avalia o conceito como capaz de explicar a alienação e o comportamento de massa causado pela internet; como se o ambiente da internet levasse a uma REGRA.

Logo, por meio de P2, o candidato, além de considerar a posição de Erving Goffman algo a ser seguido, também parece mostrar que o conceito explica a regra que se faz dentro do ambiente da internet de induzir os indivíduos à alienação. Por essa perspectiva, [A1] restringe-se ao conceito de Goffman. Por outro lado, [A2] estabelece-se dentro da articulação argumentativa que o candidato procede,

²⁰ Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 29 mar. 2021. Nesta análise, consideramos a ideia de ‘preceito’ como uma regra a ser seguida.

expressando o seu ponto de vista sobre a influência da internet sobre o indivíduo. Desse modo, o avaliador do Enem, ao se deparar com o expressivo ‘tal preceito’, pode observar não apenas o emprego anafórico, mas também o direcionamento argumentativo pretendido pelo candidato, exatamente como se espera no uso de ICs.

Desse modo, considerando as competências exigidas pelo exame e os critérios de textualização abordados no trabalho, é possível perceber que o candidato, ao utilizar a AEO ‘tal preceito’, tem uma “atitude intencional” de apontar para o avaliador a direção da sua argumentação bem como aquilo que faz parte da sua bagagem prévia de conhecimentos e que relaciona-se com a discussão proposta, como é o caso da informação que possui sobre o conceito de Goffman. Assim, verificamos a *intencionalidade* do produtor do texto de construir, nesse caso em específico, uma ideia: pautada em uma fala de autoridade para dar maior credibilidade ao conteúdo discutido e, ainda, condizente com o que o avaliador espera e vai receber de modo aceitável, ou ainda, “correto” (*aceitabilidade*).

Para isso, percebemos que o candidato demonstra habilidade de escrita que preenche os requisitos de um texto dissertativo-argumentativo adequado ao gênero redação do Enem, principalmente, pelas Competências 3 e 4, relacionadas à seleção e ao uso eficaz de mecanismos linguísticos para a defesa de um ponto de vista. Ao descrever o conceito de Goffman, o produtor do texto revela *conhecimento de mundo* por resgatar a ideia do sociólogo e ser capaz de relacioná-la com a discussão proposta. Então, o candidato colabora com o caráter dissertativo do gênero redação do Enem e fortalece a sua argumentação que passa a conter uma fala de autoridade dialogando com a defesa do seu ponto de vista.

Por conseguinte, ele também demonstra um *conhecimento linguístico* pertinente à proposta da redação ao aplicar com eficácia tanto os diferentes significados das palavras ‘conceito’ e ‘preceito’, por exemplo, quanto o recurso da anáfora, por meio da AEO ‘tal preceito’, para recuperar a ideia anterior que dá continuidade à sua argumentação. Assim, o uso de ‘tal preceito’ apresenta um *caráter inferencial* por conduzir o leitor a entender o ponto de vista do autor do texto contrário à alienação gerada pela internet no indivíduo conectado. Com isso, o expressivo em análise corrobora o aspecto argumentativo do texto à medida que carrega uma posição subjetiva do candidato e deixa seu ponto de vista mais claro, contribuindo, inclusive, para a construção e direcionamento do sentido global do texto.

Desse modo, considerando que as ICs funcionam como pistas que direcionam o discurso, defendemos que o expressivo ‘tal preceito’ é uma *ICE* que dispara uma *proposição inferencial*, a qual acrescenta a informação subjetiva à sentença. Nesse sentido, ‘tal preceito’ está voltado para o produtor do texto por expressar sua opinião; é independente da proposição principal [P1], pois gera uma nova proposição a partir da análise que o candidato faz do conceito de Goffman; além de contribuir para a percepção e entendimento do caminho argumentativo construído pelo candidato.

❖ Expressivo *Esse assédio Comercial*

Na redação em análise, a AEO “esse assédio comercial” tem a função de recuperar a ideia discutida ao longo do texto a respeito da ação das empresas sobre os usuários da internet. Ao utilizar essa expressão, o produtor do texto classifica essa ação como um ‘assédio’, ou seja, como uma “insistência impertinente constante em relação a alguém” (DICIONÁRIO OXFORD LANGUAGES, s.p)²¹, demonstrando inclusive, a sua posição contrária com relação à essa ação comercial. No entanto, estando o expressivo em uma situação à parte da redação, a quem pertenceria essa avaliação subjetiva? Aplicando o teste do DI, consideramos um diálogo entre Júlia e Pedro, em que Pedro não tem conhecimento sobre o conteúdo da redação, apenas Júlia que a está lendo.

● DIÁLOGO 2

JÚLIA: *Estou corrigindo uma redação e o candidato está falando aqui sobre essas empresas que ficam mandando e-mails para a gente comprar coisas de forma mais fácil. É bem assim mesmo, né?!*

PEDRO: *Ah nem me fale... e o que mais ele falou?*

JÚLIA (TESTE DI): *Ah, o candidato disse que o Congresso Nacional deve formular leis que limitem **esse assédio comercial** realizado por empresas privadas.*

²¹ Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PEDRO: *Nossa, assédio comercial... o candidato falou isso??? Ou é você que acha que chega a ser isso mesmo?*

Podemos observar que o item ‘esse assédio comercial’ é introduzido no diálogo fazendo referência à ação das empresas descrita por Júlia e, ao mesmo tempo, adiciona um significado de que esta ação configura-se como um crime. Pedro, ao ouvir a expressão, surpreende-se e fica na dúvida sobre a quem está orientado o significado adicional, pois ele não sabe o que está escrito na redação. Percebemos, então, que a sentença em DI apresenta-se como ambígua porque não é possível confirmar se é Júlia ou o candidato que considera a ação das empresas um assédio. Essa ambiguidade é gerada exatamente pela expressão ‘esse assédio comercial’, pois percebe-se que, em caso de apagamento ou troca dela, não fica a dúvida sobre quem a utiliza assim como nenhum significado adicional é produzido, como pode ser visto abaixo.

JÚLIA (**TESTE DI**): *Ah, o candidato disse que o Congresso Nacional deve formular leis que limitem esse x realizado por empresas privadas.*
[APAGAMENTO]

JÚLIA (**TESTE DI**): *Ah, o candidato disse que o Congresso Nacional deve formular leis que limitem essa ação realizada por empresas privadas.*
[TROCA DO ITEM]

Desse modo, entendemos que o expressivo ‘esse assédio comercial’ contém um significado que não é dado na descrição feita por Júlia sobre a ação das empresas, o qual configura-se como uma IC. Mas, então, seguindo com o diálogo, observamos a resposta de Júlia para Pedro sanando a sua dúvida.

PEDRO: *Nossa, assédio comercial... o candidato falou isso??? Ou é você que acha que chega a ser isso mesmo?*

JÚLIA: *Não, não.. quem disse isso foi o candidato!*

Assim, Júlia indica para Pedro que o significado adicional disparado pelo expressivo ‘esse assédio comercial’ está voltado para o candidato. Mas, então, como

podemos comprovar a resposta de Júlia? Para isso, aplicamos o subteste de separação da sentença em foco em duas proposições:

[P1] O candidato disse que o Conselho Nacional deve formular leis que limitem as ações impertinentes contínuas realizadas por empresas privadas.

E

[P2] O candidato avaliou as ações impertinentes contínuas realizadas por empresas privadas como um assédio comercial.

Percebemos então que, a partir da sentença em foco, o candidato:

1º) descreve uma providência a ser tomada para limitar a ação das empresas, gerando P1;

2º) considera as ações impertinentes contínuas realizadas por empresas privadas um assédio comercial, gerando P2.

Desse modo, consideramos que [P1] tem caráter descritivo ao compor a intervenção defendida pelo candidato, apresentando-se como a *proposição principal*; e [P2] expressa a avaliação subjetiva do candidato sobre as ações das empresas, configurando-se como proposição *inferencial*. Nessa perspectiva, qual o propósito de P2 no texto do candidato? Para entender isso, aplicamos a contraprova do contexto, conforme abaixo.

[SENTENÇA-CONTEXTO] “Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado. [SENTENÇA EM FOCO - P1 + P2] “(...) o Congresso Nacional deve formular leis que limitem **esse assédio comercial** realizado por empresas privadas”.

Observe que, na sentença-contexto, podemos perceber que o candidato descreve a ação impertinente contínua das empresas no ambiente virtual por

“bombardear” os dispositivos dos usuários com propagandas. Assim, na sentença em foco, ele propõe a formulação de leis como uma providência para limitar essa ação comercial. Ao fazer isso, o produtor do texto refere-se a essa ação de “bombardeio de propagandas” descrita no contexto como um “assédio” por escolher utilizar a AEO ‘esse assédio comercial’, o que expressa o seu ponto de vista contrário ao papel das empresas.

Por isso, em P2, podemos identificar duas avaliações:

[A1] O candidato considera que o bombardeio de propagandas nos dispositivos dos usuários é um assédio comercial.

E

[A2] O candidato avalia a ação insistente e contínua das empresas como impertinente.

Entendemos que [A1] restringe-se à descrição em si que o candidato faz das ações; por outro lado, [A2] expressa o seu posicionamento contrário ao alto número de propagandas divulgado pelas empresas nos dispositivos dos usuários e, desse modo, articula-se com o seu percurso argumentativo. Vale destacar que, ao escolher utilizar a expressão “esse assédio comercial”, o produtor do texto indica ao avaliador um emprego anafórico que retoma suas ideias e, ao mesmo tempo, indica seu ponto de vista contrário que, até o leva a propor uma providência para limitar as ações, ou seja, a formulação de leis.

Desse modo, verificamos que o uso da expressão em análise pelo candidato é uma pista que indica ao seu leitor o caminho interpretativo que ele deve percorrer. Isso porque o produtor do texto tem a intenção de mostrar para o avaliador o seu ponto de vista de repúdio à ação das empresas sobre os usuários, o que configura a *intencionalidade e a aceitabilidade* no processo de textualização do gênero. Além disso, ressaltamos que a escolha do candidato pelo uso da palavra ‘assédio’, em si, demonstra tanto *conhecimento de mundo* como eficiência no uso do seu *conhecimento linguístico* em prol do texto. Isso, visto que esta palavra corrobora ainda mais para a argumentação, à medida que ela apresenta-se como uma expressão forte

por seu significado atrelado a algo ofensivo e perturbador. Assim, é possível perceber que, por meio do léxico da língua, o produtor do texto fortalece ainda mais a defesa de sua tese e o sentido argumentativo do texto, o que não seria possível se ele não associasse a temática da redação com o contexto do mundo real em que o assédio configura-se como um problema social.

Todos esses *links* e retomadas estabelecem um *caráter inferencial* que esquematiza a construção do texto dissertativo-argumentativo e viabiliza o acesso ao sentido do texto, como prevê o processo de textualização. Ademais, eles relacionam-se à argumentação proposta e tornam o texto adequado às exigências do Enem, em especial, por preencher com eficácia o que requer as competências 3 e 4 do exame.

Dito isto, depreendemos que o expressivo ‘esse assédio comercial’ é uma *ICE* que dispara uma avaliação subjetiva do candidato por meio da ideia inferencial de que a ação insistente e contínua das empresas é impertinente, e até ofensiva e perturbadora, como observada na P2, a qual é independente da proposição principal.

5.2.2 Análise qualitativa dos Suplementares

De acordo com Potts (2005, p. 6), os *suplementares* são elementos e/ou construções linguísticas que acrescentam uma informação a algo já dito para contribuir com novos discursos, sendo eles as orações apositivas e adjetivas explicativas bem como advérbios orientados para o falante, parentéticos (conforme/segundo fulano) e apostos. Assim, consideramos para esta análise “Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE” como uma suplementar parentética e “do sociólogo Erving Goffman” como um aposto explicativo. Na redação, ambas as construções adicionam um novo dado à discussão proposta a fim de corroborar com o caráter dissertativo e favorecer a argumentação do texto. Seguindo essa perspectiva, a seguir, primeiramente, testamos os casos de suplementares em situações à parte do texto do Enem e, na sequência, prosseguimos com a análise de cada elemento no contexto da redação em si.

❖ Suplementar *Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE*

“**Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE**, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet”.

Levando em conta que a suplementar parentética “Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE” está adicionando um novo dado à discussão proposta, consideramos o seguinte diálogo entre Júlia e Pedro, no qual os itens são proferidos. Lembrando que Júlia está lendo e faz comentários sobre a redação e Pedro não tem nenhum conhecimento sobre o que está escrito no texto. Então, a partir do Teste do DI, a questão que queremos responder é: de quem é o acréscimo realizado a partir das suplementares em análise? Do autor da redação (o candidato) ou de Júlia (comentadora da redação)? Vejamos.

- DIÁLOGO 3

JÚLIA: *Ah, olha que interessante...*

PEDRO: *O quê?*

JÚLIA (**Teste DI**): *Veja só, o candidato disse que **segundo pesquisa divulgada pelo IBGE**, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet.*

PEDRO: *Ah, eu li alguma coisa sobre isso esses dias mas não sabia que eram dados do IBGE. Está atualizada hein!*

JÚLIA: *Eu não né, o candidato. Tô adorando ler essa redação!*

No diálogo, podemos perceber que Pedro acredita que a informação da pesquisa do IBGE foi acrescentada por Júlia²². Isso ocorre pois, conforme Potts (2005), em discurso indireto, a sentença apresenta uma ambiguidade já que não há como confirmar se o acréscimo está voltado para Júlia ou para o candidato. A crença

²² Os casos com suplementares parecem mais sutis do que aqueles com expressivos. Tanto que, nos parece, uma prosódia específica poderia já retirar a ambiguidade de referência da informação, indicando que a informação do trecho de conformidade (“segundo pesquisa...”) vem do candidato e não seja da Júlia. No entanto, uma vez que há a possibilidade de dupla interpretação, acreditamos que elas continuam com as características de ICs que temos visto.

equivocada de Pedro deriva justamente do fato de ele não saber o que está escrito na redação. No entanto, Júlia, por estar lendo o texto, adverte Pedro atribuindo o acréscimo ao candidato. Mas, então, como podemos confirmar e explicar para Pedro, o porquê de ser um acréscimo do candidato? Aplicando a contraprova da separação das sentenças, segundo Potts (2005). Assim, temos:

[P1] O candidato disse que no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet.

E

[P2] O candidato acrescentou esse dado *segundo pesquisa divulgada pelo IBGE*.

Em que duas situações distintas ocorrem:

1º) em P1 (*proposição principal*): o candidato apresenta um dado sobre a utilização da internet no ano de 2016; e

2º) em P2 (*proposição inferencial*): ele acrescenta o tipo e fonte deste dado (a pesquisa do IBGE).

Assim, percebemos que o suplementar em análise acrescenta uma informação a partir do *conhecimento prévio de mundo* do candidato, estando voltada, então, para ele por demonstrar que ele tem ciência de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, até dos objetivos e função do IBGE em sua área de atuação. Agora, com qual objetivo o candidato faz uso do suplementar no contexto da redação? Prosseguimos, então, com a contraprova do Contexto, conforme sugere Potts (2005).

[SENTENÇA-CONTEXTO] “Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. [SENTENÇA EM FOCO - P1 + P2] **Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE**, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet”.

O trecho acima indica que o contexto é um argumento do candidato e a sentença enfoca um dado de seu conhecimento que comprova a realidade deste argumento. Desse modo, o produtor do texto utiliza o suplementar com o objetivo de acrescentar o tipo e a fonte desse dado que corrobora para sustentar e fortalecer sua argumentação por proceder de uma instituição que é autoridade no assunto discutido. Assim, é possível perceber que este item aponta para os conhecimentos de mundo do candidato e tem relevância em sua discussão, pois, o seu uso legitima os argumentos e o repertório do candidato, conforme o Enem orienta na avaliação das redações, o que é extremamente importante para endossar a dissertação do texto.

Por isso, o simples apagamento do suplementar em análise demonstra o quanto ele é significativo para a discussão proposta pelo candidato.

[SENTENÇA-CONTEXTO] “Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. [SENTENÇA EM FOCO - P1 + P2] x no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet”.

A pergunta que fica é: como o candidato sabe disso? De onde ele tirou essa informação? Notamos que, devido a ausência do suplementar, o dado apresentado deixa de pertencer ao IBGE e passa a configurar-se como uma informação dita pelo candidato, sem nenhuma comprovação, força e credibilidade, o que faz com que a sentença em foco perca o sentido e a força necessários para fundamentar o argumento do candidato. Isso porque a indicação de que o dado apresentado é de uma autoridade (o IBGE) credibiliza as informações e, conseqüentemente, corrobora para a argumentação do candidato.

Além disso, com a ausência do suplementar, o candidato não tem a oportunidade de demonstrar o seu conhecimento a respeito de uma pesquisa divulgada pelo IBGE que relaciona-se com a discussão proposta e, muito menos, articular com os seus argumentos. Nesse aspecto, podemos perceber que a escolha do candidato pelo uso do suplementar não é aleatória, o que configura a *intencionalidade* na construção do texto. Na verdade, ele demonstra saber que uma informação sem comprovação e/ou ainda “autoria” perde força em um texto argumentativo. Assim, sendo a sua intenção demonstrar ao avaliador ser capaz de

discutir sobre o assunto com propriedade, o candidato utiliza o suplementar e o conecta com a temática discutida, a fim de que o leitor aceite e entenda o seu posicionamento (*aceitabilidade*).

Para mais, o candidato demonstra habilidade ao lidar com o seu *conhecimento linguístico*, visto que o suplementar utilizado configura-se como uma “expressão referencial” que introduz o dado de uma instituição renomada no meio social e aponta para os seus conhecimentos de mundo (*aspecto inferencial*). Portanto, percebemos que, na redação do Enem, por meio do uso do suplementar em análise, o candidato pode construir um caminho interpretativo ao seu leitor e fundamentar sua argumentação com um repertório de informações significativas para a discussão proposta, o que contribui para que o texto apresente-se como um todo significativo, como propõe Marcuschi (2008).

❖ Suplementar *Do sociólogo Erving Goffman*

“Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, **do sociólogo Erving Goffman**, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado”.

● DIÁLOGO 4

JÚLIA (**Teste DI**): *Sabe, o candidato disse que conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman, é possível ...*

PEDRO: *Ah, eu sei de quem é esse conceito e sei que ele é sociólogo também, não precisava você dizer!*

JÚLIA: *Não, não. Mas quem falou foi o candidato, não fui eu.*

PEDRO: *Ah tá!*

Considerando o aposto explicativo “do sociólogo Erving Goffman”, em primeiro lugar, podemos observar que Pedro realmente encara o suplementar como uma informação adicional na fala de Júlia, a qual já era de seu conhecimento. No entanto, Pedro interrompe a fala de Júlia porque ele achou que essa informação

adicional estava sendo acrescentada por ela²³, justamente por ele não ter o contexto da redação, como Júlia tem. Sendo assim, percebemos que a presença do suplementar na fala de Júlia indica que há uma informação adicional que, em discurso indireto, carrega a possibilidade de estar sendo utilizada por Júlia ou pelo candidato. Mas, então, como podemos confirmar para Pedro (que não sabe o que está escrito na redação) que este acréscimo é do candidato?

Para isso, aplicamos a contraprova de separação da sentença em duas proposições, conforme Potts (2005).

[P1] O candidato disse que conforme o conceito de “Mortificação do Eu” é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado.

E

[P2] O candidato disse que o conceito de “Mortificação do Eu” é *do sociólogo Erving Goffman*.

Observamos que duas situações diferentes ocorrem aqui:

1º) em P1 (*proposição principal*): o candidato cita o conceito de Mortificação do Eu a fim de explicar o que ocorre no ambiente virtual;

2º) em P2 (*proposição inferencial*), ele acrescenta a informação de que este conceito é de autoria do sociólogo Erving Goffman.

Assim, por meio do suplementar presente apenas em P2, percebemos que o acréscimo foi feito pelo candidato a partir do seu conhecimento prévio, demonstrando que ele sabe a autoria do conceito bem como quem é Erving Goffman.

Confirmando-se, então, que o acréscimo é do candidato, como podemos entender o objetivo do candidato ao fazer este acréscimo com o uso do suplementar? Para isso, aplicamos, a contraprova do contexto, conforme Potts (2005).

²³ Assim como no diálogo 3, nesse caso com o suplementar “do sociólogo Erving Goffman” a ambiguidade aparece de forma mais sutil, parecendo-nos, inclusive, bastante possível uma leitura mais direta do trecho apositivo já indicando que a informação vem do candidato e não de Júlia.

[SENTENÇA-CONTEXTO] “Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. [SENTENÇA EM FOCO - P1 + P2] Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, **do sociólogo Erving Goffman**, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado”.

Diante dos dados, percebemos que a sentença-contexto é o segundo argumento do candidato e a sentença em foco é composta pelo argumento de autoridade de Goffman, o qual sendo do conhecimento do candidato está diretamente relacionado à discussão sobre a interferência da internet na liberdade e individualidade dos sujeitos.

Desse modo, podemos entender que o conteúdo de P1 por apenas citar o conceito de Mortificação do Eu perde credibilidade e força por não estar associado a nenhum elemento de autoridade no mundo e, conseqüentemente, enfraquece a ideia seguinte do candidato. Isso porque a autoria do conceito está em P2 e quando é referenciada fornece credibilidade ao conceito em si e, principalmente, à ideia defendida pelo produtor do texto. Dessa forma, ‘do sociólogo Erving Goffman’, sendo um aposto explicativo, atribui o conceito ao senhorio de Goffman bem como explica que ele é alguém com propriedade para contribuir na discussão da redação.

Assim, no contexto da redação, o suplementar é acrescido pelo candidato a fim de indicar a área (sociologia) e a autoria (Erving Goffman) do conceito e, assim, tornar fidedigna a sua informação e discussão. Por isso, o acréscimo gerado pelo suplementar, apesar de apresentar-se com um caráter descritivo, permite identificar o que compõe a bagagem de conhecimentos do candidato e, ainda, fornecer respaldo para a sua argumentação. Isso é possível ser percebido pelo *aspecto inferencial* que carrega o suplementar utilizado pelo candidato, visto que, a expressão aponta para o seu repertório de informações, bem como indica para o avaliador que a discussão está sendo bem fundamentada com base nas ideias do sociólogo Goffman.

Desse modo, além de apontar para o *conhecimento de mundo* do candidato, o uso do suplementar demonstra que ele é capaz de articular seu *conhecimento linguístico* para a construção do texto, já que escolhe uma expressão que configura-se como uma pista que indica a sua intenção de compartilhar com o leitor, principalmente com o avaliador, uma informação relevante para fundamentar sua dissertação e orientar seu percurso argumentativo, o que configura, inclusive a *intencionalidade* e a *aceitabilidade* no processo de textualização.

Dito isto, depreendemos que, em ambas sentenças em foco, os suplementares introduzem e descrevem informações que não são acessórias, mas antes primordiais para a construção da dissertação exigida pelo Exame. Ao expor esses dados, especificando sua fonte, configuração e detalhes, o candidato demonstra ser capaz de dissertar sobre o assunto proposto na redação a partir de um rico repertório de conhecimento de mundo. Assim, por meio do uso dos suplementares aqui avaliados, o avaliador consegue captar que o candidato conhece o IBGE e sua função e importância na área científica; bem como que ele sabe que Goffman é alguém renomado no campo da sociologia; e que, por isso, ambos constituem-se argumentos de autoridade válidos, relevantes e condizentes com a discussão proposta.

Por tudo isso, percebemos que, por meio dos suplementares, o candidato adiciona informações que ajudam o avaliador a entender a exposição de ideias, além de ter a oportunidade de demonstrar para o avaliador tudo que é substancial em seu repertório de saberes para a discussão. Para isso, ele traz à tona os seus conhecimentos prévios e busca articulá-los com suas ideias e/ou argumentos a fim de enriquecer sua argumentação.

Assim, no Exame, os suplementares, além de apresentarem um caráter descritivo, funcionam como disparadores de inferências relacionadas a elementos da bagagem de conhecimentos do candidato, os quais contribuem para a construção do sentido global do texto. Nesse sentido, ao apontarem para o conhecimento de mundo do candidato, essas construções linguísticas também carregam uma subjetividade decorrente da escolha lexical feita pelo produtor do texto; além do mais, elas aparecem desvinculadas do restante da sentença ao comporem outras orações com informações bem distintas, e ainda, levam o leitor do texto a inferir tudo que está presente na bagagem de conhecimentos do candidato e que contribui para o caráter argumentativo do texto. Portanto, defendemos que os suplementares “Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE” e “do sociólogo Erving Goffman” configuram-se como *ICS* a partir do contexto da redação do Enem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar a ocorrência de ICs com carga argumentativa nas Redações do Enem. Para isso, no primeiro capítulo de desenvolvimento, enquadrámos o trabalho ao PPGEL ao descrever a escrita enquanto tecnologia da Linguagem Humana e o conseqüente conhecimento - também tecnológico - dos gêneros textuais, com vistas a situar e discutir o gênero redação do Enem em uma prática social mais específica. Assim, em seguida, apresentamos a caracterização dos gêneros, em especial, da redação do Enem, e finalizando o primeiro capítulo, realizamos uma interface com a LT ao tratarmos dos *critérios de textualização* (MARCUSCHI, 2008).

Este primeiro capítulo, então, nos permitiu entender que a escrita do gênero redação do Enem apresenta um caráter tecnológico por requerer reflexão e planejamento que conduzem a um processo de textualização eficaz. Para isso, as competências definidas pelo exame juntamente com os critérios de textualização relacionaram-se com o estudo de ICs empreendido neste trabalho e puderam ser observados no processo de composição da redação do Enem, a partir de uma análise qualitativa integrada às discussões realizadas.

Outrossim, no segundo capítulo, discutimos sobre o contexto das inferências, situando-as como um processo fundamental para a efetivação de uma escrita e leitura compreensiva e eficaz, bem como sobre a importância dos conhecimentos prévios nesse processo. Nesse sentido, pudemos verificar que as inferências, enquanto um processo abstrato no cérebro humano (WOLF, 2019) manifesta-se na língua (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010), fato que constatamos nas redações do Enem analisadas.

Além disso, tratamos sobre a teoria griceana e o conceito de IC, buscando contrastar e relacionar com trabalhos já existentes sobre esse tipo de implicatura, a fim de balizar a análise dos dados. Assim, vimos que Grice (1975/1982) em si apenas deu origem ao conceito, o qual foi desenvolvido por Oliveira e Basso (2014), e que nem todos os autores aceitam a existência das ICs na perspectiva griceana, como Bach (1999) e Gritti (2013). Entretanto, Potts (2005) reconhece que as ICs originadas em Grice (1975) existem, porém não estão relacionadas às conjunções e sim a expressões orientadas para o falante (expressivos e suplementares), as quais funcionam como um recurso linguístico que veicula informação adicional e à parte da

proposição principal e, assim favorece o direcionamento do discurso e a força persuasiva do texto. Dessa forma, a visão de Potts nos mostrou que ICs, a partir de itens expressivos e suplementares, podem contribuir para o gênero redação do Enem.

Essa contribuição foi possível verificar no próximo capítulo de Análise dos Dados. Nele, primeiramente, descrevemos o percurso metodológico, o *corpus* e nossas hipóteses. Assim, tendo como *corpus* a *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018*, estabelecemos duas hipóteses: na primeira a nível quantitativo, imaginávamos que as ocorrências de ICS seriam superiores às de ICE. Compreende-se que esta hipótese foi confirmada, pois 98 das 112 ocorrências se deu por este tipo, provavelmente por sua característica de acréscimo de informações que fundamenta a base de dados relevante para a argumentação; supúnhamos também a nível qualitativo a ocorrência e pertinência de ICE, ao tratar das AEOs, e de ICS, a partir de itens descritivos, bem como uma aparição significativa dos *critérios de textualização*, e a análise dos dados confirmou esta segunda hipótese.

Em primeiro lugar, as testagens e análises aqui desenvolvidas demonstraram como que, na redação do Enem, a dissertação e a argumentação articulam-se por meio da análise de ICs. Nesse sentido, as construções linguísticas avaliadas corroboraram para a construção e organização do texto tanto a nível dissertativo como a nível argumentativo. No nível dissertativo, as ICS fornecem uma base descritiva bastante relevante para sustentar os argumentos e ideias do candidato; no nível argumentativo, as ICEs contribuem para a defesa do ponto de vista do autor bem como para a articulação da argumentação.

Além disso, por apresentarem um caráter inferencial, as ICs permitiram observar as palavras do candidato em outras vozes e verificar que a escolha pelo uso de determinados itens lexicais não são aleatórios. A partir de itens presentes na redação do Enem, foi possível entender o papel das inferências pois, quando utilizadas pelo candidato, elas puderam contribuir aos propósitos do produtor do texto e à formulação eficaz de um texto adequado àquilo que é solicitado pelo exame, ao funcionarem como ferramentas de cunho descritivo e expressivo. Por isso, dentro do contexto do Enem, a função e significância das ICs são ressaltadas adquirindo mais força, pois elas não são vistas como algo acessório, mas antes essencial no contexto linguístico.

Sendo assim, identificamos que há diferenças entre a atuação dos expressivos e dos suplementares enquanto ICs, porém reconhecemos que ambas são

indispensáveis para uma produção textual satisfatória. Seja acrescentando informações no aspecto dissertativo (ICS), seja disparando uma avaliação subjetiva do candidato (ICE), as ICs apontam para aquilo que o candidato quer e precisa demonstrar de mais relevante para o avaliador do texto do Enem e, por isso, o seu uso torna-se significativo enquanto recurso linguístico, como prevê as competências 3 e 4 do exame destacadas neste trabalho.

O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito a relação dos *critérios de textualização* com as ICs e a construção do gênero redação do Enem. As análises qualitativas realizadas nos permitiram não apenas descrever a atuação das ICs na redação do Enem, mas também observar que os critérios de textualização estudados neste trabalho relacionam-se com a funcionalidade delas na construção textual. Assim, levando em conta que a IC é um tipo de inferência, vale destacar que ela compõe o grupo dos “fenômenos de implicação”, os quais são de natureza linguística por interferirem no estabelecimento da coerência (KOCH; TRAVAGLIA, 1995). Porém, de forma ainda mais específica, podemos dizer que IC configura-se como um *conhecimento linguístico* porque tem efeitos sobre o que está sendo dito. Em outras palavras, no caso da redação do Enem, o candidato enquanto produtor do gênero escolhe e utiliza expressões/itens da língua para disparar significados que direcionam sua argumentação, configurando um desses efeitos.

Desse modo, o *conhecimento de mundo* - enquanto critério de textualização - apresenta-se como um “plano de fundo” necessário para que este tipo de inferência seja disparado, o que justifica a relação tão próxima entre este conhecimento e o linguístico na proposta desta pesquisa. Além do mais, observamos a *intencionalidade* e a *aceitabilidade* constituírem-se como critérios importantes no contexto do Enem, visto que as escolhas e os usos linguísticos por parte do candidato são totalmente intencionais e visam a construção de um texto o mais convincente possível e, também aceitável, de acordo com as regras exigidas pelo exame e a avaliação do corretor. Logo, por essa perspectiva, o gênero analisado pode ser visto como um todo significativo e as ICs, bem como os critérios de textualização, como ferramentas para dar acesso à interpretação do teor dissertativo quanto argumentativo do texto. Por tudo isso, entendemos que o gênero redação do Enem nos permitiu realizar a descrição e análise das inferências como um fenômeno bastante significativo no processo de composição do texto dissertativo-argumentativo, juntamente com outros critérios de textualização.

Outrossim, para pesquisas futuras, sugerimos: o estudo das ICs a partir de outros gêneros a fim de estabelecer comparações e distinções; a análise de um aspecto mais estrutural observado na identificação dos dados em que os itens expressivos, na maioria dos casos, tendem a aparecer do meio para o final do texto, quando o candidato retoma as informações expostas anteriormente, buscando expressar o seu ponto de vista, o que pode indicar uma funcionalidade ainda mais específica desses itens para a estrutura do texto; outra possibilidade é a realização de um estudo que considere a mobilização de outras estratégias na construção da argumentação, utilizando até como *corpus* a Redação 10 que, como destacamos, obteve nota 1000, mas não apresentou nenhum caso de IC; e ainda observar como que os candidatos também mobilizam os textos motivadores em suas produções, visto que, muitas informações utilizadas na construção da redação pertencem, especificamente, a esses textos.

Por fim, esperamos que as discussões aqui propostas possam ampliar as pesquisas sobre inferências no campo da argumentação, e levantar outras questões a serem ainda investigadas no âmbito da semântica e da pragmática, já que os estudos das ICs já fazem parte, inclusive, das teorias semânticas como foi visto em Bach (1999) e Potts (2003), assim como engendrar uma nova perspectiva de estudo e ensino das inferências em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- BACH, Kent. **O mito da Implicatura Convencional**. Kluwer Academic Publishers. Linguística e Filosofia, p. 327-366, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. In: BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, Tipificação e Interação**. Tradução e Adaptação Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENVENISTE, Émile. **Estrutura da língua e estrutura da sociedade**. Cap. 6. p. 93-104. In: BENVENISTE, Émile, 1902-1976. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et.al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BERTUCCI, Roberlei Alves. **A auxiliaridade do verbo chegar em português brasileiro**. Dissertação. (Mestrado em estudos linguísticos). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2007.
- BERTUCCI, Roberlei Alves; MALHEIROS, Jacqueline Andréa; LOPES, Wanderlei de Souza. **Ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem**. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 81-102, jan./jun. 2020.
- BRASIL. Inep. **A Redação no Enem 2019: Cartilha do participante**. Brasília: Daeb/Inep/MEC, 2019. Disponível em: <
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem_2019_cartilha_participante.pdf > Acesso em: 25. mai. 2020.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CANTARIN, Márcio; BERTUCCI, Roberlei Alves; ALMEIDA, Rogério Caetano de. **A análise do texto dissertativo-argumentativo**. IN: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, p. 81-91.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o Homem**: Introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução Tomás Rosa Bueno. 2 ed. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **A argumentação persuasiva**. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos*: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, p. 137-142.

COROA, Maria Luiza. **O texto dissertativo-argumentativo**. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos*: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, p. 59-71.

COSTA, José de Ribamar Oliveira; GUEDES, Mariza Andrade. **A avaliação dos indícios de autoria**. IN: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. (orgs.) *Textos dissertativo-argumentativos*: subsídios para qualificação de avaliadores Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, p. 101-108.

COULMAS, Florian. **Escrita e Sociedade**. Parábola, 2014.

CUPANI, Alberto. *Filosofia da Tecnologia: um convite*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

ELIAS, Vanda Maria da Silva. **Texto e estratégias de coesão referencial e sequencial**. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos*: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017, p. 185-203.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem, escrita e Alfabetização**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação e Inferência**. p. 31-45. In: FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Gênero e tipo de texto. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche (orgs.). *Textos dissertativos-argumentativos*: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Inep, 2017, p. 51-58.

GNANADESIKAN, Amalia E. **The writing revolution : cuneiform to the internet**. United Kingdom: Wiley - Blackwel Publishing, 2009. (Tradução nossa)

GRICE, Herbert Paul. **Lógica e Conversação**. 1975. In: DASCAL, Marcelo (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. Vol. IV. São Paulo: Campinas, 1982.

GRITTI, Letícia Lemos. **Ainda há o que fazer, mas já não mais aqui! Uma análise semântico-pragmática de 'ainda' e 'já não mais'**. Tese. (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, SC, 2013.

HAAS, Daniela Deitos; GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. **Redação de Vestibular: um gênero de texto?** Revista Entrelinhas, v. 8, n.1, p. 81-89, jan/jun. 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Fatores de Coerência**. Cap. 4. p. 59-81. In: KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Coerência: de que depende, como se estabelece**. Cap. 4. p. 47-107. In: KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. **Um modelo de descrição da leitura**. cap. 1. p. 13-29. In: LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura : um guia para escrever claro*. 2. ed. – São Paulo : Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Redação escolar: breves notas sobre um gênero textual** In: SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia; CAVALCANTE, Marianne, C. B. (Orgs.). *Diversidade textual os gêneros na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. **As implicaturas convencionais**. parte IV. p. 146-164. In: _____. *Arquitetura da Conversação: teoria das implicaturas*. 1. ed. - São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ORTEGA y GASSET, José. **Meditação sobre a técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963. p.23-56.

PINKER, Steven. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Homem e a Máquina**. cap. 2. p. 71-134. In: PINTO, Álvaro Vieira. *O Conceito de Tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

POTTS, Christopher. **A lógica das Implicaturas Convencionais**. Oxford Linguistics: New York, 2005.

PRADO, Daniela de Faria; MORATO, Rodrigo A. **A redação do ENEM como gênero textual discursivo: uma breve reflexão**. Cadernos CESPUC, Belo Horizonte, n. 29, p. 205-219, 2016.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: 2a edição, Sulina, 2013, p. 25-97.

SAUSSURE, Ferdinand de, 1857-1913. **Curso de linguística geral I**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio da

edição brasileira Isaac Nicolau Salum; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 Ed. São Paulo : Cultrix, 2006, p. 119-147.

SILVEIRA, S. S. **Teoria das interferências pragmáticas do tipo implicatura: por uma potencial aplicação para o ensino/aprendizagem do português como L2.** Tese. (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

TAUIL, Juliana Corrales. **A ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos.** 2017. 58 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Inglês) – Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VARGAS, Milton. **Prefácio.** In: GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). *Educação tecnológica: desafios e perspectivas.* 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

WOLF, Maryanne. **A leitura, o canário na mente.** Carta número 1. p. 9-24. In: WOLF, Maryanne. *O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era.* Tradução Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.

WOLF, Maryanne. **A leitura profunda... Está em perigo?** Carta número 3. p. 49-85. In: WOLF, Maryanne. *O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era.* Tradução Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.

ANEXOS

ANEXO A - REDAÇÃO DO ENEM Nº 1

Segundo Steve Jobs, um dos fundadores da empresa “Apple”, a tecnologia move o mundo. Contudo, os avanços tecnológicos não trouxeram apenas avanços à sociedade, uma vez que bilhões de pessoas sofrem a manipulação oriunda do acesso aos seus dados no uso da internet. Nesse sentido, esse processo é executado por empresas que buscam potencializar a notoriedade dos seus produtos e conteúdos no meio virtual. Sob tal ótica, esse cenário desrespeita princípios importantes da vida social, a saber, a liberdade e a privacidade.

De acordo com Jean Paul Sartre, o homem é condenado a ser livre. Nessa lógica, o uso de informações do acesso pessoal para influenciar o usuário confronta o pensamento de Sartre, visto que o indivíduo tem sua liberdade de escolha impedida pela imposição de conteúdos a serem acessados. Dessa forma, a internet passa a ser um ambiente pouco democrático e torna-se um reflexo da sociedade contemporânea, **na qual as relações de lucro e interesse predominam.** Faz-se imprescindível, portanto, a dissolução dessa conjuntura.

Outrossim, é válido ressaltar que, **conforme Immanuel Kant,** o princípio da ética é agir de forma que essa ação possa ser uma prática universal. De maneira análoga, a violação da privacidade pelo acesso aos dados virtuais sem a permissão das pessoas vai de encontro à ética kantiana, dado que se todos os cidadãos desrespeitassem a privacidade alheia, a sociedade entraria em profundo desequilíbrio. Com base nisso, o uso de informações virtuais é prejudicial à ordem social e, por conseguinte, torna-se contestável quando executado sem consentimento.

Em suma, são necessárias medidas que atenuem a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Logo, a fim de dar liberdade de escolha ao indivíduo, cabe às empresas de tecnologia solicitar a autorização para o uso dessas informações, por meio de advertências com linguagem clara, tendo em vista a linguagem técnica utilizada, atualmente, por avisos do tipo. Ademais, compete ao cidadão ficar atento a essa questão, de modo a cobrar e pressionar essas empresas.

Enfim, a partir dessas ações, as tecnologias, **como disse Steve Jobs,** moverão o mundo para frente.

ANEXO B - REDAÇÃO DO ENEM Nº 2

Em sua canção "Pela Internet", o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados - **uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários.** Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, **no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia.** Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos, e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum - já que suas fontes de informações estão direcionadas -, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, **de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall,** o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que não pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre-arbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar **essa problemática.** Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental - uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias -, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais

seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

ANEXO C - REDAÇÃO DO ENEM Nº 3

“Black Mirror” é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos poderiam vivenciar. Não distante da ficção, nos dias atuais, existem algoritmos especializados em filtrar informações de acordo com a atividade “online” do cidadão. Por isso, torna-se necessário o debate acerca da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Primeiramente, é notável que o acesso a esse meio de comunicação ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. **Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE**, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam utilizado a internet. Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, **que memoriza cada passo que esse jovem indivíduo dá para traçar um perfil de interesse dele** e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. Dessa forma, o uso da internet torna-se uma imposição viciosa para relações sócio-econômicas.

Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. **Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman**, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. **Tal preceito** afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado. Evidencia-se, portanto, uma falsa liberdade de escolha quanto ao que fazer no mundo virtual.

Com o intuito de amenizar **essa problemática**, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem **esse assédio comercial** realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com **essa imposição midiática**. As escolas, em parceria com as famílias, devem inserir a discussão sobre esse tema tanto no ambiente doméstico quanto no estudantil, por intermédio de palestras, com a participação de psicólogos e especialistas, que debatam acerca de como agir “online”, com o objetivo de desenvolver, desde a infância, a capacidade de utilizar a tecnologia a seu favor. Feito isso, o conflito vivenciado na série não se tornará realidade.

ANEXO D - REDAÇÃO DO ENEM Nº 4

Para o pensador francês Pierre Bourdieu, “aquilo que foi criado para ser um instrumento de democracia, não deve ser convertido em uma ferramenta de manipulação“. essa visão, embora correta, não é efetivada no hodierno cenário global, sobretudo no Brasil, posto que se tornou frequente a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet, nas diversas relações cotidianas. Isso ocorre, ora em função do despreparo civil, ora pela inação das esferas governamentais para conter esse dilema. Assim, hão de ser analisados tais fatores, a fim de que se possa liquidá-los de maneira eficaz.

A priori, é imperioso destacar que a manipulação da conduta dos usuários, pelo controle dos seus dados nas plataformas virtuais, é fruto do despreparo civil para lidar com a influência das tecnologias. Isso porque, mediante a ausência de uma orientação adequada, os indivíduos são expostos, cotidianamente, a conteúdos selecionados por algoritmos que direcionam os materiais, segundo os gostos pessoais. esse panorama se evidencia, por exemplo, quando se observa a elaboração superficial de um “ranking“ diário de informações em plataformas digitais como “Twitter”, em que o grau de relevância da disposição de conteúdos já é pré-determinado. Logo, é substancial a alteração desse quadro que vai de encontro à possibilidade de escolha inerente ao homem.

Outrossim, é imperativo pontuar que a manipulação dos atos de usuários da internet, devido ao controle de dados desse público, deriva, ainda, da baixa atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Isso se torna mais claro, por exemplo, ao se observar o recente cenário das eleições ocorridas em países da América Latina, como Colômbia, México e Brasil, em que a difusão desordenada de informações equivocadas, sem efetivas intervenções do Estado, induziram o comportamento do eleitor. Ora, se um governo se omite diante uma questão tão importante, entende-se, assim, o porquê de sua continuação. Desse modo, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

Depreende-se, portanto, a necessidade de se combater a manipulação do comportamento dos usuários pelo controle de dados na internet. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação — ramo do Estado responsável pela formação civil — inserir, nas escolas, desde a tenra idade, a disciplina de Educação Digital, de cunho obrigatório em função da sua necessidade, além de difundir campanhas instrucionais, por meio das mídias de grande alcance, para que o sujeito aja corretamente segundo as próprias necessidades e escolhas. Ademais, o Governo Central deve impor sanções a empresas, **em especial as virtuais, que criam perfis de usuários para influenciar suas condutas,** por via da instauração de Secretarias planejadas para a atuação no ambiente digital, uma vez que tais plataformas padecem de fiscalizações efetivas, com o fito de minorar o controle de comportamentos por particulares. Quiçá, assim, **tal hiato** reverter-se-á, sobretudo na perspectiva tupiniquim, fazendo “jus”, deveras, àquilo que fora apregoado pelo pensador francês Bourdieu.

ANEXO E - REDAÇÃO DO ENEM Nº 5

Após o fim da Guerra Fria, em 1990, e o estabelecimento do capitalismo em praticamente todo o mundo, as empresas utilizam-se cada vez mais dos meios midiáticos e da tecnologia para promoverem seus produtos de maneira direcionada e flexibilizada aos consumidores. Com efeito, nota-se crescente número de pessoas consumistas e endividadas, **problema agravado na contemporaneidade**. Assim, cabe a análise acerca de causas, consequências e possível solução da problemática.

Mormente, é importante ressaltar os fatores que possibilitaram o aumento da influência midiática. Adorno e Horkheimer, **dois importantes filósofos da escola de Frankfurt**, definiram como indústria cultural a padronização e massificação dos produtos como forma de lucratividade. Tais métodos, aliados às facilidades que a tecnologia traz em rastrear os sites de compras visitados pelo consumidor, permitem a manipulação das pessoas por meio de propagandas direcionadas. Desse modo, **como dito por Theodor Adorno**, os cidadãos têm a liberdade de escolher sempre a mesma coisa; **algo grave**, tendo em vista o ferimento do direito de escolha do indivíduo.

Vale também ressaltar os efeitos desse fenômeno. **De acordo com uma pesquisa publicada no portal G1**, os brasileiros passam cerca de 4 horas diárias conectados à rede. Como grande parte do conteúdo na internet é moldada ao usuário, é cada vez mais comum encontrar pessoas que passam horas assistindo, ouvindo ou lendo coisas de interesse próprio, pois essas pessoas são bombardeadas diariamente com sugestões que atendem ao seu perfil. Dessa maneira, os indivíduos têm sua opinião e comportamento moldados inconscientemente, podendo criar padrões consumistas, **algo que gera endividamento e desperdício e precisa mudar urgentemente**. Depreende-se, portanto, que o controle dos dados na internet pode ser muito prejudicial ao cidadão e necessita de mais atenção. O governo federal, **como instituição regulamentadora da internet e propaganda**, deve criar medidas que controlem e reduzam a publicidade direcionada, por meio da fiscalização e criação de leis que exijam a transparência das empresas. Espera-se, com isso, que os brasileiros possam ter a liberdade de escolha garantida e, assim, sejam menos manipulados pela mídia, **como Adorno e Horkheimer defendiam**.

ANEXO F - REDAÇÃO DO ENEM Nº 6

No filme “Matrix”, **clássico do gênero ficção científica**, o protagonista Neo é confrontado pela descoberta de que o mundo em que vive é, na realidade, uma ilusão construída a fim de manipular o comportamento dos seres humanos, que, imersos em máquinas que mantêm seus corpos sob controle, são explorados por um sistema distópico dominado pela tecnologia. Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características que se assemelham ao atual contexto brasileiro, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual.

Em princípio, cabe analisar o papel da internet no controle do comportamento sob a perspectiva dos sociólogo contemporâneo Zygmunt Bauman. **Segundo o autor**, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas. Nesse contexto, possibilita-se a ascensão, no meio virtual, de empresas que se utilizam de algoritmos programados para selecionar o conteúdo a ser exibido aos internautas com base em seu perfil socioeconômico, oferecendo anúncios de produtos e de serviços condizentes com suas recentes pesquisas em sites de busca ou de compras. Verifica-se, portanto, o impacto da mídia virtual na criação de necessidades que fomentam o consumo entre os cidadãos.

Ademais, a influência do meio virtual atinge também o âmbito intelectual. Isso ocorre na medida em que, ao ter acesso apenas ao conteúdo previamente selecionado de acordo com seu perfil na internet, o indivíduo perde contato com pontos de vistas que divergem do seu, o que compromete significativamente a construção de seu senso crítico e de sua capacidade de diálogo. Dessa maneira, surge uma massa de internautas alienados e despreocupados em checar a procedência das informações que recebem, o que torna ambiente virtual propício à disseminação das chamadas “fake news”.

Assim, faz-se necessária a atuação do Ministério da Educação, em parceria com a mídia, na educação da população **— especialmente dos jovens, público mais atingido pela influência digital —** acerca da necessidade do posicionamento crítico quanto ao conteúdo exposto sugerido na internet. Isso deve ocorrer por meio da promoção de palestras, que, ao serem ministradas em escolas e universidades, orientem os brasileiros no sentido de buscar informação em fontes variadas, possibilitando a construção de senso crítico. Além disso, cabe às entidades em governamentais a elaboração de medidas que minimizem os efeitos das propagandas que visam incentivar o consumismo. Dessa forma, será possível tornar o meio virtual um ambiente mais seguro e democrático para a população brasileira.

ANEXO G - REDAÇÃO DO ENEM Nº 7

Por consequência da Revolução Científica, o acesso à tecnologia favorece contato com uma farta veiculação de informações, **as quais são constantemente manipuladas**. Nesse sentido, o controle de dados presente da internet reverbera uma arquitetura de comportamento da sociedade, sendo imperiosa a ampliação de medidas a fim de minimizar os impactos ocasionados por esse cenário. Ademais, é fulcral ressaltar a ausência de pensamento crítico como causa, bem como os prejuízos sociais fomentados em decorrência disso.

Em primeiro plano, urge analisar a falta de criticismo dos usuários mediante a internet. Nesse contexto, a falta de percepção crítica acerca das informações adquiridas nas redes por parte dos indivíduos implica uma falsa ideia de liberdade de escolha, já que os meios de comunicação definem a noção de mundo do seus usuários. Com efeito, tal conjuntura é análoga a “menoridade intelectual”, **proposta por Kant**, a qual caracteriza a falta de autonomia dos indivíduos sobre seus intelectos, uma vez que a sociedade torna-se refém da manipulação de dados da internet e, conseqüentemente, tem seu comportamento moldado.

Outrossim, questões sociais estão intimamente ligadas ao controle de informações na internet. Nesse âmbito, a cegueira moral, **fenômeno exposto por José Saramago em sua obra “Ensaio sobre Cegueira”**, caracteriza a alienação da sociedade frente às demais realidades sociais, **a qual é fomentada pela restrição do pleno acesso à informação pelos meios de comunicação**. Dessa feita, as redes sociais propiciou a formação de “bolhas sociais”, de modo a manipular o comportamento do indivíduo, além de restringir sua ideia acerca da conjuntura vivida.

Em síntese, medidas devem ser efetivadas a fim de mitigar os impactos causados pelo controle de dados na internet. Desse modo, as escolas devem promover a educação em informática, por meio de aulas sobre uso consciente da tecnologia e da informação **— as quais utilizam computadores e celulares —** com vistas a induzir o pensamento crítico desde a infância. Além disso, cabe à sociedade efetivar o uso consciente da internet, por intermédio do policiamento acerca da obtenção de informações, **as quais devem ser originadas de fontes confiáveis** — com o intuito de assegurar uma mudança de pensamento social. Dessa forma, garantir-se-á o combate à manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

ANEXO H - REDAÇÃO DO ENEM Nº 8

Em “O jogo da imitação”, o personagem Alan Turing prejudica o avanço da Alemanha nazista, quando consegue decifrar os algoritmos correspondentes ao projeto de guerra de Hitler. Diante disso, pode-se observar, desde a segunda metade do século XX, a relevância do conhecimento tecnológico para atingir certos objetivos. Contudo, diferentemente desse contexto, atualmente, utiliza -se, muitas vezes, a tecnologia não para o bem coletivo, como no filme, mas para vantagens individuais, mediante a manipulação de dados de usuários da internet. Destarte, é fundamental analisar as razões que tornam **essa problemática** uma realidade no mundo contemporâneo.

Em primeiro lugar, cabe abordar a dificuldade de regulação dos sites quanto ao acesso aos dados de quem está inserido no ambiente virtual. **Segundo o filósofo Kant**, a pessoa é um fim em si mesma, e não um meio de conseguir atingir interesses particulares. Nesse sentido, rompe-se com tal lógica humanista ao verificar-se que, hoje, muitas empresas transformam o consumidor em um instrumento de lucro. Isso ocorre porque os entraves para o controle da manipulação, caracterizados pela dificuldade de identificação dos agentes de tal ação, inviabilizam a proteção dos usuários, sobretudo nas redes sociais, **que são o principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias**. Por conseguinte, os indivíduos são bombardeados por anúncios, que contribuirão para traçar perfis individuais, direcionar o consumo e, ainda, influenciar as escolhas e os gostos de cada um.

Ademais, outro fator a salientar é a falta de informação no que tange à internet. Com o advento da Terceira Revolução Industrial, nota-se uma população cada vez mais rodeada de tecnologia, porém, despreparada para lidar com ela. Percebe-se, em grande parte das instituições de ensino, que a educação é incompleta, visto que, apesar de, desde a infância, ter contato com computadores e celulares, a criança cresce sem saber discernir corretamente quais dados podem ser públicos e como protegê-los de sistemas inteligentes. Logo, é mister providenciar uma reconfiguração no ensino para formar indivíduos conscientes dos riscos que a internet pode oferecer.

Torna-se evidente, portanto, que a manipulação do comportamento do usuário é nociva ao direito dele à privacidade. Assim, cabe ao Executivo combater a manipulação de dados, mediante o investimento no Ministério de Ciência e Tecnologia, que aprimorará a fiscalização dos sistemas virtuais das empresas e desenvolverá um setor de tecnologia da informação, rumo à ampla proteção dos usuários do ambiente cibernético. Outrossim, compete ao Legislativo inserir na grade curricular disciplinas como Informática e Educação Tecnológica, por meio da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual permitirá um suporte de ensino sobre as ameaças aos dados virtuais e sobre como lidar com as redes sociais, a fim de criar uma maior preocupação com a segurança das informações. Dessa forma, será possível construir uma sociedade mais autônoma e menos guiada pelos interesses empresariais.

ANEXO I - REDAÇÃO DO ENEM Nº 9

Em meados do século XX, durante o período da Segunda Guerra Mundial, foi desenvolvida a internet. A princípio, **tal ferramenta** tinha como objetivo facilitar a comunicação bélica e, por isso, era restrita a um determinado grupo de pessoas. Entretanto, após o término da guerra a internet foi difundida e alcançou novos públicos. Além disso, foram atribuídas novas funções à ferramenta que contribuíram para sua popularização. Atualmente, a tecnologia virtual faz parte da vida da maior parte da população brasileira, seja para lazer, seja para trabalho. Contudo, embora a internet ofereça acesso a todo tipo de conteúdo, ela se vale de mecanismos de controle de dados que manipulam a disposição das informações. Dessa maneira, em razão do Capitalismo e do ensino tradicionalista, a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados da internet torna-se evidente e problemático.

Em primeiro plano, o sistema econômico capitalista corrobora o problema, na medida em que se vale do ambiente virtual para obter lucro com o desenvolvimento do comércio online. Isso pode ser verificado com o aumento de lojas e, conseqüentemente, de propagandas virtuais. Com isso, foram desenvolvidos padrões de rastreamento de dados do usuário a fim de personalizar as propagandas de acordo com o tipo de consumidor. **Esse mecanismo** contribui para o aumento das vendas, já que o indivíduo é sutilmente persuadido a comprar um produto que, provavelmente, já o interessava. Dessa forma, cada cidadão é afetado diretamente por mecanismos de venda e nem sempre tem conhecimento disso, prejudicando, pois, a democracia pela restrição indireta da liberdade individual.

Ademais, o falho sistema de ensino — no que diz respeito às novas tecnologias — contribui para ocorrência do problema. Isso se confirma com a permanência de um ensino tradicionalista, **que exclui os aparelhos tecnológicos da rotina escolar**, em oposição à constante modernização dos aparelhos. Estes, ao invés de serem incorporados à vida escolar para serem compreendidos e ressignificados como ferramentas úteis ao conhecimento, são duramente combatidos das salas de aula por serem majoritariamente utilizados para entretenimento. Assim, sem o conhecimento a respeito das possíveis maneiras de se usar internet e dos mecanismos nela presentes, o usuário torna-se vulnerável diante da manipulação do seus dados, o que prejudica harmonia social do espaço virtual e, por conseqüência, a plena vivência da cidadania.

Logo, a fim de mitigar o problema é preciso isto: que o Ministério da Educação integre à grade curricular o ensino sobre o uso seguro e consciente da internet por meio da realização de projetos que expliquem e exemplifiquem como o controle de dados é feito e como isso afeta o indivíduo. Tal ação deverá alertar os cidadãos para que eles se tornem mais autônomos ao usar a ferramenta. Além disso, o Governo Federal deve criar campanhas que sejam veiculadas às mídias abordando o tema em questão. Dessa maneira, a parcela da população que não frequenta mais a escola também é informada e alertada para se precaver.

ANEXO J - REDAÇÃO DO ENEM Nº 10

Em um dos episódios da série televisiva “Black Mirror“, é retratada a aceitação de padrões de comportamentos na Internet pelo indivíduo como uma forma de ser aceito pela sociedade mesmo que, muitas vezes, este discorde daqueles. De maneira similar à realidade, nota-se que, no Brasil, a questão da manipulação dos usuários no ambiente virtual em nada difere do enredo ficcional citado, pois a falta de um questionamento contundente pelas esferas midiática e social acerca da temática é uma marca constante neste país. Diante disso, é imprescindível discutir novas metodologias ativas no intuito de estimular o desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos e eliminar as mazelas trazidas pela problemática.

Nesse sentido, observa-se a influência midiática na atual conjuntura, já que, desde a Revolução Técnico-Científica, com a criação de artigos tecnológicos de preço acessível e que possibilitam o acesso a informações em escala global, até a contemporaneidade, com a popularização dessas tecnologias devido ao surgimento das redes sociais, por exemplo, nota-se que o indivíduo encontrou nesses produtos uma forma de expressar seus pensamentos e de ter acesso a conhecimentos variados. Todavia, ao mesmo tempo em que a mídia proporciona essa liberdade também a limita, utilizando para isso o emprego de algoritmos que regulam o fluxo de informações que chegam os usuários, a exemplo da plataforma digital Netflix. Por conseguinte, há a criação de uma “bolha“, em que os indivíduos possuem acesso apenas a conteúdos de seu interesse, o que interfere negativamente na formação do seu pensamento por não abordar integralmente os assuntos existentes. Desse modo, o jovem, por ainda estar construindo sua personalidade, é facilmente suscetível a adquirir os conteúdos sem o devido questionamento, impossibilitando o pleno desenvolvimento de seu senso crítico.

Nessas circunstâncias, deve-se ressaltar a importância econômica da problemática. Em face disso, Adorno traz em seus trabalhos o conceito de Indústria Cultural, em que há uma objetificação do homem pela mídia, passando este a seguir os comportamentos ditados pela seara midiática. Seguindo essa linha de pensamento, as empresas que utilizam os dados dos usuários presentes na Internet para promover seus produtos estariam interessados não no bem-estar do indivíduo, mas nas benesses econômicas, promovendo a circulação de ideias e mercadorias com ausência de um conteúdo crítico, permitindo com isso a massificação desses comportamentos. Dessa maneira, entende-se essa questão como uma problemática cuja resolução deve ser imediata.

Destarte, é mister a união entre a seara midiática e a sociedade a fim de mostrar a essencialidade da reeducação dos cidadãos para a eliminação dessa prática na sociedade. Para tanto, a mídia, em parceria com as instituições privadas, deve reformular os algoritmos presentes nos meios midiáticos, adotando formas mais abrangente de disponibilizar os conteúdos de forma integral nas mídias, no intuito de proporcionar uma maior variedade de opções aos indivíduos. Ademais, em sinergia com a sociedade, deve propor a discussão da temática mediante a criação de

campanhas publicitárias e programa de debates, em busca de estimular o indivíduo a desenvolver o seu senso crítico e instigar a busca de conhecimento de forma mais completa. Só assim será possível evitar que casos, como da série “Black Mirror”, venham a ocorrer.

ANEXO K - REDAÇÃO DO ENEM Nº 11

A série britânica “Black Mirror” é caracterizada por satirizar a forma como a tecnologia pode afetar a humanidade. Dentre outros temas, o seriado aborda a influência dos algoritmos na opinião e no comportamento das personagens. Fora da ficção, os efeitos do controle de dados não são diferentes dos da trama e podem comprometer o senso crítico da população brasileira. Assim, faz-se pertinente debater acerca das consequências da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Por um lado, a utilização de algoritmos possui seu lado positivo. A internet surgiu no período da Guerra Fria, com o intuito de auxiliar na comunicação entre as bases militares. Todavia, com o passar do tempo, tal ferramenta militar popularizou-se e abandonou, parcialmente, a característica puramente utilitária, adquirindo função de entretenimento. Hoje, a internet pode ser utilizada para ouvir músicas, assistir a filmes, ler notícias e, também, se comunicar. No Brasil, por exemplo, mais da metade da população está “conectada” – de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, o que significa a consolidação da internet no país e, nesse contexto, surge a relevância do uso de dados para facilitar tais ações.

Por outro lado, o controle de dados ressalta-se em seu lado negativo. Segundo o sociólogo Pierre Levy, as sociedades modernas vivem um fenômeno por ele denominado “Novo Dilúvio” – termo usado para caracterizar a dificuldade de “escapar” do uso da internet. Percebe-se que o conceito abordado materializa-se em apontamentos do IBGE, os quais expõem que cerca de 85% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade utilizaram a ferramenta em 2016. tal quadro é preocupante quando atrelado aos algoritmos, pois estes causam, principalmente, nos jovens a redução de sua capacidade crítica – em detrimento de estarem sempre em contato com informações unilaterais, no tocante ao ponto de vista, e pouco distoantes de suas próprias vivências e opiniões -, situação conhecida na Sociologia como “cognição preguiçosa” – a qual culmina na manipulação do ser.

Entende-se, portanto, que é necessário que a população entenda os riscos do controle de dados. Desse modo, cabe às escolas desenvolverem a percepção dos perigos da “cognição preguiçosa” para a formação da visão de mundo dos seus alunos, mediante aulas de informática unidas à disciplina de Sociologia – voltadas para uma educação não só técnica, mas social das novas tecnologias -, a fim de ampliar nos jovens o interesse por diferentes opiniões e, conseqüentemente, reduzir os efeitos adversos da problemática. Posto isso, será superado o controle do comportamento do usuário e não mais viveremos em um Brasil análogo à trama de “Black Mirror”.

ANEXO L - REDAÇÃO DO ENEM Nº 12

A maior parte da população mundial do século XXI tem acesso à internet, porém esse limitado devido ao uso que “sites” e aplicativos dão aos dados de seus usuários. Tais informações, em geral, são usadas para restringir o contato destes apenas àquilo que se alinha ao pensamento deles e para difundir padrões e atitudes dominantes, manipulando, portanto, o comportamento de seus usuários.

Em primeira análise, a restrição do acesso a informações ocorre por meio da disponibilização ao usuário apenas daquilo que está associado a conteúdos que foram bem avaliados por ele. As consequências disso foram mostradas em um episódio da série “Black Mirror”, no qual um professor separou a turma em dois grupos e forneceu a cada um informações diferentes sobre o mesmo assunto. Ao colocar os alunos para debater, conflitos surgiram, pois cada grupo tomou as informações que recebeu como verdade absoluta. Isso mostra que o acesso a informações selecionadas pode influenciar comportamentos negativamente.

Ademais, o controle de dados impulsiona a indústria cultural, **teoria criada pelos sociólogos Adorno e Horkheimer. Segundo esta**, a cultura de determinado local é substituída por uma que se sobressai, **fenômeno intensificado pelo controle de dados**, uma vez que os elementos da cultura ser difundida são vinculados a postagem com conteúdo de interesse do usuário. Isso causa perda de identidade dos povos devido ao desapareço a tradições e símbolos da cultura destes em prol de uma cultura única.

Tendo em vista a problemática debatida, fica evidente que medidas devem ser tomadas. Cabe, então, aos desenvolvedores de “sites” e de aplicativos a não restrição de informações e a desvinculação de padrões culturais estrangeiros a postagens. Isso deve ser feito por meio do fim de algoritmos que enquadrem os usuários em perfis e que valorizam elementos de outras culturas em detrimento da cultura destes. Assim, eles terão amplo acesso aos conteúdos disponíveis na internet sem abandonar as suas tradições, ajudando a reverter a teoria da indústria cultural e a situação apresentada em “Black Mirror”.

ANEXO M - REDAÇÃO DO ENEM Nº 13

O Marco Civil da Internet, **lei aprovada em 2014**, assegura aos cidadãos brasileiros direitos e deveres referentes ao uso dos espaços virtuais na contemporaneidade. Embora seja uma importante conquista por reiterar a liberdade de expressão e o direito à privacidade, essa legislação está ameaçada pela manipulação do comportamento dos usuários pelo controle de dados na internet, **prática que favorece os interesses de grupos empresariais e políticos**. Nesse cenário, a falsa liberdade de escolha e a padronização dos pensamentos emergem como empecilhos para a manutenção de uma sociedade dialógica e igualitária.

Em primeiro plano, torna-se evidente que a massificação de um padrão cultural restringe progressivamente o espaço da individualidade, do inovador e do diferente, limitando e padronizando as opções subjetivas individuais. Com efeito, o filósofo T. Adorno identificou a ascensão da indústria cultural, que busca transformar elementos da cultura erudita para padronizá-los e, assim, estabelecer uma relação de dependência entre produtor e receptor que exclui as particularidades de um contexto multilateral. Em decorrência disso, o mundo globalizado reforça, por meio de propagandas direcionadas de acordo com os dados pessoais de cada usuário, uma cultura ideologicamente predominante, minimizando o apoio a qualquer tipo de movimento contracultural.

Nesse mesmo viés, soma-se à padronização cultural a dominação ideológica, que condiciona o pensamento dos cidadãos inseridos no mundo virtual aos objetivos de agentes detentores do poder, **os quais podem decidir sobre conteúdos que devem ou não ser veiculados nas redes sociais. tal reificação do usuário**, tratado como um banco de dados a ser manipulado, amplia o que o sociólogo Pierre Bourdieu definiu como violência simbólica: uma engrenagem conservadora, hodiernamente representada, também, pela internet, responsável por manter o prestígio e a soberania das classes dominantes em detrimento do respeito aos direitos dos oprimidos.

Diante desse panorama, antes que a internet seja transformada em instrumento de manipulação, é preciso intervir. Logo, cabe ao Ministério da Educação abordar a importância dos múltiplos pontos de vista na esfera virtual, mediante palestras, projetos e debates, a fim de mitigar a homogeneização das manifestações individuais, uma vez que o convívio social implica diálogo e consenso. Além disso, faz-se necessário que o Estado amplie a fiscalização do uso de informações pessoais por corporações políticas e empresariais, por intermédio da criação de órgãos de denúncia online, **os quais inserirão os usuários nesse processo**, com a finalidade de controlar o domínio elitista sobre os limites e possibilidades do indivíduo. Desse modo, o Brasil poderá vivenciar aquilo que o Marco Civil determinou: igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI.

ANEXO N - REDAÇÃO DO ENEM Nº 14

A sociedade distópica retratada no longa-metragem “Matrix” era controlada por uma inteligência artificial que ocasionava a ilusão de livre-arbítrio das pessoas, **a qual era erroneamente interpretada como decisão inerente ao ser humano.** Para além da ficção, o poder de alienação e manipulação dos indivíduos a partir do controle de dados na internet é uma realidade provocada pelas plataformas de comunicação e redes sociais no Brasil e no mundo.

Em primeiro lugar, é importante salientar que a popularização da internet favoreceu o preenchimento ágil e completo dos bancos de dados das redes sociais em decorrência das informações fornecidas pelos próprios usuários. Sob essa perspectiva, o acesso a tais dados mostrou-se bastante perigoso nos quesitos de privacidade e principalmente de liberdade de escolha dentro do universo cibernético. Tendo em vista a real dimensão do domínio que os algoritmos da internet têm sobre as pessoas, muitas plataformas virtuais se beneficiaram com o poder e capital gerados pela administração das opiniões de massa, como ocorreu com o “Facebook” em 2016 que direcionou as propagandas políticas de Donald Trump para os usuários que, de acordo com o banco de dados, seriam mais propícios a votar nesse candidato, fazendo com que ele vencesse as eleições.

Em segundo lugar, é necessário ressaltar que a influência excessiva e silenciosa da internet sobre as decisões dos indivíduos reduz drasticamente a sua liberdade e cognição, tornando a sociedade menos crítica e inteligente. Nesse viés, fica nítida a supressão da autonomia e vontade, **fatores imprescindíveis para que haja liberdade na visão do filósofo Pico della Mirandola** e, sem ela, não haveria sentido na existência humana. Sendo assim, as filtragens de informações para alienar o usuário da internet funcionam como meios para anular a opinião individual e conseqüentemente retirar, de forma rigorosa e gradual, a racionalidade humana, devendo ser combatidas.

Portanto, medidas são necessárias para evitar a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Cabe ao Ministério da Educação implantar o ensino crítico aos jovens por meio de aulas a serem ministradas por especialistas da área cibernética e por psicólogos que ensinem o valor da opinião de cada um e desmistifiquem o poder alienador das plataformas virtuais a fim de formar cidadãos não influenciáveis e entendedores do mundo em que vivem. Só assim, a ignorância dar espaço a razão nas sociedades contemporâneas e a realidade do filme “Matrix” não será repetida no mundo real.

ANEXO O - REDAÇÃO DO ENEM Nº 15

Segundo as ideias do sociólogo Habermas, os meios de comunicação são fundamentais para a razão comunicativa. Visto isso, é possível mencionar que a internet é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, o meio virtual tem sido utilizado, muitas vezes, para a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados, podendo induzir o indivíduo a compartilhar determinados assuntos ou a consumir certos produtos. Isso ocorre devido à falta de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar”, de forma correta, na internet, e à ausência de consciência, da grande parte da população, sobre a importância de saber utilizar adequadamente o meio virtual. Essa realidade constituiu um desafio a ser resolvido não somente pelos poderes públicos, mas também por toda a sociedade.

No contexto relativo à manipulação do comportamento do usuário, pode-se citar que, no século XX, a Escola de Frankfurt já abordava sobre a “ilusão de liberdade do mundo contemporâneo”, afirmando que as pessoas eram controladas pela “indústria cultural”, disseminada pelos meios de comunicação de massa. Atualmente, é possível traçar um paralelo com essa realidade, visto que milhões de pessoas no mundo são influenciadas e, até mesmo, manipuladas, todos os dias pelo meio virtual, por meio de sistemas de busca ou de redes sociais, sendo direcionadas a produtos específicos, o que aumenta, de maneira significativa, o consumismo exacerbado. Isso é intensificado devido à carência de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar” corretamente na internet, explicando-lhe sobre o posicionamento do controle de dados e ensinando-lhe sobre como ser um consumidor consciente.

Ademais, é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet, visto que as instituições formadoras de conceitos morais e éticos não têm preconizado, como deveriam, o ensino de uma “polarização digital”, como faz o projeto Digipo (“Digital Polarization Initiative”), **o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas comparáveis e, assim, diminui, o compartilhamento de notícias falsas,** que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais. Nesse sentido, **como disse o empresário Steve Jobs,** “A tecnologia move o mundo”, ou seja, é preciso que medidas imediatas sejam tomadas para que a internet possa ser usada no desenvolvimento da sociedade, ajudando as pessoas a se comunicarem plenamente.

Portanto, cabe aos Estados, por meio de leis e de investimentos, com um planejamento adequado, estabelecer políticas públicas efetivas que auxiliem a população a “navegar”, de forma correta, na internet, mostrando às pessoas a relevância existente em utilizar o meio virtual racionalmente, a fim de diminuir, de maneira considerável, o consumo exacerbado, **que é intensificado pela manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados.** Além disso, é de suma importância que as instituições educacionais promovam, por meio de campanhas de conscientização, para pais e alunos, discussões engajadas sobre a imprescindibilidade de saber usar, de maneira cautelosa, a internet, entendendo a

relevância de uma “polarização digital” para a concretização da razão comunicativa, com o intuito de utilizar o meio virtual para o desenvolvimento pleno da sociedade.

ANEXO P - REDAÇÃO DO ENEM Nº 16

No livro "1984" de George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa foca na trajetória de Winston, **um funcionário do contraditório Ministério da Verdade que diariamente analisa e altera notícias e conteúdos midiáticos para favorecer a imagem do Partido e formar a população através de tal ótica.** Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell pode ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em função das novas tecnologias, internautas são cada vez mais expostos a uma gama limitada de dados e conteúdos na internet, consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informações a partir do uso diário individual. **De acordo com o filósofo Zygmund Baüman,** vive-se atualmente um período de liberdade ilusória, já que o mundo globalizado não só possibilitou novas formas de interação com o conhecimento, mas também abriu portas para a manipulação e alienação semelhantes vistas em "1984". Assim, os usuários são inconscientemente analisados pelos sistemas e lhes é apresentado apenas o mais atrativo para o consumo pessoal.

Por conseguinte, presencia-se um forte poder de influência desses algoritmos no comportamento da coletividade cibernética: ao observar somente o que lhe interessa e o que foi escolhido para ele, o indivíduo tende a continuar consumindo as mesmas coisas e fechar os olhos para a diversidade de opções disponíveis. Em um episódio da série televisiva Black Mirror, por exemplo, um aplicativo pareava pessoas para relacionamentos com base em estatísticas e restringia as possibilidades para apenas as que a máquina indicava – tornando o usuário passivo na escolha. Paralelamente, esse é o objetivo da indústria cultural para os pensadores da Escola de Frankfurt: produzir conteúdos a partir do padrão de gosto do público, para direcioná-lo, torná-lo homogêneo e, logo, facilmente atingível.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Para a conscientização da população brasileira a respeito do problema, urge que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) crie, por meio de verbas governamentais, campanhas publicitárias nas redes sociais que detalhem o funcionamento dos algoritmos inteligentes nessas ferramentas e advirtam os internautas do perigo da alienação, sugerindo ao interlocutor criar o hábito de buscar informações de fontes variadas e manter em mente o filtro a que ele é submetido. Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha que, da mesma forma que o Ministério da Verdade construiu em Winston de "1984", as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI.

ANEXO Q - REDAÇÃO DO ENEM Nº 17

A Revolução Técnico-Científico-Informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações. Embora esse movimento de modernização tecnológica tenha sido fundamental para democratizar o acesso a ferramentas digitais e a participação nas redes sociais, tal processo é acompanhado pela invasão da privacidade de usuários, em virtude do controle de dados efetuado por empresas de tecnologia. Tendo em vista que o uso de informações privadas de internautas pode induzi-los a adotar comportamentos intolerantes ou aderir a posições políticas, é imprescindível buscar alternativas que inibam essa manipulação comportamental no Brasil.

A princípio, é necessário avaliar como o uso de dados pessoais por servidores de tecnologia contribui para fomentar condutas intolerantes nas redes sociais. **Em consonância com a filósofa Hannah Arendt,** pode-se considerar a diversidade como inerente à condição humana, de modo que os indivíduos deveriam ser habituados a convivência com diferentes. Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos que divergem dos seus pontos de vistas, uma vez que os algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com perfil do internauta. Observam-se, por consequência, restrições ao debate e à confrontação de opiniões, que, por sua vez, favorecem a segmentação da comunidade virtual. esse cenário dificulta o exercício da convivência com a diferença, **conforme defendido por Arendt,** o que reforça condutas intransigentes como a discriminação.

Em seguida, é relevante examinar como o controle sobre o conteúdo que é veiculado em sites favorece a adesão dos internautas a certo viés ideológico. Tendo em vista que os servidores de redes sociais como a “Facebook” e “Twitter” traçam o perfil de usuários com base nas páginas por eles visitadas, torna-se possível a identificação das tendências de posicionamento político do indivíduo. Em posse dessa informação, as empresas de tecnologia podem privilegiar a veiculação de notícias, inclusive daquelas de procedência não confirmada, com o fito de reforçar as posições políticas do usuário, ou, ainda, de modificá-las para que se adequem aos interesses da companhia. Constata-se, assim, a possibilidade de manipulação ideológica na rede.

Portanto, fica evidente a necessidade de combater o uso de informações pessoais por empresas de tecnologia. Para tanto, é dever do Poder Legislativo aplicar medidas de caráter punitivo às companhias que utilizarem dados privados para a filtragem de conteúdos em suas redes. Isso seria efetivado por meio da criação de uma legislação específica e da formação de uma comissão parlamentar, que avaliará as situações do uso indevido de informações pessoais. essa proposta tem por finalidade evitar a manipulação comportamental de usuários e, caso aprovada, certamente contribuirá para otimizar a experiência dos brasileiros na internet.

ANEXO R - REDAÇÃO DO ENEM Nº 18

Da ficção à realidade

George Orwell, em sua célebre obra “1984”, descreve uma distopia na qual os meios de comunicação são controlados e manipulados para garantir a alienação da população frente a um governo totalitário. Entretanto, apesar de se tratar de uma ficção, o livro de Orwell parece refletir, em parte, a realidade do século XXI, uma vez que, na atualidade, usuários da internet são constantemente influenciados por informações previamente selecionadas, de acordo com seus próprios dados. Nesse contexto, questões econômicas e sociais devem ser postas em vigor, a fim de serem devidamente compreendidas e combatidas.

Convém ressaltar, em primeiro plano, que o problema advém, em muito, de interesses econômicos. **Segundo o sociólogo alemão Theodor Adorno**, a chamada “Indústria Cultural”, visando o lucro, tende a massificar e uniformizar os gostos a partir do uso dos meios de comunicação. Sob esse viés, é possível depreender que a utilização de dados dos internautas por determinados grupos empresariais constitui uma estratégia de divulgação de produtos e pensamentos conforme seus interesses. Dessa maneira, ocorre a seleção de informações e propagandas favoráveis a essas empresas, levando o usuário a agir e consumir inconscientemente, de acordo com padrões estabelecidos por esses grupos.

Outrossim, o mau uso das novas tecnologias corrobora com a perpetuação dessa problemática. **Sob a ótica do teórico da comunicação Marshall McLuhan**, “os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam o homem”. Nessa perspectiva, é perceptível que o advento da internet, apesar de facilitar o acesso à informações, contribui com a diminuição do senso crítico acerca do conteúdo visualizado nas redes. Isso ocorre, principalmente, por conta do bombardeamento constante de propagandas e notícias, muitas vezes, sem a devida profundidade e sem o acompanhamento de análises de veracidade. Consequentemente, os internautas são cada vez menos estimulados a questionar o conteúdo recebido, culminando, então, em um ambiente favorável à manipulação de comportamentos.

É possível defender, portanto, que impasses econômicos e sociais constituem desafios a superar. Para tanto, o Poder Público deve restringir o acesso de empresas a dados pessoais de usuários da internet, por meio da elaboração de uma legislação eficaz referente ao problema. Ademais, a mídia, **associada a ONGs**, deve alertar a população sobre as mazelas de não questionar o conteúdo acessado em rede, por meio de campanhas educativas. Isso pode ocorrer com a realização de narrativas ficcionais engajadas, como novelas e seriados, e reportagens que tratem do tema, a fim de contribuir com o uso crítico das novas tecnologias. Assim, será possível restringir, de fato, a distopia de Orwell à ficção.

ANEXO S - REDAÇÃO DO ENEM Nº 19

De acordo com o filósofo alemão Arthur Schopenhauer, “o homem toma os limites do seu próprio campo de visão como os limites do mundo”. Atualmente, essa conduta é potencializada pela seleção parcial dos dados expostos na internet decorrente da influência global das indústrias capitalistas. Tal realidade, uma vez desconhecida pela população, pode influenciar e manipular o comportamento do usuário de maneira despercebida e prejudicar o seu senso crítico, inibindo, assim, a plena liberdade de escolha. Diante disso, faz-se necessária a adoção de medidas capazes de assegurar esse direito civil aos brasileiros.

A princípio, é importante ressaltar a intrínseca relação entre a alienação e a interferência na conduta do indivíduo. De fato, o processo de filtração dos dados expostos virtualmente é desconhecido em parte, senão todo, pela população. Nesse contexto, **segundo o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein**, só existe opção quando há informação. Sob essa ótica, observa-se que o indivíduo, ao ser privado — mesmo que parcialmente — do conhecimento, não possui as ferramentas fundamentais para tomar uma decisão consciente. Por conseguinte, os usuários da internet, com sentimento de liberdade ilusório, assumem comportamentos não naturais, mas sim induzidos pela seleção das informações disseminadas.

Vale analisar, ainda, a influência das empresas multinacionais e internacionais como fator preponderante para a manipulação do indivíduo a partir dos conteúdos expostos. Nesse viés, o fenômeno da “Aldeia Global”, **proposto pelo filósofo canadense Marshall McLuhan**, expressa a ideia de que, com a dinamização dos meios de comunicação, evidencia-se o constante acesso a novos conhecimentos. Contudo, em vista do poder do capital sobre tais meios, esse processo tende a priorizar a disseminação de dados os quais convém serem expostos em consonância com os interesses empresariais. Com efeito, percebe-se um entrave para a democracia virtual, pois diretrizes privadas não precisam, necessariamente, atender ao papel social do acesso pleno à informação. Dessa forma, os internautas são vistos apenas como potenciais consumidores e, com o uso de propagandas e notícias filtradas, tornam-se peões no jogo chamado “capitalismo”, **no qual os jogadores são as empresas e o prêmio é o lucro.**

Fica claro, portanto, que medidas são necessárias a fim de atenuar a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Logo, é imperativo que o Ministério da Educação, junto aos veículos midiáticos, mobilize-se por meio de palestras e campanhas sociais as quais atentem para a filtração virtual das informações. Isso ocorrerá com o propósito de aprimorar o senso crítico da população e, então, reduzir a influência das empresas globais sobre suas ações. Ademais, cabe ao Legislativo brasileiro propor leis de regulamentação com o intuito de promover a democracia nos meios de comunicação. A partir dessas intervenções, será possível que os brasileiros enxerguem o mundo sem os limites impostos por sua visão ou pela seleção de conteúdos na internet.

ANEXO T - REDAÇÃO DO ENEM Nº 20

Consoante o filósofo Jean Jacques Rousseau, “o homem nasce livre e por toda parte encontra-se acorrentado”. A partir dessa ideia, infere-se que, apesar de o ser humano possuir a liberdade de escolher produtos e gostos, é, na atualidade, manipulado pelo controle de dados na internet, que tem exercido coerção sobre o comportamento do indivíduo. **Tal problemática** ocorre devido, entre outros fatores, à ausência de informação e à falta de fiscalização desses mecanismos.

Nesse sentido, o desconhecimento sobre o assunto corrobora a existência do problema. Diante desse fato, a obra “1984”, **do escritor George Orwell**, apresenta uma sociedade na qual há uma manipulação exercida pelo “grande irmão”. De maneira análoga, nos dias atuais, o controle dos gostos e o estímulo ao consumo exacerbado, por meio de propagandas e de notícias nas redes sociais, além da divulgação de produtos e de serviços na internet, moldam o comportamento da população de acordo com o que é desejado. Nesse cenário, a ausência não só de campanhas informativas nas mídias sociais, como também de debates e de palestras nas escolas e nas comunidades, dificulta o esclarecimento e o desenvolvimento crítico dos indivíduos, logo, torna-se árduo reverter a situação.

Ademais, a ineficácia de mecanismos de fiscalização do controle de dados também agrava essa problemática. **Segundo o conceito de indústria cultural, dos sociólogos Theodor Adorno e Max Horkheimer**, há uma massificação da cultura como forma de padronização do ser humano, com a escolha de produtos criados próprios para o mercado. Nessa perspectiva, seguindo esse viés, nota-se que a internet faz uso dessa ideia, uma vez que, muitas vezes, busca introduzir no indivíduo, de forma coercitiva e generalizada, noções prontas que atendam às exigências dos meios de manipulação. Desse modo, a ineficácia de leis que fiscalizem e que regulamentem essas intenções, como o Marco Civil da Internet no Brasil, contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

Portanto, a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet é um problema que aflige a sociedade atual e que necessita ser combatido. Para tanto, é dever do Estado, por meio do Ministério da Educação e de suas secretarias e em parceria com as famílias, inserir nas escolas públicas e nas privadas, desde as séries iniciais, a educação digital, com a inserção não só de aulas na grade curricular, mas também de debates e de palestras com especialistas no assunto, com o intuito de desenvolver senso crítico dos indivíduos, para que esses possam adquirir discernimento e serem capazes de tomar decisões. Outrossim, é fundamental que o governo federal, por intermédio de parcerias público-privadas, amplie a fiscalização dos mecanismos de manipulação, ao tornar efetivas leis como as do Marco Civil da Internet, a fim de dissolver esse mal e de gerar homens livres de suas próprias escolhas.

ANEXO U - REDAÇÃO DO ENEM Nº 21

O advento da internet possibilitou o avanço das formas de comunicação e permitiu maior acesso à informação. No entanto, a venda de dados particulares de usuários se mostra um grande problema. Apesar dos esforços para coibir essa prática, o combate a manipulação de usuários por meio de controle de dados representa um enorme desafio. Pode-se dizer, então, que a negligência por parte do governo e a forte mentalidade individualista dos empresários são os principais responsáveis pelo quadro.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater a venda de dados pessoais e a manipulação do comportamento nas redes. **Segundo o pensador Thomas Hobbes**, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários que desejam direcionar suas propagandas. Dessa forma, a opinião dos consumidores é influenciada, e o direito à liberdade de escolha ameaçado.

Outrossim, a busca pelo ganho pessoal acima de tudo também pode ser apontado como responsável pelo problema. **De acordo com o pensamento marxista**, priorizar o bem pessoal em detrimento do coletivo gera inúmeras dificuldades para a sociedade. Ao vender dados particulares e manipular o comportamento de usuários, empresas invadem a privacidade dos indivíduos e ferem importantes direitos da população em nome de interesse individuais. Desse modo, a união da sociedade é essencial para garantir o bem-estar coletivo e combater o controle de dados e a manipulação do comportamento no meio digital.

Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil. Sendo assim, o governo federal, como instância máxima de administração executiva, deve atuar em favor da população, através da criação de leis que proíbam a venda de dados dos usuários, a fim de que empresas que utilizam essa prática seja punidas e a privacidade dos usuários seja assegurada. Além disso, a sociedade, como conjunto de indivíduos que compartilham valores culturais e sociais, deve atuar em conjunto e combater a manipulação e o controle de informações, por meio de boicotes e campanhas de mobilização, para que os empresários então se pressionados pela população e sejam obrigados a abandonar a prática. Afinal, **conforme afirmou Rousseau**: “a vontade geral deve emanar de todos para ser aplicada a todos”.

ANEXO V - REDAÇÃO DO ENEM Nº 22

Immanuel Kant, **filósofo iluminista**, argumentava que a menoridade é o estado em que o homem se encontra manipulado e sem a capacidade de pensar por conta própria, dependendo dos outros para que suas ações se concretizem. Nesse sentido, Kant afirmava que a saída para essa triste realidade é o esclarecimento, ou seja, o uso da razão para que o indivíduo se emancipe. No entanto, o que se observa na atualidade é o contrário do que o filósofo pregava, uma vez que o controle de dados na internet favorece a manipulação dos usuários, **a qual não é combatida pelas escolas**, que não oferecem educação tecnológica, e pelo Poder Público, que não pune empresas que comercializam esses dados.

De fato, as escolas, como formadoras de opinião, têm um papel importante no combate à manipulação dos indivíduos pelo controle de dados na internet, já que a adoção de uma postura crítica é essencial para que as pessoas se informem acerca dos aplicativos que utilizam. Porém, essas instituições não oferecem educação tecnológica, o que contribui para que as empresas manipulem o comportamento dos usuários, e eles não percebam, sendo induzidos a ler ou a consumir o conteúdo oferecido. Assim, a maioria da população permanece na menoridade de Kant, e as empresas de internet aproveitam-se disso, controlando a opinião do público.

Além disso, muitos aplicativos vendem os dados coletados para grandes empresas, **as quais**, sabendo dos gostos de cada tipo de público, **desenvolvem propagandas direcionadas**, o que aumenta seus lucros. Infelizmente, essa situação é consequência da omissão governamental, já que o Poder Público não pune, adequadamente, os responsáveis pelos aplicativos que vendem os dados de seus usuários. Nesse contexto, Johann Goethe já afirmava que a maior necessidade de um Estado é a de governantes corajosos, e o pensamento do autor exemplifica bem a importância do Governo para a diminuição da impunidade dessas empresas.

Portanto, atitudes para a reversão da problemática supracitada são necessárias. Para isso, a escola, com seu poder transformador, deve disponibilizar educação tecnológica, por meio de aulas de Filosofia e de Sociologia, as quais devem dar enfoque às problemáticas relacionadas aos meios de comunicação e às redes sociais, impulsionando a criação de senso crítico, com o fito de que cada indivíduo não permita o controle de suas preferências por empresas cibernéticas. Ademais, o Poder Público, demonstrando a coragem referida por Goethe, deve punir, corretamente, empresas que venderem dados de seus usuários, mediante aumento de penas e de multas, para que esse processo seja coibido.

ANEXO W - REDAÇÃO DO ENEM Nº 23

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser visto, esses podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, **o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia,** devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência estética dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização.

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, **as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet,** a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destes na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

ANEXO X - REDAÇÃO DO ENEM Nº 24

As primeiras duas décadas do século XXI, no Brasil e no mundo globalizado, foram marcadas por consideráveis avanços científicos, dentre os quais destacam-se as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Nesse sentido, tal panorama promoveu a ampliação do acesso ao conhecimento, por intermédio das redes sociais e mídias virtuais. Em contrapartida, nota-se que essa realidade impôs novos desafios às sociedades contemporâneas, como a possibilidade de manipulação comportamental via dados digitais. Desse modo, torna-se premente analisar os principais impactos dessa problemática: a perda da autonomia de pensamento e a sabotagem dos processos políticos democráticos.

Em primeira análise, é lícito postular que a informação é um bem de valor social, **o qual é responsável por modular a cosmovisão antropológica pessoal e influenciar os processos de decisão humana.** Nesse raciocínio, as notícias e acontecimentos que chegam a um indivíduo exercem forte poder sobre tal, estimulando ou suprimindo sentimentos como empatia, medo e insegurança. É factual, portanto, que a capacidade de selecionar - via algoritmos - as reportagens e artigos que serão vistos por determinado público constitui ameaça à liberdade de pensamento crítico. Evidenciando o supracitado, há o livro " Rápido e devagar: duas formas de pensar", **do especialista comportamental Daniel Kahneman,** no qual esse expõe e comprova - por meio de décadas de experimentos socioculturais - a incisiva influência dos meios de comunicação no julgamento humano. Torna-se clara, por dedução analítica, a potencial relação negativa entre a manipulação digital por dados e a autonomia psicológica e racional da população. Ademais, é preciso compreender tal fenômeno patológico como um atentado às instituições democráticas. Isso porque a perspectiva de mundo dos indivíduos coordena suas escolhas em eleições e plebiscitos públicos. Dessa maneira, o povo tende a agir **segundo o conceito de menoridade, do filósofo iluminista Immanuel Kant,** no qual as decisões pessoais são tomadas pelo intelecto e influência de outro. Evidencia-se, assim, que o domínio da seletividade de informações nas redes sociais, como Facebook e Twitter, pode representar uma sabotagem ao Estado Democrático.

Em suma, a manipulação comportamental pelo uso de dados é um complexo desafio hodierno e precisa ser combatida. Dessarte, as instituições escolares - responsáveis por estimular o pensamento crítico na população - devem buscar fortalecer a capacidade de julgamento e posicionamento racional nos jovens. Isso pode ser feito por meio de palestras, aulas e distribuição de materiais didáticos sobre a filosofia criticista e sociologia, visando aprimorar o raciocínio autônomo livre de influências. Em paralelo, as grandes redes sociais, interessadas na plenitude de seus usuários, precisam restringir o uso indevido de dados privilegiados. tal ação é viável por intermédio da restrição do acesso, por parte de entidades políticas, aos algoritmos e informações privadas de preferências pessoais, objetivando proteger a privacidade do indivíduo e o exercício da democracia plena. Desse modo, atenuar-se-á, em médio

e longo prazo, o impacto nocivo do controle comportamental moderno, e a sociedade alcançará o estágio da maioria Kantiana.

ANEXO Y - REDAÇÃO DO ENEM Nº 25

A obra musical "Admirável Chip Novo", **da cantora Pitty**, retrata a manipulação das ações humanas em razão do uso das tecnologias, que findam por influenciar o comportamento dos indivíduos. Não obstante, tal questão transcende a arte e mostra-se presente na realidade brasileira através da filtragem de dados na internet e sua utilização como ferramenta de determinação de atitudes, consequência direta do interesse do mercado globalizado e da vulnerabilidade dos usuários. Assim, torna-se fundamental a discussão desses aspectos, a fim do pleno funcionamento da sociedade.

Convém ressaltar, a princípio, o estabelecimento do comércio virtual e sua contribuição para a continuidade da problemática. Quanto a esse fator, é válido considerar a alta capacidade publicitária da web, bem como sua consolidação enquanto espaço mercantil - possibilitador de compra e venda de produtos. Sob esse aspecto, **o célebre geógrafo**, Milton Santos, afirma a existência de relação entre o desenvolvimento técnico-científico e as demandas da globalização, justificando, assim, a constante oferta de conteúdos culturais e comerciais que podem ser adquiridos pelos usuários, de modo a fortalecer o mercado mundial e o capitalismo.

Paralelo a isso, a imperícia social vinculada ao déficit em letramento digital fomenta a perpetuação do impasse. Nesse viés, as instituições educacionais ainda não são eficazes na educação tecnológica, por não contarem com estrutura profissional e material voltada ao tema. Ademais, a formação de indivíduos vulneráveis possibilita a ação do mecanismo que pode transformar comportamentos, tornando-os passíveis de alienação. Essa conjuntura contraria o Estado proposto pelo filósofo John Locke **- assegurador de liberdade -**, gerando falsa sensação de autonomia e expondo internautas a um ambiente não transparente, em que decisões são previamente programadas por outrem.

Em suma, faz-se imprescindível a tomada de medidas atenuantes ao entrave abordado. Posto isso, concerne ao Estado, mediante os Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, a criação de um plano educacional que vise a elucidar a população quanto aos riscos da navegação na rede e à necessidade de adaptação aos novos instrumentos digitais. tal projeto deve ser instrumentalizado na oferta de aparelhos tecnológicos às escolas, para a promoção de palestras e aulas práticas sobre o uso da tecnologia, mediadas por técnicos e professores da área, objetivando a qualificação dos usuários e a prevenção de casos de manipulação de atitudes. Dessa maneira, o Brasil poderá garantir a liberdade de seus cidadãos e o Estado lockeano poderá ser consolidado.

ANEXO Z - REDAÇÃO DO ENEM Nº 26

No livro Admirável Mundo Novo do escritor inglês Aldous Huxley é retratada uma realidade distópica na qual o corpo social padroniza-se pelo controle de informações e traços comportamentais. tal obra fictícia, em primeira análise, diverge substancialmente da realidade contemporânea, uma vez que valores democráticos imperam. No entanto, com o influente papel atribuído à internet, configurou-se uma liberdade paradoxal tangente à regulamentação de dados. Assim, faz-se profícuo observar a parcialidade informacional e o consumo exacerbado como pilares fundamentais da problemática.

Em primeiro plano, a estruturação do meio cibernético fomenta a conjuntura regida pela denominada denominada pós-verdade, traduzida na sobreposição do conhecimento fundamentado por conotações subjetivas de teor apelativo. Nesse contexto, como os algoritmos das ferramentas de busca fornecem fontes correspondentes às preferências de cada usuário, cria-se uma assimilação unilateral, contendo exclusivamente aquilo que promove segurança emocional ao indivíduo e favorece a reprodução automatizada de pensamentos. Desse modo, **com base nas premissas analíticas do escritor francês Guy Debord,** pelo fato de o meio digital ser mediatizado por imagens, o sujeito é manipulado de forma alienante, mitigando do seu senso crítico e capacidade de compreender a pluralidade de opiniões.

Outrossim, a detenção de dados utilizada para a seleção de anúncios fomenta o fenômeno do consumismo. Sob esse viés, posto que a sociedade vigente é movida pelo desempenho laboral e pela autoexploração, **como preconizou o filósofo sul-coreano Byung Chul-Han,** o consumo apresenta-se como forma de aliviar as inquietações resultantes desse quadro e alternativa para uma felicidade imediata. Então, na medida em que os artigos publicitários exibidos na internet são direcionados individualmente, o estímulo à compra denota-se ainda mais magnificado, funcionando como fator adicional à busca por alívio paralelamente à construção de hábitos desequilibrados e prejudiciais.

Portanto, minimizar os impactos negativos da inserção no ciberespaço não se apresenta como tarefa fácil, porém, tornar-se-á possível por meio de uma abordagem educacional. Dessa forma, o Ministério da Educação deve elaborar um projeto de educação digital tendo com perspectiva basilar o ensino emancipatório postulado pelo filósofo alemão Theodor Adorno. Essa ação pode ser constituída por frequentes debates incluindo problematizações e a criação de reformulações conscientes relacionadas aos perigos delimitados pela manipulação do comportamento online nos ensinos Fundamental II e Médio das escolas públicas e particulares. Tal medida deve incluir a mediação de professores de Sociologia e Filosofia, além de especialistas em Cultura Digital, com o objetivo de modular nos alunos autonomia e criticidade no uso da internet. Enfim, será possível a construção de uma juventude responsável e dificilmente manipulada, sem nenhuma semelhança a obra de Aldous Huxley.

ANEXO AA - REDAÇÃO DO ENEM Nº 27

É fato que a tecnologia revolucionou a vida em sociedade nas mais variadas esferas, a exemplo da saúde, dos transportes e das relações sociais. No que concerne ao uso da internet, a rede potencializou o fenômeno da massificação do consumo, pois permitiu, por meio da construção de um banco de dados, oferecer produtos de acordo com os interesses dos usuários. tal personalização se observa, também, na divulgação de informações que, dessa forma, se tornam, muitas vezes, tendenciosas. Nesse sentido, é necessário analisar tal quadro intrinsecamente ligado a aspectos educacionais e econômicos.

É importante ressaltar, em primeiro plano, de que forma o controle de dados na internet permite a manipulação do comportamento dos usuários. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo senso crítico da população, **fruto de uma educação tecnicista, na qual não há estímulo ao questionamento.** Sob esse âmbito, a internet usufrui dessa vulnerabilidade e, por intermédio de uma análise dos sites mais visitados por determinado indivíduo, consegue rastrear seus gostos e propor notícias ligadas aos seus interesses, limitando, assim, o modo de pensar dos cidadãos. Em meio a isso, uma analogia com a educação libertadora proposta por Paulo Freire mostra-se possível, uma vez que o pedagogo defendia um ensino capaz de estimular a reflexão e, dessa forma, libertar o indivíduo da situação a qual encontra-se sujeito - neste caso, a manipulação.

Cabe mencionar, em segundo plano, quais os interesses atendidos por tal controle de dados. essa questão ocorre devido ao capitalismo, **modelo econômico vigente desde o fim da Guerra Fria,** em 1991, o qual estimula o consumo em massa. Nesse âmbito, a tecnologia, aliada aos interesses do capital, também propõe aos usuários da rede produtos que eles acreditam ser personalizados. Partindo desse pressuposto, esse cenário corrobora o termo "ilusão da contemporaneidade" defendido pelo filósofo Sartre, já que os cidadãos acreditam estar escolhendo uma mercadoria diferenciada mas, na verdade, trata-se de uma manipulação que visa ampliar o consumo.

Infere-se, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos. Desse modo, é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, orientar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos ou por intermédio da checagem de dados, com o fito de estimular o senso crítico dos estudantes e, dessa forma, evitar que sejam manipulados. Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode, ainda, oferecer uma disciplina de educação tecnológica nas escolas, através de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Assim, observar-se-ia uma população mais crítica e menos iludida.

ANEXO BB - REDAÇÃO DO ENEM Nº 28

O Marco Civil da Internet, criado em 2014, assegura o uso livre e democrático nas redes comunicativas. Porém, na realidade contemporânea, é evidente que o monitoramento das atividades dos usuários online por parte de empresas implica a perda da privacidade dos indivíduos que utilizam a internet. Com isso, a influência dos interesses empresariais, bem como o descaso governamental frente a tal problemática corroboram para a manutenção da mesma.

Em primeiro plano, vale destacar que, com o avanço no compartilhamento de informações, o controle de dados se tornou essencial para a divulgação de propagandas direcionadas às preferências dos usuários das redes de comunicação. Nesse sentido, a manipulação dos anúncios se assemelha ao processo de dominação descrito pelo sociólogo Foucault ao analisar o modelo panóptico, pois o monitoramento das ações dos indivíduos é de suma importância para a manutenção do poder de forma discreta. Nisso, observa-se como o controle do comportamento dos indivíduos restringe a privacidade deles.

Paralelamente a essa dimensão empresarial, o descaso do Estado, principalmente na esfera legislativa, contribui para a permanência do uso não autorizado de informações pessoais para fins comerciais. **Conforme o sociólogo alemão Dahrendorf**, no livro "A lei e a ordem", a anomia é a condição social em que as normas reguladoras dos comportamentos das pessoas perdem sua validade. De forma análoga a esse pensamento, nota-se que as leis que regulamentam os atos na internet encontram-se em um estado de anomia, pelo fato de serem infringidas, por vezes, sem qualquer punição ao infrator.

Portanto, é notório que a manipulação dos dados de pesquisa dos usuários se configura como um problema relativo à fragilidade das leis na rede. Logo, o Congresso Nacional deveria elaborar uma legislação que reforçasse os direitos e deveres dos usuários no ambiente virtual, por meio de reuniões com especialistas em segurança digital, com o fito de amenizar os crimes de roubos de dados por empresas. Assim, o Governo reverteria o estado de anomia na internet.

ANEXO CC - REDAÇÃO DO ENEM Nº 29

O mundo conheceu novos equipamentos ao longo do processo de industrialização, com destaque para os descobrimentos da Terceira Revolução Industrial, que possibilitou a expansão dos meios de comunicação e controle de dados em inúmeros países. Entretanto, as ferramentas recém descobertas foram utilizadas de forma inadequada, como por exemplo, durante a Era Vargas. Com efeito, a má utilização dessas tecnologias contribui com a manipulação comportamental dos usuários que se desenvolve devido não só à falta de informação popular como também à negligência governamental.

Primeiramente, vale ressaltar o efeito que a falta de informação possui na manipulação das pessoas. **Consoante à Teoria do Habitus elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu**, a sociedade possui padrões que são impostos, naturalizados e, posteriormente, reproduzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, a possibilidade da coleta de dados virtuais, como sites visitados e produtos pesquisados, por grandes empresas ocasiona a divulgação de propagandas específicas com o fito de induzir a efetivação da compra da mercadoria anunciada ou estimular um estilo de vida. Assim, o desconhecimento dessa realidade permite a construção de uma ilusão de liberdade de escolha que favorece unicamente às empresas. Dessa forma, medidas são necessárias para alterar a reprodução, prevista por Bourdieu, dessas estratégias comerciais que afetam negativamente inúmeros indivíduos.

Ademais, a influência de milhares de usuários se dá pela negligência e abuso de poder governamental. Durante a Era Vargas, a manipulação comportamental dos brasileiros foi uma realidade a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda que possuía a função de fiscalizar os conteúdos que seriam divulgados nos meios de comunicação usando o controle da população. Nos dias atuais, com o auxílio da internet, as pessoas estão mais expostas, uma vez que o governo possui acesso aos dados e históricos de navegação que possibilitam a ocorrência de uma obediência influenciada como ocorreu na Era Vargas. Desse modo, urge a extrema necessidade de alterações estruturais para a ocorrência de uma liberdade comportamental de todos.

Impende, portanto, que a manipulação do comportamento através do controle de dados na internet deixe de ser realidade. Nesse sentido, cabe ao Governo, por meio do aumento da parcela de investimentos com prioridade, fiscalizar e punir instituições que utilizem essa estratégia de direcionamento através de multas e aumento na cobrança de impostos. Essa iniciativa tem a finalidade de propor o uso adequado das tecnologias descobertas durante, e posteriormente, a Terceira Revolução Industrial e, conseqüentemente, erradicar a manipulação comportamental dos indivíduos através dos dados coletados na internet.

ANEXO DD - REDAÇÃO DO ENEM Nº 30

A Terceira Revolução Industrial, ocorrida no século XX, trouxe diversas novas tecnologias que fomentaram os processos de conexões do mundo, como a internet. Nesse viés, embora tal rede virtual tenha tornado-se demasiadamente difundida na atualidade e seja benéfica em diversos aspectos, esse meio também é usado para um objetivo nefasto: alienação populacional. Sobre essa perspectiva, seja pela interferência na capacidade de escolha do indivíduo, seja pela colaboração com o consumo desmedido, a manipulação dos usuários da internet extremamente nociva para a sociedade.

Em primeiro plano, a liberdade dos cidadãos de terem suas próprias opções é prejudicada por **essa mazela**. Dessa forma, é imprescindível citar que no livro 1984, **de George Orwell**, o “Grande Irmão” observa e controla o comportamento do corpo social por meio de uma “teletela”. Sob essa ótica, a internet manipulada tem papel parecido no período atual, em que o internauta fica refém de imagens, de notícias e de assuntos baseados em algoritmos definidos por programas de computador. Desse modo, o indivíduo, majoritariamente, tem apenas uma falsa sensação de liberdade, uma vez que torna-se alienado pela rede e não tem verdadeira capacidade de escolha.

Ademais, o consumismo exacerbado é corroborado pela manipulação de dados do mundo virtual. Nesse sentido, cabe salientar que, **segundo IBGE**, mais de 60% da maioria das pessoas utilizam a internet. Dessa maneira, com tal número significativo de cidadãos conectados, empresas do mundo capitalista — **consolidado após a guerra fria** — pagam por impulsionamento de seus produtos direcionados a possíveis consumidores. Nesse cenário, muitos indivíduos, mesmo sem capital para compra, são ingenuamente fascinados pelas vitrines virtuais, o que pode acarretar dívidas e, por conseguinte, perda de bem-estar.

Portanto, torna-se evidente que a manipulação das ações dos internautas pelo controle de dados na espaço virtual causa consequências maléficas para população. Posto isso, para mitigar a problemática, cabe ao Governo Federal, juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, regulamentar como os dados dos usuários são utilizados na internet, por meio da criação de programas capazes de bloquear sistemas que tenham objetivo de alienar a população para determinados assuntos, com o fito de garantir uma real liberdade de escolha para os cidadãos. Outrossim, é obrigação do Ministério da Educação, em parceria com as escolas, ensinar ao indivíduo, desde a infância, não apenas a consumir — de modo responsável — mercadorias no meio virtual, mas também a reconhecer propagandas que usem os dados do internauta como meio de impulsionamento, mediante brincadeiras lúdicas e dinâmicas nos aparelhos eletrônicos, a fim de garantir melhor qualidade de vida para o corpo social na fase adulta. Sendo assim, essas medidas podem ajudar a minimizar as manipulações dos usuários.

ANEXO EE - REDAÇÃO DO ENEM Nº 31

Para o sociólogo Manuel Castells, o advento da “Era da Informação” significou uma mudança nas relações de poder. Enquanto, na “Era Industrial”, o cenário era regulado pela posse dos meios de produção, na nova fase, o domínio político, econômico e social tornou-se vinculado ao controle da produção, do processamento e do compartilhamento de dados. Tal transformação favoreceu que o meio virtual, por meio de algoritmos, adquirisse a capacidade de manipular o comportamento de internautas de acordo com suas preferências, prática a qual, uma vez sustentada pela ausência de autonomia dos indivíduos na “internet”, constitui o alicerce para o surgimento das “bolhas virtuais”.

Em primeira análise, o controle da atividade dos usuários da rede é possibilitado pela navegação sem autonomia no espaço digital, visto que esta facilita o direcionamento do internauta a páginas ou grupos específicos. Quanto a isso, o filósofo italiano Umberto Eco afirma que a “internet” originou uma “legião de imbecis”, sendo o ambiente virtual desprovido de hierarquia. Assim, a qualidade dos “sites” acessados e a escolha dos itens pesquisados são determinadas pelo próprio sujeito, **o qual depende de sua responsabilidade para não ser manipulado.** Nesse sentido, a escola emerge como um decisivo agente de socialização, já que, ao formar cidadãos mais autônomos, contribui para diminuir a influência de mecanismos de filtragem nos indivíduos.

Além disso, a seleção do conteúdo exibido aos usuários com base no seu histórico leva à formação das “bolhas virtuais”, considerando que eles são direcionados, sobretudo nas redes sociais, para páginas nas quais é compartilhado um mesmo interesse. **Segundo o médico e criador da psicanálise Freud,** um indivíduo, ao ser inserido em um grupo específico, tende a suprimir suas peculiaridades para assumir as características predominantes no ambiente em que se encontra. No caso da “internet”, esse fenômeno, além de ocorrer, é agravado, uma vez que a própria escolha de integrantes de um espaço é feita a partir de opiniões convergentes.

Portanto, a manipulação de pessoas no meio digital, favorecida pela falta de autonomia nesse contexto, leva à formação de grupos os quais só compartilham um único interesse. Logo, cabe às escolas, **instituições que desenvolvem sujeitos autônomos,** a tarefa de alertar acerca da necessidade de navegar com responsabilidade pela internet, por meio de palestras e discussões sobre o assunto, envolvendo as disciplinas de Filosofia e Sociologia, a fim de formar cidadãos que não sejam controlados pelas ferramentas virtuais. Ademais, as redes sociais, principal espaço causador das “bolhas” de pensamentos e gostos, deve facilitar a interação de ideias divergentes, mediante a criação de páginas voltadas para a troca de opiniões. Só assim, o controle de indivíduos na “Era da Informação” será solucionado.